

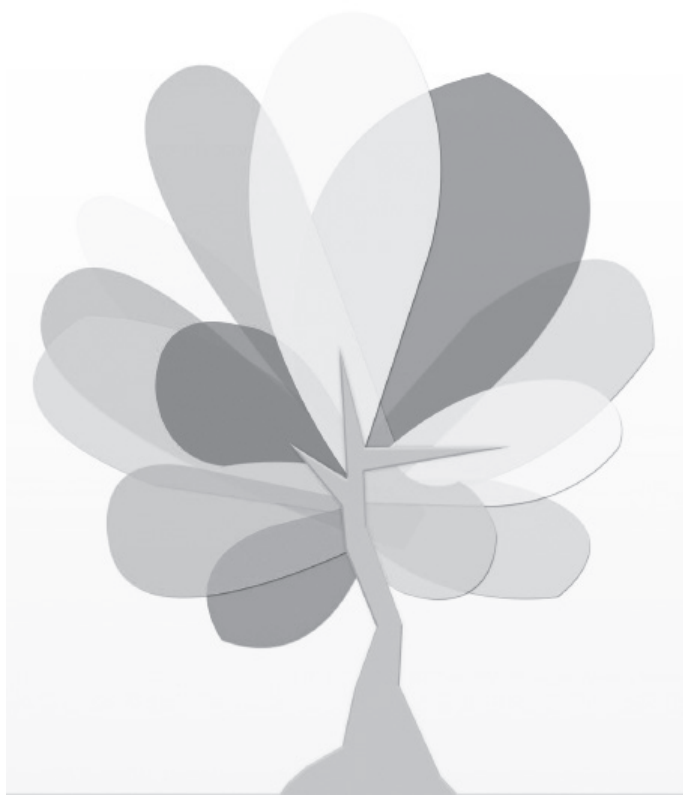
RAFAEL DOS SANTOS DA SILVA

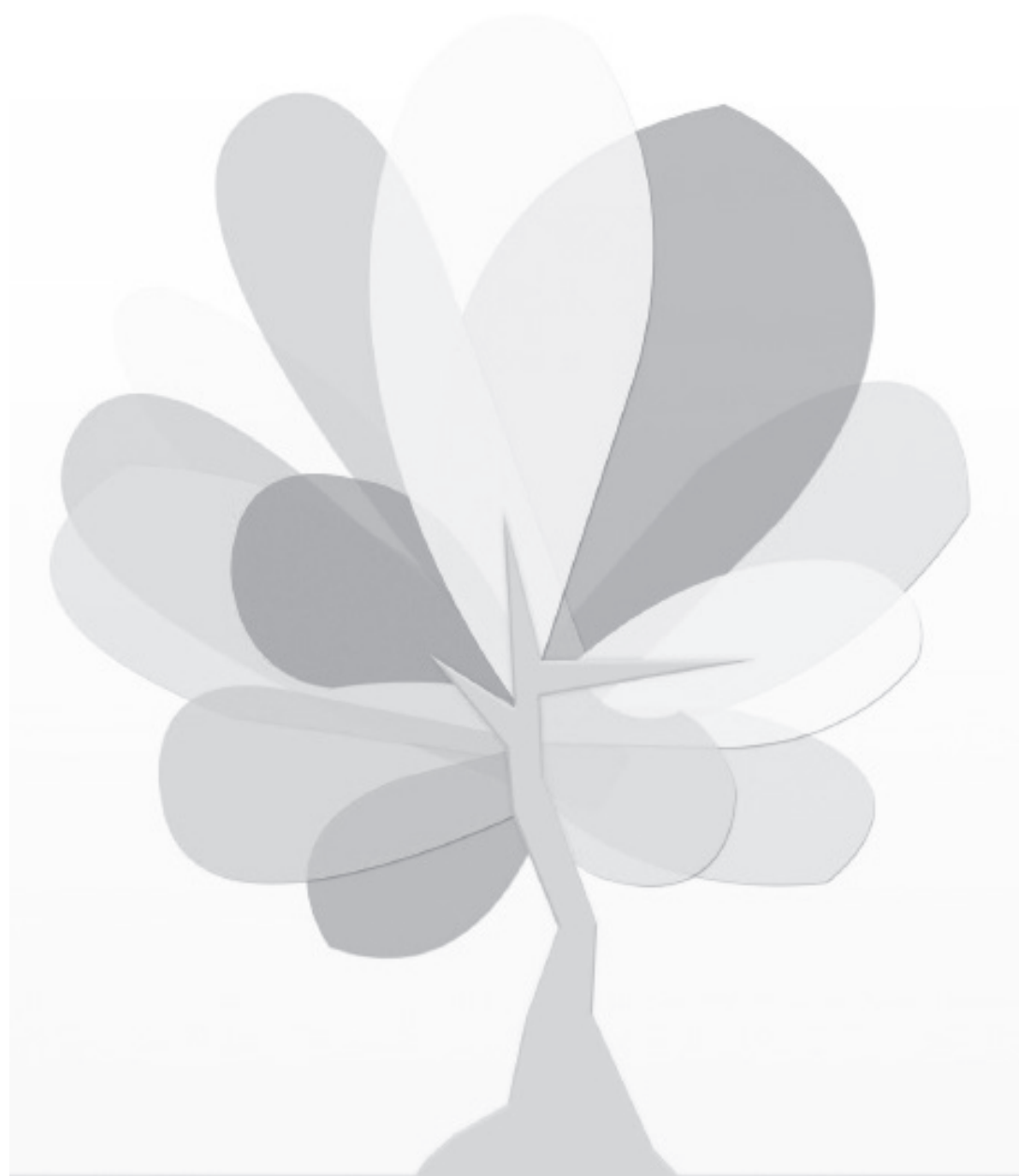


AS CORES DA LAUDATO SI'

**EDIÇÕES
INESP**

AS CORES DA LAUDATO SI':
A DENÚNCIA E O ANÚNCIO DA LIBERDADE.





Rafael dos Santos da Silva

AS CORES DA LAUDATO SI':
A DENÚNCIA E O ANÚNCIO DA LIBERDADE.

INESP

Fortaleza-CE, 2019

Copyright by Inesp © 2019

INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS
SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ - INESP

Presidente do Inesp
João Milton Cunha de Miranda

Revisão do Projeto Gráfico
Valdemice Costa de Sousa (Valdo)

Assistente Editorial
Valquíria Moreira Carlos

Impressão
Gráfica do Inesp

Assessoria de Comunicação
Luzia Leda Batista Rolim

Coordenação da Gráfica do Inesp
Luiz Ernandes dos Santos do Carmo

Revisão
Lúcia Jacó Rocha

Equipe de Impressão e Acabamento
Cleomárcio Alves de Loiola (Márcio),
Edson Ximenes Frota, Francisco de
Moura Barros, Hadson França Barros,
João Alfredo Lanzilotti Martins

Assistente de Revisão
Milena Saraiva

Catalogado pela Biblioteca César Cals de Oliveira

S586c Silva, Rafael dos Santos da.
As cores da Laudato Si': a denúncia e o anúncio da liberdade /
Rafael dos Santos da Silva. – Fortaleza: INESP, 2019.

190p.

ISBN 978-85-7973-138-9

1. Laudato Si'. 2. Encíclicas papais. 3. Igreja Católica, Papa
(2013-Francisco) I. Título.

CDD 262.91

***** DISTRIBUIÇÃO GRATUITA *****

AS CORES DA *LAUDATO SI'*

Dedicado a todos AFETADOS PELA
SITUAÇÃO DE POBREZA no mundo.

AS CORES DA *LAUDATO SI'*

PREFÁCIO

Com o objetivo de estimular um movimento global por mudanças ambientais, *Laudato Si'*, carta solene escrita pelo Papa Francisco e publicada em 2015, critica o consumismo e o desenvolvimento irresponsável fazendo um apelo para combater a crise representada pelas alterações climáticas. A Carta é objeto de estudo do livro que trabalha denúncias e faz um anúncio de liberdade.

Encontra-se aqui uma forte luta para acabar com a cultura do descarte, conservar a água e a biodiversidade, resgatar e unir os saberes tradicionais à ciência formal, preservar o valor cultural, artístico e histórico. Utilizar, também, a ciência e a tecnologia como propulsores da evolução social, empregar os avanços da medicina adicionados à humanização, à religião e à cultura popular e repensar os hábitos massificados para que a vida não seja mecanizada. Ainda estabelecer a fé e a espiritualidade nem sempre restrita a uma religião.

A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, por meio do Inesp, oferta à sociedade cearense a publicação que batalha pelo zelo social e faz-nos retomar nosso senso ético, amadurecendo nossa consciência e garantir, assim, mais dignidade à vida.

João Milton Cunha de Miranda

Presidente do Inesp

AS CORES DA *LAUDATO SI'*

APRESENTAÇÃO

As reflexões sobre a Laudato Si', propostas pela publicação de Rafael dos Santos da Silva, intima-nos, assim como a própria carta, a abandonar o contaminado modelo de vida atual que ignora a biodiversidade, o genocídio dos povos tradicionais e a equivocada estrutura social e econômica que produz pobreza e degrada o ambiente. Convida-nos a abandonar a passividade para provocar uma urgente mudança de comportamento, incentivando a sociedade a mover-se por seus direitos.

A obra rege o leitor por meio de pensamentos sobre política, ecologia, ciência, incentivando reflexões imperativas para o combate ao consumismo predatório. Ao assinalar rotas, como o papel da educação conectada com o ambiente, a autor provoca a conscientização crítica das pessoas tornando-as seres ativos no processo de cidadania.

A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, por meio do Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará - Inesp, oferta à sociedade cearense a obra As Cores de Laudato Si': a denúncia e o anúncio de liberdade que, afinada com as preocupações desta Casa, preocupa-se com as próximas gerações, luta pela herança destinada aos jovens, com o papel da nova política nas relações comunitárias e com a necessidade de enxergar o trabalho como forma de preservação da vida.

Deputado José Sarto

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	13
Para falar de afeto.....	15
Introdução.....	23

CAPÍTULO I

A COR DA POLÍTICA

A dimensão política e o lugar do homem enquanto sujeito.....	38
A alegria e a paz como consequência da boa política.....	39
Amor civil e político e suas consequências.....	41
O mercado sem política.....	45
Educação enquanto instrumento do amor político e civil.....	49
O problema da desigualdade planetária.....	51
O recrudescimento da moral no esgarçamento das relações fragilizadas.....	56
Os efeitos da informação seletiva.....	61
Evolução do conceito de meio-ambiente e a comunidade internacional.....	65
Da diplomacia aos fatos - uma rápida passagem pelo Brasil e pela América Latina.....	68
A justiça intergeracional: a responsabilidade com o futuro começa agora.....	74
A necessidade de uma nova política capaz de recelebrar as relações nacionais e locais.....	79
Reflexões da política e economia em diálogo para a plenitude humana.....	86
A defesa do trabalho - a essência da emancipação humana.....	90
O relativismo prático o antropocentrismo atualizado.....	96
Referências.....	98

AS CORES DA LAUDATO SI'

CAPÍTULO II

ECONOMIA E ECOLOGIA

Economia e ecologia	100
A conversão ecológica não pode esperar.....	101
O princípio do bem comum e a mudança de paradigma..	105
A importância do clima como bem comum	109
A água como bem e não como recurso	113
A biodiversidade substituída por mercadoria.....	118
A dimensão cultural da ecologia.....	122
Ecologia nossa de cada dia.....	125
O encontro da ecologia ambiental com a economia social	130
Referências	136

CAPÍTULO III

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Ciência & Tecnologia.....	138
O papel da tecnologia: da criatividade ao poder	139
Os riscos de uma globalização tecnocrática	144
O papel das tecnologias nas finanças parasitárias	148
A dimensão da inovação biológica e a ciência	154
Referências	163

CAPÍTULO IV

A FÉ

A fé na sua dimensão mística.....	166
A criação enquanto um gesto de generosidade	167
A criação e o difícil caminho da harmonia	172
Os sacramentos, o descanso e a celebração.....	178
A parte feminina da criação e o papel da mulher nos nossos dias.....	180
Referências	185

Sobre o autor	186
Pós-facil.....	187

AS CORES DA *LAUDATO SI'*

AGRADECIMENTOS

Um adágio chinês diz que ninguém se molha no mesmo rio mais de uma vez. É assim que me sinto ao fazer os agradecimentos dessa minha resenha à Laudato Sí. Uso o pronome possessivo pela mais pura força de expressão, porque na prática ela não é minha, apenas passou por mim.

Estou convencido de que só poderíamos chegar aqui graças as várias pessoas, em suas vozes e expressões. Sujeitos que direta ou indiretamente contribuíram para formar meu pensamento ao longo desses dois anos. Sem dúvidas eles me ajudaram a pensar e repensar as tessituras que agora deixo para o grande público.

Agradeço profundamente a Tamires e Yasmin de quem trago diálogos simples mais cheios de essência, porque foram vividos. Agradecimento especial vai para Karine Pinheiro, minha fiel escudeira e companheira de toda hora, quem agradeço pela cumplicidade e pelo cuidado em tecer críticas imponderáveis, mas extremamente úteis. Agradecê-la por acreditar nesse trabalho ainda quando este estava apenas no campo das ideias.

Como não agradecer aos meus colegas, alunos e a instituição (Universidade Federal do Ceará) onde sou professor? Agradecimento carinhoso ao garoto Raul (aluno do curso de engenharia da UFC Crateús), que pensou a capa desse trabalho. É preciso agradecer também ao conjunto de militantes políticos dos sertões de Crateús-Ceará, por ter compartilhado comigo suas dores e lutas. Aonde eu chegava além da boa conversa e café, havia sempre um diálogo a ser travado que – vis-à-

-vis – foi reorientado meu pensamento, fala e até comportamento. Foi assim nos sindicatos, nas igrejas ou nos movimentos organizados. E, com a juventude e com a velha guarda. Com homens e mulheres que sonham e organizam sonhos. Enfim, todos sem exceção trouxeram consigo suas inspirações.

Um agradecimento especial a Dom Ailton Mene-gussi, bispo da Diocese de Crateús, pelo zelo e carinho das leituras e revisões preliminares. Gostaria de agradecer ainda aos professores e colegas Emílio Tarlis Pontes, do Instituto Federal do Ceará, Gabriel Silva Campos da Universidad Autónoma de Madrid, pelas belíssimas percepções iniciais.

Por fim, agradecer antecipadamente a cada um e cada uma que se deixar ler essas instigantes páginas, e delas fazer um trampolim entre o ideal e o possível. Porque como diria Gustavo Gutiérrez “somos a perigosa memória das lutas, projetamos à perigosa memória dos sonhos. Nada causa mais horror à ordem que homens e mulheres que sonham. Nós sonhamos e executamos sonhos”.

PARA FALAR DE AFETO...

Percepções visuais. Espectros visíveis/invisíveis de uma imaterialidade. Assim os físicos definem as cores. É a partir dessa ótica de diversidade que o autor do presente opúsculo conduzirá o leitor: uma plêiade de linhas de pensamento elaborada sobre a Encíclica *Laudato Si* escrita de sua vivência como sujeito engajado, atuante, ator consciente de seu papel como cristão no século XXI.

Assim como cada ser vivente/habitante possui a capacidade de enxergar determinadas cores em Gaia, outras percepções estão sendo impedidas de vir à luz e iluminar as trilhas por conta de interesses escusos que o autor denunciará a partir de quatro matizes intercomunicantes: política, ecologia, ciência e fé.

Nas interpretações associadas ao aspecto político da Encíclica, o leitor irá se deparar com uma série de inquietações, dúvidas e proposições dispostas ao decorrer da obra. E vem a proposta do autor: é premente que “este possa compreender criticamente que nos reportamos a debates absolutamente urgentes na compreensão total da realidade que em última instância responde ao antropocentrismo moderno”.

A política precisa ser encarada como alegria sincera, exercida horizontalmente em função de construir uma sociedade mais humana, de onde deriva a paz, fruto da justiça e cuja nênese, em cores visíveis e quentes, insiste em prevalecer: a desesperança dos infelizes. Por isso, o clamor: vida sim, materialidade, não. Não à hierarquização das pessoas que reduz as chances da paz.

Em sua correlação com a obra do Papa Francisco,

Rafael se deterá insistentemente na sinonímia política e justiça, pois esta deve ser sempre um gesto de amor. Discurso que vem sendo pregado e priorizado em documentos da Igreja Católica enfaticamente, desde Puebla, 1979.

Política como prática e serviço, não como poder. Política entendida como a ética na comunhão dos povos, das comunidades, como solidariedade mútua, como bem comum. Neste quesito ser político também é ter a capacidade de denunciar o que está em jogo à contra serviço de Gaia: “consumir ou vender a natureza é algo alienante das mentes humanas”, exorta Francisco, pois atualmente e crescentemente o capital promove e impulsiona o consumismo predatório induzindo as pessoas a compras dispensáveis.

Porém, nem tudo está perdido! Rafael recorda que um desafio está posto em forma indagativa e propositiva: qual o caminho a ser percorrido para alcançarmos o amor enquanto gesto político? E aponta caminhos, entre eles o papel da educação em seu contexto transdisciplinar: conectada para com o ambiente e com os seres humanos, entendido como tudo que possui composição química equivalente a vida: uma “educação planetária onde seja possível a conscientização crítica e protagonista do cidadão”.

Na leitura deste livro nos deparamos com a admoção do autor, que advém da Encíclica: basta! Chega! Não é possível tratar os excluídos como apêndices, como obrigação. É necessário cortar esse cordão umbilical que une pobres com mortes. Nesse ponto em diante, Rafael traça uma correlação entre a construção do mito do progresso. Rememoraré a diplomacia, os eventos, os

congressos, os relatórios elaborados desde a década de 1970 que alertam sobre os riscos ambientais e humanos e questionará diversos casos históricos brasileiros e sul-americanos que contribuíram negativamente para a manutenção dessas condições.

O autor também registrará várias indagações que permeiam o inquietante cenário de incertezas: E as próximas gerações? Quais as orientações gerais ao futuro? Quais são legados oferecidos a nossa juventude? Qual é a juventude que teremos? E tocará num conceito crucial: as gestões. Nelas urgem as novas políticas que precisam re-celebrar as relações. Algo nos preocupa, dirá: os projetos de poder em detrimento das políticas comunitárias.

Neste aspecto, Rafael revela a importância do trabalho como discussão política – valorizado como preservação da criação e da vida e não exploração, afinal o ser humano necessita ser sim, ele, o protagonista da vida econômica.

E ele conclui a primeira parte refletindo sobre o relativismo prático: que “provoca a cultura do descarté onde tudo passa a ser meramente útil, perdendo sua função tão logo cesse a necessidade vencida”.

O segundo capítulo tratará da relação simbiótica entre ecologia e economia. Para além do senso comum e da massificação do tema, essa correlação precisa ter um significativo espiritual e holístico para com Gaia, senão estará fadada a permanecer inócua. Tal reflexão prescindir de ação, afinal: “nossa passividade não cabe na nossa mesa da comunhão”.

O autor reforça que Francisco exorta para temas como abuso da exploração da natureza sem ética, sem

remeter às formas de convivência e relacionamento mútuos entre os seres vivos, dos quais já estamos inseridos e que é preciso uma revisão urgente dos padrões de consumo: é preciso conversão, gratidão, disposição e consciência amorosa para o bem comum.

Nesse paradigma exploratório e devastador, Rafael traçará um paralelo entre as ações predatórias e exemplos concretos de sua ação no mundo e recordará que é urgente o resgate dos saberes tradicionais, da ciência popular e formal, unidas, em prol de uma ecologia humana. E indagará: chegamos ao limite do clima? A inquietação à essa pergunta será desenvolvida nesse segundo capítulo, com o resgate científico que ilustra e reforça as questões tão caras ao Papa e necessárias ao mundo, como o debate sobre a água e a biodiversidade e seus múltiplos usos. Por fim, será recordado o valor cultural como complementador da condição humana, na “sua dimensão artística, cultural e histórica”. Mais uma vez, o autor trará diversos exemplos mundiais onde ocorrem o desrespeito e a inobservância a estes elementos cruciais para uma ecologia profunda.

O terceiro eixo trata de ciência e tecnologia e para Rafael, é imprescindível acompanhar “como o Papa observa os avanços da tecnologia, seus efeitos sobre a ciência e o fundamental: como estas relações se dão no contexto do novo século”. Historicamente, ciência e Igreja Católica tiveram relações conturbadas.

Atualmente, não se discute que vivemos momentos de grandes mudanças. Não são poucas as tentativas de traduzir esta catástrofe que a humanidade experimenta, onde os princípios e valores passam por um mesmo

crivo, e as diferenças e similitudes são notadas com mais força. Neste esforço exacerbado de lograr um controle sobre os fenômenos e as transformações estruturais se busca embutir ou encaixar o “novo” em conceitos que tentam interpretar o momento. Alguns afirmam que estamos na pós-modernidade, modernidade tardia, globalização entre outros. A verdade é que há um esforço para designar a nova fase histórica que vivemos. Etapa esta marcada fortemente pelo hedonismo das ciências e tecnologias onde o utilitarismo é a ordem do dia e o importante é estender a todos os chamados “benefícios” ao maior numero de pessoas, mesmo que seja necessário romper alguns paradigmas humanos, econômicos e sociais, os quais Francisco denuncia neste documento.

O inegável é que vivemos a terceira revolução industrial, que enfatiza a ciência e as tecnologias como motores propulsores do progresso e da evolução social. A pseudossensação de que viver bem e ter uma vida de qualidade é viver imerso na cibernética, onde o controle automatizado esta presente em tudo está nos levando por caminhos obscuros e de grande complexidade. Onde chegaremos? E quando o homem não experimenta esta sensação da presença dos “bites” rapidamente tende a desvalorizar ou menosprezar os diversos processos.

De fato se constata um profundo paradoxo. Por exemplo, a medicina consegue avanços galopantes com o auxilio da tecnologia. Hoje os diagnósticos são rápidos e eficientes. No entanto em geral, o enfermo clama pelo contato humano na relação entre médico e paciente. Isso denota que a ciência tem uma grande dificuldade em superar a visão dualizada do homem. Por um lado

ataca em cheio as necessidades “mecânicas e orgânicas” e por outro deixa lacunas que não respondem as carências e ansiedades da humanidade.

A partir desta visão o autor toma o leitor pelas mãos e busca encontrar uma chave de compreensão onde não há uma negação dos avanços e conquistas, mas sim a partir da leitura desta segunda encíclica de Francisco, ele oferece meios e recursos buscam vias mas amplas para uma maior humanização onde ciência e religião se somam e não se subtraem. Atualmente experimentamos insistentes mudanças a um ritmo frenético. Em alguns momentos estas modificações se materializam com a introdução de novos elementos, conceitos e percepções, e em outros simplesmente se readaptam através de uma fachada reciclada. Nenhuma área está livre ou isenta desta dinâmica, isso se dá pela constante renovação dos pleitos que são necessários e sem os quais a ciência permaneceria estática e estéril. Com isso o autor deixa claro que sempre surgirão novas querelas e que elas são necessárias, e que esta dialética e enfrentamento não podem ser anulados. O diálogo com os diversos âmbitos do saber, seja científico, cultural ou religioso buscará encontrar diretrizes que orientem para uma práxis humana e com fundamentos éticos.

A tecnologia vem sendo utilizada para a reprodução cada vez mais voraz pelo capitalismo, enquanto o texto de Francisco enfatizará que esta pode ser um aliado para a humanização de Gaia. Rafael traçará um breve histórico de como o avanço científico foi benéfico para a humanidade e questionará para que tipo de poder ela serve atualmente. Contudo, esta deve ser constituída de honestidade para servir de plenitude à vida.

Temas atuais como globalização e tecnologias da informação não podem estar a serviço da coisificação, alienando o ser humano. Hábitos massificados como a utilização dos não- lugares precisam ser urgentemente repensados para que não se caia na ditadura das efemeridades pois “a criatividade fica produzida, o indivíduo adestrado e a vida mecanizada”, concluirá.

No capítulo final – fé em sua dimensão mística – o autor brindará o leitor com um dos princípios básicos do cristianismo: a expectativa da fé, que não pode mais, como outrora, afastar-se da ciência ou tê-la como sua opositora.

Ao adentrar em temas particulares e universais, o encerramento desta obra é permeado de reflexões metafísica, espirituais e dimensão de fé, não restrita a uma religião. A criação como reflexo da esperança. O descanso, a liberdade, o papel da mulher, a comunhão universal, a crença, a justiça e a fraternidade são elementos que Rafael resgata da encíclica papal e que aponta como indispensáveis trilhar o que chama de difícil caminho da humanidade.

Princípios religiosos não podem justificar o abuso à natureza ou ao homem. Se aceitar que isso ocorra, argumenta Francisco, então estaremos condicionando o tesouro da criação. Desse modo, o autor deixa o convite para lermos sua obra e a Laudato Si. Desejamos a todos uma profícua leitura, com a urgência que nos faz ser portadores do bem comum, aqui e agora.

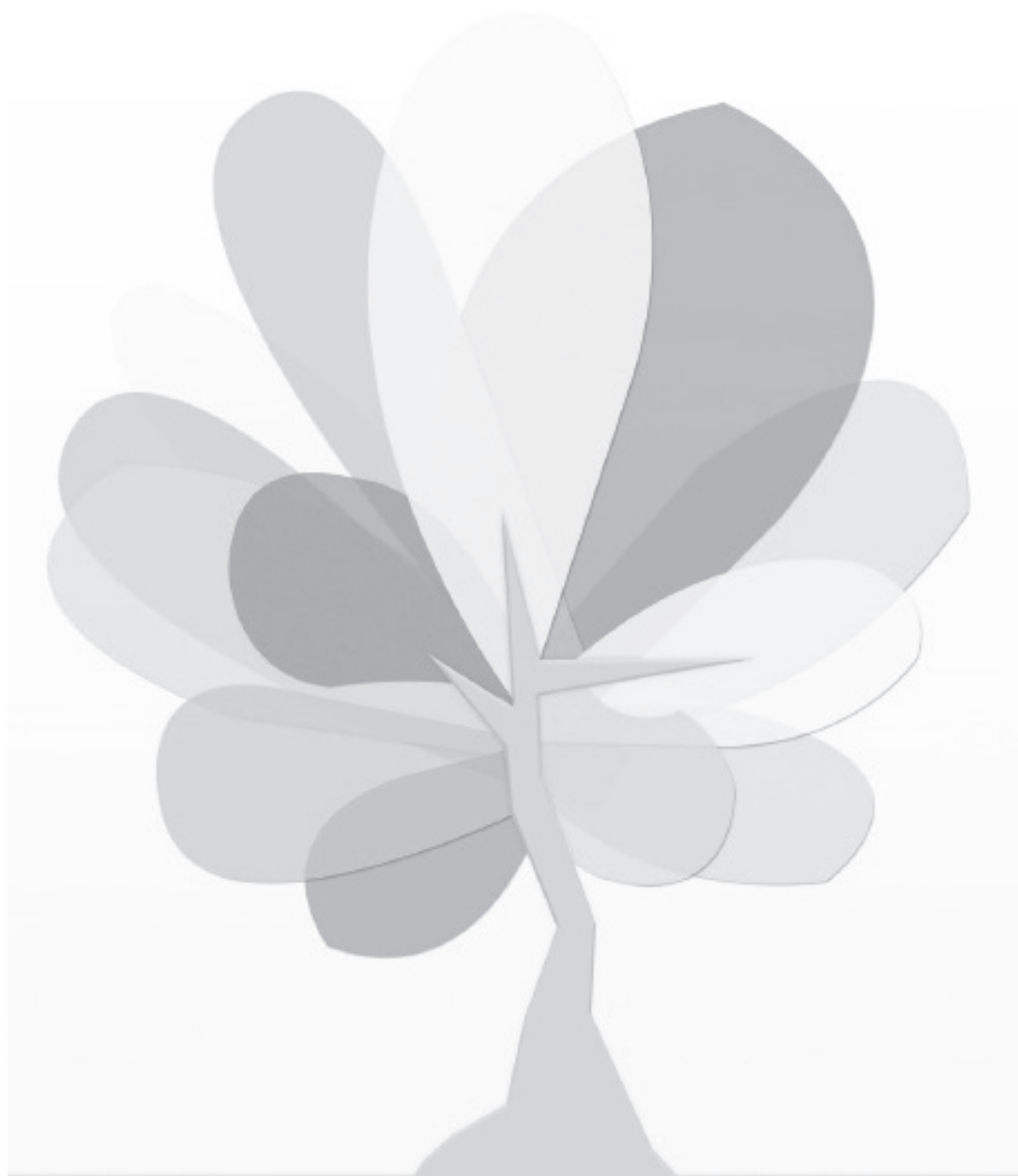
Prof. Dr. Emilio Tarlis Pontes

Instituto Federal do Ceará

Prof. Ms. Gabriel Silva Campos

Universidad Autonoma de Madrid

AS CORES DA *LAUDATO SI'*



INTRODUÇÃO

Permitam-me uma confissão inicial. Por estar de férias em julho de 2015, e com o braço esquerdo fraturado, resultado de acidente de futebol, vi nos noticiários que o Papa Francisco lançava a primeira encíclica do seu pontificado.

Então resolvi dedicar-me um pouco a interpretar o documento de Francisco. Apesar de ter sido criado praticamente na sacristia da igreja, há tempos não tinha contato com a religião. Vários problemas com o clero local me levaram ao afastamento opcional.

Preciso revelar que daqui da janela dos 37 anos, acredito ter superado os limites da institucionalidade da fé e reconheço-me na crista de um católico cristão. Ou seja, um cristão universal. Numa tradução livre, *eu creio que creio!*

Pois bem, ao terminar a primeira leitura da *Laudato Si*, fiquei impressionado com o texto, lembrei os esforços de Dom Aloísio Lorscheider, Dom Paulo Evaristo, Dom Helder Câmara (meu conterrâneo) Dom Frágoso, Dom Edimilson da Cruz, Pe. Haroldo Coelho, Pe. Djair Gomes Cavalcante, Dom Pedro Casaldáliga, Dom Oscar Romero entre outros tantos que dão (e deram) suas vidas em função daquilo que acreditaram.

Ao aguçar o crepúsculo da *Laudato Si'* era preciso registrar que já não se tratava de um católico arrependido, posto que a carta de Bergoglio é realmente surpreendente, e te aproxima muito mais do cristianismo

autêntico do que da institucionalidade suportada pela metafísica do iluminismo. Estava justificada minha pressa em apanhar um punhado de papel e lápis e pôr-me a escrever o que se verá nas páginas seguintes.

Deveria ser apenas uma resenha, mas acabou ganhando corpo e com o passar desses tempos o que acontecia eu buscava refletir a partir de Francisco, quase tentando dizer: “olha, isso o que você está vivendo, Francisco denunciou na *Laudato Si'*”.

Na verdade, fiz disso muito mais um reencontro, como quem encontra um velho padre confessor que há muito não visitava. O leitor vai discordar muito do que expus nessas páginas. Poderá se opor, talvez até reclamar lógica, mas não poderá ficar parado após ler minhas inquietações; aquilo que sempre quis dizer e me calei.

Aqui, deixo registrado o que penso a respeito de vários assuntos delicados. É minha forma de ver o mundo hoje! Talvez amanhã, em outra janela da vida, escrevesse diferente, pois o pensamento muda e eu mudo com ele. Porém, quem se aventurar nessas linhas verá um latino-americano, professor, militante político, e um projeto de intelectual como costume me definir, que sonha em mudar o mundo.

Pois bem, vamos ao que interessa. A *Laudato Si'* é um espelho estranho em que se apresentam nossas vergonhas. Possui a capacidade de envolver-nos nas suas entranhas e intima-nos a abandonar o modelo que teima em trocar resultados positivos no Produto Interno Bruto pela extinção de várias espécies.

O modelo que fecha os olhos a biodiversidade, ao genocídio dos povos indígenas e tradicionais. Esse

modelo diminui a complexidade dos nossos tempos se dialogicidade entre as criaturas. Foi com essa esperança que busquei compreender o esforço do Papa Francisco no texto publicado por Roma que considero o mais próximo da genialidade, justamente pela simplicidade que imprime a questões tão complexas e caras à humanidade.

Por óbvio, com isso não podemos desmerecer as outras cartas, nem caberia aqui analisá-las em seu mérito. Certamente, tentaram responder as necessidades de suas épocas. Contudo, desde quando Leão XIII escreveu a *Rerum Novarum*, em maio de 1891, visando justamente aos novos caminhos, não se via colocações com tão longo alcance.

Mas por quê? Porque finalmente resgatou-se necessidade de se falar a esta e as demais gerações.

Trata-se de palavras a serem lidas devagar, languidamente. Debaxo das árvores enquanto instrumento de formação às comunidades de base. Nos seminários juntos aos futuros sacerdotes; nas academias com alunos e professores, mas, sobretudo, nas periferias do mundo onde os pobres insistem no direito de viver com dignidade. Uma mensagem a ser tombada - não pelos historiadores - mas pelo conjunto da sociedade que começa a se mover por seus direitos.

Com espírito cristiano, o esforço da carta é caracterizado pela inquietação, indignação, e suficientemente aberto aos desafios impostos pela modernidade. Não é submetido a uma moral iluminista que denota entre outras coisas uma fé morta, enjaulada pelo cientificismo objetivo, mas aponta a amplitude

das movimentações que correspondem às experiências concretas e plurais das culturas, ao contingenciar a institucionalidade na nova compreensão social e política de nossa época.

É genial observar Francisco transmitir toda sua historicidade vivida nas periferias da América Latina, cujo esforço empreendido revela um Papa disposto a fazer história, tal qual Leão XIII, ao antecipar 100 anos da modernidade. Com autoridade de poucos, ele revela seu semblante edulcorado, mas cheio de retidão e firmeza. Lembra bem um conterrâneo seu que um dia ousou esbravejar “prefiro endurecer sempre sem jamais perder a ternura”

Com isso, os fatos registram um Papa pronto a atender seu chamado revolucionário, intrigante. Certamente sem armas ou sem qualquer estrutura estatizante. Um homem que “fala de nós, com nós”. Com esmero, são apresentadas nas entrelinhas as vergonhas das estruturas sociais, econômicas e políticas de nossas épocas, todas viciadas e viciantes, todas apequenadas.

Incansável, o Papa rompe o limite das posições simplificadoras e não se contenta em equilibrar os argumentos que lhe dariam puritanismo diplomático. Francisco abandona a plasticidade dos processos institucionais, utilizados recorrentemente feitos entorpecentes que induzem a comportamento resiliente capaz de tolerar o intolerável.

Certamente, a *Laudato Si'* já é o documento com maior alcance extramuros de Roma e da doutrina católica. Como já disse, desde a *Rerum Novarum* não se via tamanha ousadia e delicadeza. O movimento

empreendido por Francisco tem a profunda capacidade de se comunicar, sejam ou não católicos, agnósticos, ateus ou de outras denominações. Seu esforço nos devolve a esperança para superar nossos medos, pois abre outros horizontes e permite novamente dizer que a história não acabou.

A riqueza das palavras anuncia protagonismo a toda comunidade de vida que ver a natureza enquanto irmã e não quanto um produto. Precisamos assumir que há tempos uma obra não nos afetava em tal proporção, e de tal maneira que fosse capaz de nos levar a acreditar que a utopia é muito mais que uma hipótese.

Paulo Freire, outra vez, afirmou que a ética nasce no instante seguinte à indignação. Parece que previa o desvelo de Francisco à complexidade de nossa época. Convém lembrar que a encíclica nos alcança de tal modo que já não é possível não ficarmos indignados. Mover-se e abandonar a passividade passa a ser ato contínuo à sua leitura. Sem meias palavras penso que Francisco nos aproxima um pouco mais do estado ético necessário à ação.

Nesse sentido, é regozijante ver o tratamento destinado a Terra. Chamá-la de irmã, é certamente um gesto que indica os primeiros sinais de uma abordagem multilateral; fora do alcance da Roma institucional, e por isso, perene. Com isso é refutada qualquer tentativa de tratamento hierárquico entre as criaturas, pois uma irmã é a criatura mais próxima a nós. É nosso primeiro espelho por constituir-se da mesma matéria química que a nossa. Essa dimensão busca respeitar sua fragilidade e sua integridade.

Francisco observa, de forma bastante didática, que irmã é aquela criatura que guarda o mais similar genoma nos tornando da mesma estirpe. Sendo da mesma matéria, possuindo as mesmas composições químicas, devemos a ela nosso cuidado, não nossa ganância. Para ele, “não devemos de forma gananciosa dominar ou saquear fazendo a gelidez sair do coração humano se materializando sintomaticamente no processo que envenena a água, o ar, o solo. ”

Acredito que finalmente estamos diante de palavras sem subterfúgios que assumem sua missão profética de denunciar o sistema que produz pobreza, miséria e degrada o ambiente. Além disso, expõem as vergonhas da alienação que teima tomar de assalto as instituições, reduzindo a política à apêndice do mercado, sequestrando aquilo que o homem tem de mais precioso, seu ideal.

No texto e no contexto, nos é apontado outro modelo social, aquele baseado na sociedade de mercado que empobrece as relações entre os irmãos. Esse modelo é denunciado insistentemente por Francisco de tal modo que não podemos ficar alheio a esse problema.

O convite é claro! Envolvamo-nos sensivelmente com a Terra como parte do nosso corpo que sofre e geme as dores do parto de uma sociedade gravemente agredida na sua ecologia. O Papa Paulo VI, outro dia nos apresentou que a problemática ecológica nos conduz a consequências dramáticas “com ela pela primeira vez o homem conhece a possibilidade da autodestruição”. No intuito de compreender a dimensão dessas consequências nos é lembrada a necessidade de

evitarmos o suicídio coletivo ou como afirma Francisco “é preciso urgente mudança de comportamento.”

Ainda apontando a dimensão ecológica da carta, chamam atenção as palavras de João Paulo II, quando observa a incapacidade do homem de se perceber além do consumo pelas suas limitações morais, denotadas em problemas ecológicos.

Nesse aspecto, há uma profunda felicidade histórica quando se denuncia a lógica engendrada e generalizada nas estruturas sociais de mercado, acentuadas na incapacidade de perceber e reagir aos problemas ecológicos.

Isso só é possível pela própria semelhança que tal lógica guarda a instrumentos de dominação. Suas consolidações, observa Francisco, são capazes de negar a gratuidade da vida, sendo reduzidas a modelos calculados de produção/consumo e acumulação.

Nessa mesma direção, Bento XVI, observa a necessidade de “eliminarmos as disfunções do crescimento insensível e insustentável”. E, completa “(...) a vida não pode ser vista pela janela econômica que reduz seu sentido a uma mera mercadoria exposta na prateleira precificada, mas sem sentido”. E assim a proposta da *Laudato Si'* segue numa constante exortação afirmando que sendo limitado, o homem colhe os frutos de sua irresponsabilidade e de suas consequências reverberadas nas chagas socioambientais.

Chama a atenção o argumento central do atual Papa em que consiste admitir que a vida é demasiadamente complexa. Negar sua totalidade (sexual, familiar, sentimental) é legitimar sua fragmentação em função

do progresso. Essas palavras fazem ecoar a estrofe de uma antiga canção em que se lê: “diante de ti ponho a vida e ponho a morte, mas tens que saber escolher (...) se escolher a vida, então viverás”

Portanto, a pergunta central é: até onde vai a racionalidade desenfreada da economia que abdica da vida pelo lucro? Se nossa capacidade evolutiva aumentou substancialmente, para quê, e para quem está servindo? A mensagem é enfática, na medida em que nos lembra da necessidade em aceitar a indissociabilidade das criaturas.

Isso não quer dizer negar o estágio mutacional em que estamos expostos. Tal situação atende, inclusive, parte da normalidade da criação, contudo, a velocidade do descompasso socioambiental associado à questão econômica apresenta-se cada vez mais incompatível com a evolução biológica. Francisco argumenta que aqui reside uma bela chave de interpretação, sobretudo a possibilidade predatória do progresso científico: “qualquer impacto tecnológico ou desenvolvimento econômico que não venha acompanhado pelo zelo social de nada adianta. Não passa da mais pura inutilidade sistematizada num projeto individual”.

As palavras apresentadas na encíclica são reveladoras, ao informar que estamos diante de mudanças significativas da realidade. Mudança epocal baseada na ruptura tecno-científica de característica plástica e singular que, por sinal, recobra-nos o senso ético em que poucas vezes o ser humano foi cobrado. Isso faz lembrar Mészáros, em *-The Power Of Ideology -* ao nos alertar que: “não precisamos da continuidade da mudança, mas da mudança significativa da continuidade”.

Claro que esse limite nos põe em rota de colisão com nossa consciência. Ao mostrar-se dolorosa, resgata aquilo que Leonardo Boff afirmou em Igreja, Carisma e Poder “ter noção total da realidade dói” - e colide exatamente com nossa dimensão ética diante de toda ação destruidora da biodiversidade materializada na maior crise hídrica de todos os tempos, e potencializadora de uma economia adoecida que aceita matar em nome da racionalidade e do progresso sem ordem.

Por que uma resenha da *Laudato Si'*? Na América Latina, a grande mídia apressou-se em adjetivar a *Laudato Si'* de “a encíclica verde do Papa” numa associação pejorativa e reducionista, limitando a proposta central de Francisco aos problemas de natureza ambiental. De forma isolada, essa preocupação possui mérito, mas torna-se perigosa, pois esconde a transversalidade da carta e reduz a complexidade do tema.

Logo, resolvemos interpretar a integralidade (as cores) e a honestidade do Papa. Por isso, não nos furtamos de redimensionar alguns temas e dividi-los em quatro etapas, em suas múltiplas cores, considerando a realidade latino-americana, em geral, e a brasileira, em particular. Como digo: não se trata de uma grande cópia, mas a minha visão de Francisco, aplicada ao nosso contexto, ora local, ora regional, ora latino-americano. Daí o nome “AS CORES DA *LAUDATO SI'*”.

Sem a pachorra de reescrever a proposta inicial do Papa, buscamos apresentar todas as cores do documento original, mantendo sua proposta, mas reorientando seu conteúdo em quatro eixos que melhor dialogasse com a dinâmica das realidades locais.

No capítulo I, trouxemos as cores da dimensão política enquanto ilusão socialmente necessária, cuja função não pode ser outra, senão, garantir dignidade à vida, e assim ser, de fato, uma arte que instrumentaliza no dizer de Hanah Arendt, o trabalho, a obra e a ação.

O capítulo II apresenta debate da maior relevância, pois mistura as cores relacionadas a ecologia e à economia. Entendemos não ser possível evitar esse confronto tendo em vista ser talvez o mote central do texto. Na prática, a união desses dois campos possibilita abstração necessária ao alcançar interpretação da grande crise civilizatória. Nesse sentido, procuramos leituras possíveis da economia e de seus efeitos sobre a ecologia no Nordeste do Brasil, a partir das obras imperiosas. Fomos amiúde com o caso da mineração no sertão do Ceará e questionamos o modelo predatório de (des)envolvimento que aprofundam diversos tipos de desigualdades, afetando com seu peso inercial.

O leitor encontrará, no capítulo III, uma clara reflexão acerca da perigosa associação entre a ciência e a tecnologia. Ali são traçados parâmetros, atualizações e, sobretudo, críticas ao tecno-cietificismo globalizado. Perceberemos a precisão cirúrgica do Papa ao definir a tecnologia apenas enquanto possibilidade e não a instrumentalização última da condição humana.

Finalmente, o capítulo IV trabalha a cor da fé em que é estabelecido o debate em torno da primeira dimensão do homem e seu encontro com o sagrado.

Nesse ponto, claramente o Pontífice se dirige aos seus (católicos) assumindo a dianteira da aproximação entre fé e razão. Poderemos perceber que a

proposta não se limitou a fé dogmática, mas se permitiu a crítica em que tal discussão secular cedeu espaço à visão especialista, atomizada e até antropocêntrica, contrariando todo princípio de ecologia integral.

Buscou-se aprofundar a caridade nascida no seio de Deus, que restabeleceu a história da salvação enquanto liga entre o céu e a terra. Outro ponto digno de nota nesse capítulo é a atenção especial destinada a mulher. O Papa lembra, e nós completamos a profunda fortaleza feminina que outrora se dispôs cumprir relevante tarefa de conceber a vida ao Criador e colaborar com a caminhada humana na terra.

A encíclica não buscou apresentar um Deus moralizante, nascido na metafísica, cuja morte foi anunciada por Nietzsche. Mas ao contrário! Buscou-se facilitar o encontro de um Deus juvenil e plenamente plural. Não um Deus cinza especializado em condenar e acrisolar. Mas um Deus amoroso, libertador, que se encontra multicolorido em atenção às diferenças de suas criaturas. Um Deus justo, e por isso repleto de amor que supera as doutrinas, encontrando-se e deixando-se encontrar.

Nesse momento fica clara a percepção do Papa com relação às expectativas cristãs, principalmente quando entendemos que o cristão é aquele que informa, forma e transforma. Ao assumir seu papel na tríplice aliança ele se faz sacerdote ao denunciar, rei ao conduzir e profeta ao anunciar que um novo mundo é possível.

Enfim, a teia que tentamos costurar se consistiu muito mais em apontar sua ousadia, delicadeza e, ao mesmo tempo, sua capacidade de falar o óbvio do que apresentar uma grande cópia. O ensaio propõe-se

argumentar que a encíclica é estimulante na releitura da vida de tal modo que nos convida a sair da resignação à indignação, da denúncia ao anúncio, da paralisação à movimentação comunitária, social e humana.

Afinal, não é possível que uma sociedade que produza mais mix de produtos publicitários do que bactéria nas savanas africanas esteja encorajada a continuar sua aventura de produção da desigualdade planetária. Como lembra Francisco “Sem essa perspectiva o desperdício começa no instante seguinte da criação”.

Após a leitura das inquietantes palavras da *Laudato Si'*; faz-se necessário atualizar Marx que “nos idos do século XIX, argumentava que o capital se antagonizava ao trabalho” hoje “se antagoniza a própria vida”. Essa comparação assemelha-se ao discurso do primeiro ministro malaio na sede da ONU em 2010, após a tragédia ambiental em que um Tufão provocou estragos exponenciais no seu país, levando-o a impelir a comunidade diplomática a sair da inércia, bradando: “senão nós, quem? Senão aqui, aonde? Senão hoje, quando?”

Por fim, espero que esse ensaio te apresente um pouco daquilo que percebi nessa nova forma de ver, julgar e agir trazida à baila por Francisco. Faço votos de que releia e reinterprete, sobretudo reflita que em tempos de políticos desprezíveis, de economia excludente e sociedade narcisista; em tempos de guerras injustificáveis, de desumanização vil; em tempo de fartura na produção e fome nas periferias; em tempos de privatizações da natureza e dos lucros, de estatizações dos prejuízos; em tempos que se tornou

AS CORES DA LAUDATO SI'

comum tolerar o intolerável é preciso reafirmar que “o único sentimento que supera o medo é a esperança”.

Louvado seja *A LAUDATO SI*, “Louvado sejam todas suas cores!!!”

Oxalá.

CAPÍTULO I

A COR DA POLÍTICA



A DIMENSÃO POLÍTICA E O LUGAR DO HOMEM ENQUANTO SUJEITO

“A POLÍTICA É UMA ILUSÃO SOCIALMENTE NECESSÁRIA, CUJA FUNÇÃO NÃO PODE SER OUTRA, SENÃO, GARANTIR DIGNIDADE A VIDA. É POR VEZ, UMA ARTE QUE INSTRUMENTALIZA A IDEOLOGIA E TORNA O HOMEM CAPAZ...”

Rafael dos Santos da Silva

O relativismo prático denunciado por Francisco renova nossa expectativa na categoria política. Assim, o objetivo desse capítulo consiste em apresentar as “cores” da *Laudato Si'* que estão relacionadas a esta dimensão. Na categoria política reunimos assuntos apresentados no texto original como: amor cívico, educação, as contradições da desigualdade, o apelo à justiça intergeracional, além de diálogos necessários à transparência, ao trabalho e à economia. Convém lembrar que no texto original esses temas estão com outras distribuições diferentes dessas aqui apresentadas. Resolvemos reacomodá-los por entender que esse novo arranjo é essencial na interpretação da centralidade política, sobretudo, relacionado a contextos locais da América Latina, em especial no Brasil. O fundamental é que o leitor possa compreender criticamente aquilo que colocamos na mesa do debate como sendo absolutamente urgente. Facilite a sintonia compreensiva da realidade, que em última instância responde ao antropocentrismo moderno.

A ALEGRIA E A PAZ COMO CONSEQUÊNCIA DA BOA POLÍTICA

Quantas guerras, conflitos e mortes serão precisos para a humanidade perceber que a paz é mais importante? Compreender que a alegria é o ponto de chegada da reciprocidade ecológica? É preciso reconhecer que a alegria é fruto da paz enraizada nas boas práticas políticas que Francisco associa à justiça como símbolo de igualdade. Isso pode ser visto nas suas palavras quando diz “acredito piamente que a paz é fruto de justiça e muito mais ainda da nossa alegria contagiante”. Alegria que precisa encontrar o outro de forma sincera.

Exercer gestos fraternos e voluntários para o Papa pode ser nossa grande contribuição para a paz e isso pode começar a ocorrer no simples sorriso aos pobres – em especial aos mendigos – segundo ele, possivelmente, esse gesto poderá ser a única coisa positiva que aquela pessoa receberá durante o dia. A alegria é, portanto, o mérito da esperança, ela sutilmente nos exorta à condição humana mais natural e pode ser o início da paz no mundo.

A aceitação de que a esperança é, em última instância, fruto de nossa alegria deve encaminhar-nos à civilidade fraterna. Sem isso é razoável supor que a desesperança é o último degrau do infeliz, onde a condenação ao fracasso põe em risco a evolução humana ao negar a herança das coisas sagradas àqueles que não creem. A crença, nesse ponto, não estabelece fronteira religiosa, mas associa-se ao profundo senso cognitivo em que o humano supera o reducionismo encapsulado na fé e hierarquizado no credo. Esperança, nesse contexto, é

acreditar que a vida vale muito mais que a soberba da materialidade.

Em outras palavras, associamo-nos a Francisco quando lembra que o materialismo imediato, baseado no consumismo, distrai-nos do mundo concreto, falseia a realidade e impede-nos de crescer sobriamente na caridade e no amor. A lógica competitiva engendrada nas engrenagens pós-modernas impulsiona-nos a comprar desmedidamente, e repentinamente somos comparados com outros que não conseguem a mesma capacidade aquisitiva.

Acreditamos que a hierarquização das pessoas nos tira aquilo que é mais sagrado no contexto social ao nos induzir à negação da cooperação mútua e voluntária no limite de tornarmo-nos empedernidos pelo mercado. Nesse momento, já não possuímos condições de manter a paz – individual e coletiva. Tal fissura tem sua certidão de nascimento no fordismo. Esse movimento fez pela primeira vez na história a humanidade buscar, na coisa material, um adorno à sua alma esgarçada pelo imediato utilitarista. A vida a crédito não é apenas um livro de Bauman, mas uma realidade fugaz de nossa historicidade.

No limite do debate, o Papa adverte-nos de que a alegria e a paz carecem de encorajamento profético e contemplativo que pode ser encontrado com abundância na espiritualidade cristã. Para o Pontífice “jamais devemos nos deixar seduzidos e entorpecidos pelos prazeres da acumulação”. Precisamos recuperar a alegria de viver plenamente o amor esperançoso e desprovido, como bem disse Francisco “a sobriedade livre, consciente e libertadora, é suficiente para necessitarmos pouco e vivermos muito”.

Em seguida a dimensão da alegria humana se transfigura em amor cívico de ação do devir político como instrumento concreto da liberdade.

AMOR CIVIL E POLÍTICO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

A carta do Pontífice lembra-nos da política como um gesto de amor. O senso de justiça é para nossa interpretação, a primeira conquista para a dignidade humana. Para ajudar na reflexão apresento poema de D. Pedro Casaldáliga em que diz:

“Onde tu dizes lei, eu digo Deus. Onde tu dizes paz, justiça e amor, eu digo Deus. Onde tu dizes Deus, eu digo liberdade, justiça, amor.”

Como bem interpretava L Boff o poema depreende que Deus está somente onde estão a justiça, o amor e a liberdade. É com esse espírito que recobro o advento da modernidade pela ampliação do alcance científico em que a sociedade conheceu sua face mais cruel, mergulhando numa crise que passou a ser chamada de crise civilizacional. Em outras palavras, Boff interpretava em Igreja, Carisma e Poder que a dimensão da verdade (justiça) só pode ser mensurada pela ação relacional do homem com o homem. A partir daí, o encontro ontológico ocorre enquanto critério da nova escatologia¹.

Agora possuímos elementos para compreender que política e justiça são palavras sinônimas. É

¹ Escatologia, vem do grego e significa último estudo. No contexto expressa a última condição humana.

simplesmente impossível alcançar justiça sem considerar o campo da política. Os bispos, em Puebla, ajudaram-nos a compreender melhor essa função, sobretudo, quando nos advertiam de que a política provinha do senso mais íntimo da fé cristã. Para eles, a política está intimamente relacionada ao senhoril de Cristo, enquanto ação exigente que compromete a expressão objetiva do ser.

A partir desse contexto, precisamos observar o cenário atual que envolve a dimensão social, política, econômica e recentemente os limites ambientais. Esse cenário nos põe na dinâmica de tencionar a neutralidade política que encontra no apolítico seu ponto de chegada. Perceber a política sem essas conexões representa uma profunda mutilação ontológica² do termo.

Nesse sentido, a carta de Francisco é precisa quando nos induz a refletir a política enquanto um gesto de amor à sociedade. Isso porque a sensação subjacente à política é de um sujeito inerte que observa seus pés separados por um abismo que só cresce. O grande convite, portanto, consiste em compreender que vivemos uma mudança paradigmática entre o moderno e o pós-moderno. O esgarçamento social e político alcança tal proporção que em determinados contextos chega a desatualizar o contrato social de Rousseau. Evidentemente nos põe em rota de colisão com nossa essência e nossa materialidade.

O amor político pode ser praticado no resgate do imperativo ético, na capacidade de viver junto e em comunhão. Francisco nos lembra que o “cuidado com a

² Ontologia é parte da Filosofia que busca estudar a existência de Deus sem experiências prévias. No contexto foi utilizada para designar essência.

natureza pode ser um bom caminho a essa conquista”. Segundo ele “é necessário voltar a sentir dependência à biodiversidade” pondo em marcha à ética, praticando a bondade, se alimentando da abstração da fé”. Devemos ainda observar e combater a “degradação da moral enquanto elemento de ligação com a dignidade, sem jamais lançar mão de uma falsa superioridade, superficial e servil”. Francisco nos aponta para “(...) não perdermos a oportunidade de uma palavra gentil, de um sorriso fraterno de um gesto de delicadeza que testemunhe a paz voluntária, a amizade e a integração com todas as formas de viver (...)”

Aqui a política se apresenta, muitas vezes, como a tradução do mais simples e singelo gesto de amor. Para o Papa, a política é mais que um instrumento de poder, é um gesto de boniteza e de profunda humanidade de prática e de serviço voluntário ao próximo. Nesse sentido, e diante do esgarçamento social, Francisco apela para “a dimensão e o compromisso do amor que é capaz de pequenos movimentos do cuidado comum. Na prática de um gesto cívico e político que alcança e dissemina a macro relação.”

Nesse ponto, acredito que Francisco atinge a parte mais simbólica do seu argumento, ao advertir que “todos são chamados a investir politicamente na sua comunidade”. Convém compreender que seu posicionamento não reduz apenas a política partidária, mas a política do bem comum, da solidariedade capaz de sentir a dor do outro, do cuidado com as diversas formas e expressões que dão cor à vida comunitária. Por óbvio, esse movimento também inclui os partidos políticos.

Como bem observa L Boff, “precisamos conscientizar a dimensão política presente no evangelho em nossa fé”. Para ele, Deus quer ser servido aí!

Por isso, precisamos admitir que o objeto da fé cristã é alcançar a totalidade humana que destina-se à transformação social por meio da política. Nessa dimensão, Puebla chega a distinguir a diferença entre política com “P” maiúsculo e “p” minúsculo. Essa segunda é destinada à administração da sociedade em que se encontram as contribuições dos partidos políticos. A carta dos bispos escrita em Puebla observa que aí reside o lugar dos leigos, ou seja, construir ideologicamente novas condições de convivialidade que seja capaz de resgatar aquilo que Oliveira identifica como a primazia do senso político para o enfrentamento do colapso ecológico.

É consenso que a realidade social é mais ampla do que a gestão do Estado. Por isso a presença de uma autêntica política, individual e coletiva, faz-se necessária. Isso porque é na política que consiste o posicionamento justo e correto que se utiliza das contradições para denunciar e, sobretudo, apelar contra a falácia da neutralidade. Ou seja, alicerça-se na denúncia profética da exploração de setores importantes como a comunicação.

Esse movimento deve ser suficiente para a superação da deterioração social e humana na perspectiva holística. Principalmente quando Francisco nos alerta para comungarmos da interpretação do ser humano enquanto sujeito portador de direito à vida. Aquele possuidor de dignidade especial, de responsabilidade inebriante frente aos contextos

ambiental, social e cultural.

Para o Papa, consumir ou vender a natureza é algo alienante das mentes humanas. Esse isolamento mental produz uma falsa ideia de liberdade, resultando no ostracismo que confunde a coesão social. Por isso o Pontífice observa que precisaremos doutro estilo de vida e mantê-lo. Francisco denuncia que manter o atual nível de “crescimento é algo que beira a criminalidade.”

Para tanto, não precisamos utilizar meias verdades. O discurso de Francisco acumula certo grau de proximidade com instituições (*Greenpeace*, Clube de Roma, inclusive a ONU) que no conjunto têm apresentado trabalhos alardeando a insustentabilidade do atual modelo de produção e consumo. Nessa situação não há como utilizar meias palavras (apesar da incoerência, ou inocência, em se ver discursos pró-desenvolvimento sustentável, inclusive, de setores pretensamente progressistas) nossa interpretação às palavras de Francisco leva-nos a admitir que sustentar o atual modelo político incorre em erro de mérito, dada sua estrutura esquizofrênica e absolutamente individualizada.

O MERCADO SEM POLÍTICA

A encíclica, acertadamente, taxa o modelo de mercado como o principal quinhão desse processo político. Como dizia K. Polany “o grande problema da modernidade é que saímos em pouco tempo de uma sociedade (com) mercado para uma sociedade (de) mercado” Essa mudança faz tudo virar mercadoria; a

natureza; as pessoas; a economia, até o sexo e qualquer outro elemento, ou sentimento humano.

Ao tocar o contexto constitutivo de mercado pela lenta da política, a carta o faz com precisão cirúrgica; lá se vê que o mercado vive por impulsionar o consumismo predatório, levando as pessoas a compras supérfluas. Isso não pode ser outra coisa que não fruto do esgarçamento político. Noutra ponto encontra-se uma crítica a uma das principais artimanhas de fazer mercado. Fala-se precisamente da obsolescência programada. Estratégia suja utilizada por setores das indústrias ao lançar mão dos sistemas programados que reduzem, de forma tensional, a vida útil dos objetos. Para Francisco “não podemos aceitar objetos comuns e hábitos de vida que não são nossos”, logo, é preciso compreender como se realiza o ciclo do consumo e denunciar o hibridismo letal desse processo: “enquanto de um lado a base produtora do consumo preza pelo livre arbítrio, o outro preza pela indução do convencimento forçado” isso precisa ser reconsiderado para o caminho da sustentabilidade da vida.

Com extrema lucidez, a carta do Pontífice reitera que o jogo tenaz imposto pelo mercado apela para precariedade e insegurança, favorecendo ao egoísmo coletivo em que prevalece a insensatez traduzida pelo aumento da pegada ecológica. Tal evento é legitimado pela concentração do poder econômico de outra pequena fatia da sociedade.

Interessante observar a altivez de Francisco quando interpreta os efeitos reducionistas do mercado ao afirmar “se as pessoas passam a ser referenciadas pelo seu poder de consumo, então aniquilam-se em

suas consciências, seus sentimentos de pertença, dando espaço para o vazio ético e estético assinalado pelos limites da vida material” Nesse rumo entendemos que a vida, a crédito, ganha outros horizontes chegando aos efeitos nefastos na degradação ambiental e social.

Contudo para alcançar outro estilo de vida, é preciso esperança! Para Francisco “nem tudo está perdido! Pois, ainda somos capazes de nos entre olharmos e com honestidade iniciarmos um novo rumo”. Um novo estilo de vida social, econômico, e sobretudo, político. Esse movimento começa pela mudança literal de hábito, quando a ação de comprar deve respeitar o ato moral, seguindo do ato econômico, e não o contrário. O ato moral consiste em identificar a real necessidade da aquisição. Em outras palavras, permita-se perguntar: eu preciso, devo e posso adquirir tal produto? Se a resposta for positiva às três indagações, então você deve refletir: como; quem e quais motivações levaram a produzir isto que estou a consumir.

A segunda frase parece mais um arranjo desordenado, que talvez não suportasse um olhar linguístico, mas busca identificar a responsabilidade de consumir-se algo que não seja fruto de trabalho escravo, ou de uma profunda agressão ambiental. Identificar “como” ocorreu a produção de um determinado elemento é de fato uma responsabilidade social que todos devem abraçar. O mesmo ocorre na tarefa de identificar “quem” e sob “quais” circunstâncias aquele produto foi constituído. Esse simples olhar pode desencadear um comportamento ético no consumo, fazendo surgir novas relações.

Qual o caminho a ser percorrido para alcançarmos

o amor enquanto gesto humanitário? Possivelmente a sugestão da carta da terra ofereça-nos alguns elementos ao enfrentamento da autodestruição. Não precisamos aceitar a imposição de um canto acorrentado, cujos Símbolos perigosos e desconhecidos se alastram como um tumor silencioso.

Francisco alerta-nos para “à ousadia de sair de si, e ir ao encontro do outro, rompendo a consciência isolada; a auto referência”. Busquemos na reação moral de seus impactos; tenhamos vergonha de nossa irresponsabilidade ecológica. O Papa adverte-nos de que “talvez, precisemos iniciar esse processo pela educação como instrumento de aliança entre a humanidade e o ambiente”.

Educação aqui não é outra coisa, senão a forma mais integral de respeito ao próximo. Mas é preciso estar atento na identificação de quem é o próximo. Esse reconhecimento pode ocorrer na negação de marcas que utilizam mão de obra escrava em outros continentes para garantir vantagem competitiva no mercado.

O texto de Francisco leva-nos a interpretar que o próximo é tudo que possui composição química equivalente à vida (20 aminoácidos e quatro moléculas fosfatada. Essa combinação química é encontrada em todo ser vivo, do mais simples ao mais complexo). Tal compreensão ampla de humanidade resgata o real sentido da vida e do ambiente. Demove-nos de qualquer representação hierárquica e põe-nos na rota da ética da responsabilidade com o outro.

Como vimos no item anterior, a encíclica insiste que mudar de hábito é crucial para responder a gravidade da crise atual. A mera acumulação de objetos e prazeres

precisa ser enfrentada com a sensibilidade ecológica necessária, e isso constitui um desafio extremamente educativo. Nesse ponto encontramos um nicho essencial para discutirmos a importância da educação.

EDUCAÇÃO ENQUANTO INSTRUMENTO DO AMOR POLÍTICO E CIVIL.

Tratar educação na sua dimensão política, consiste situar a configuração humana no seu contexto histórico-social. Talvez a dimensão educacional permita o aperfeiçoamento da articulação dos diversos momentos que dão sentido à vida moderna, e nesse contexto apresente a primazia da autonomia ontológica do ser. Por isso, a educação é, antes de tudo, um direito humano cuja lógica deve ser abordada pela possibilidade fundamental da constituição da vida.

Nesse cenário, Hathaway e Boff (2012) observam que o método da educação do Sul, ainda se ancora em modelos de opressão internalizada, numa espécie de apologia à ideologia imperial/colonizadora. Esse caminho reduz significativamente a capacidade reflexiva do cidadão. Paulo Freire chamou esse processo de educação bancária (pela característica de depósito). Tal modelo observa o poder como algo estático com fortes laivos de autoritarismo. Em outras palavras, acredita-se que as disciplinas sejam apresentadas com o objetivo de dificultar a percepção e conexão necessária para estabelecer leitura correta da complexidade. Com isso os depositários (aqueles que recebem os conteúdos) formam uma visão distorcida da realidade, fazendo-os

enxergar um mundo superficial.

Para enfrentar essa vergonha, o texto de Francisco lembra as possibilidades de uma educação voltada para o ambiente. Essa proposta pode contribuir sensivelmente para destruir o mito do progresso, da concorrência entres os desiguais e favorecer o caminho pedagógico da ética ecológica no limite de forjar uma educação baseada em novos hábitos.

Esse movimento pode ser alcançado pela assunção de abordagens transdisciplinares, enquanto estratégia educacional do conhecimento comum. Traduzindo, enquanto a educação se preocupar em equipar estudantes para competirem na economia apenas para serem melhores produtores e consumidores; enquanto a competitividade for determinante na condução educacional, os métodos da opressão não poderão, contraditoriamente, servir de emancipação daquele que Paulo Freire chamou de oprimido. Aqui, a educação envolve uma decisão compromissada na libertação de ambos, tanto do oprimido quanto do opressor. Dado que a verdade do opressor resiste fundamentalmente na consciência do oprimido.

Boaventura irá chamar essa saída de educação planetária, ou ecologia dos saberes, em que seja possível a conscientização crítica e protagonista do cidadão. Essa dinâmica consiste num movimento dialético da historicização do homem. Trata-se da mais complexa forma pedagógica que Freire, outro dia, batizou de “pedagogia da antropologia”.

Quando tratamos de educação individual, a carta de Francisco observa que esse novo rumo também é chamado

de responsabilidade individual. Isso por permitirá composição de pequenas atitudes como reduzir o uso do plástico e do papel, evitar o consumo desnecessário de água, ou mesmo atitudes mais simples como separar o lixo e cozinhar apenas o necessário. Inclui também tratar com desvelo outros seres mais fracos, além de optar por usar transportes públicos ou partilhar o automóvel.

A simplicidade de plantar árvores e poupar energia faz-se num exercício interessante. Mas cada gesto nos exige limites, revelando nossa real intenção de exprimir parte da nossa dignidade. Francisco ressalta que o exercício de nosso comportamento educacional, por menor que pareça, dá sentido a nossa existencialidade. Legitima nosso espaço de pertença e faz-nos reconhecer nosso lugar que em última instância nos garante identidade.

Se nosso objetivo é uma mudança profunda de estilo de vida, então é preciso ter em mente que a educação acompanhada do senso ecológico pode auxiliar-nos em modelos sociais diferentes. Em outros termos, pode ajudar-nos a contagiar e animar outras pessoas na mesma dimensão. Possivelmente, esse caminho nos conduz a compreensão de influenciar a redução da desigualdade planetária.

O PROBLEMA DA DESIGUALDADE PLANETÁRIA

A desigualdade tal qual conhecemos é um subproduto do sistema capitalista. Um esterco meticulosamente articulado nas estruturas fabris

dos idos do século XIX, potencializado pelas diversas revoluções que desde então se revezam entre produção, informação e tecnologia.

A distância entre as classes tem se tornado mais assimétrica, configurada no capitalismo de consumo. Nesse sentido, o texto papal é feliz ao associar a degradação ambiental à degradação humana. Para ele existe uma degradação sistematizada na geração da desigualdade.

O texto convida a refletir sobre a necessidade de denunciar todas as formas de desigualdade, seja ela econômica, social e de gênero entre as nações, e especialmente entre os povos. A desigualdade é responsável por articular variáveis que tornam a vida insustentável, como a dependência, a competição exacerbada, a fugacidade tecnológica.

A história recente da humanidade permite-nos atestar que a desigualdade é, por certo, resultado daquilo que conhecemos por desenvolvimento. Essa palavra sozinha mereceria um debate especial. De forma inocente, toda sociedade encampou o discurso “desenvolvimentista” associando à sustentabilidade sem se dar conta de que se trata de uma grande esquizofrenia. É preciso revelar o sentido central da proposta desenvolvimentista, ao iniciar pelo seu lexo que indica literalmente a negação ao envolvimento.

O contexto histórico do (des)envolvimento remonta-nos aos processos fabris do século XIX, onde se argumentava aos povos escravizados da necessária negação ao envolvimento comunitário e social, tão caro as suas tradições. Segundo esse argumento nefasto, era necessário voltar-se às máquinas no limite físico dos

seus corpos. Se Aristóteles estiver correto ao afirmar não podermos alcançar o bem pelo mal; então precisamos admitir a impossibilidade dialética de avanços sociais consistentes ou sustentáveis, tendo como ponto de partida a proposta baseada na negação ao envolvimento.

Voltando a *Laudato Si'*, observa-se o imenso esforço de Francisco em não medir palavras para denunciar o conjunto de ações que faz a morte alcançar os mais pobres de forma mais rápida. Ele lembra que estes são a maioria no planeta, e que pouco ou quase nada tem sido feito para acabar com essa vergonha. Lembremos a hipocrisia escondida por trás dos objetivos do milênio – estabelecidos pelas Nações Unidas – dos quais uma das metas visava eliminar “metade” da fome até 2015. Mesmo que o indecente objetivo seja alcançado, no instante seguinte ainda teremos mais de meio milhão de pessoas nesse estado calamitoso. Aliviar a pobreza é, na realidade, um constrangimento para um planeta globalizado. Nesse aspecto, o texto é de tal maneira duro que os mais atentos podem escutar o Papa bradar: Chega! Não podemos mais tratar os excluídos como apêndice, como obrigação. Chega de meias verdades!

Francisco alerta que vivemos pouco ou nenhum contato com essas mazelas, muito em função da cisão fragmentadora dos nossos meios de comunicação, ou das estruturas das cidades (des)envolvidas. Continua sua escrita reiterando que isso contribui para cauterizar nossa ignorância. Assertivo, Francisco argumenta que “Temos ciência que o problema está lá, mas quase nada temos feito para encontrá-lo”. Tal encontro pode ocorrer como uma verdadeira abordagem ecológica de

cunho integral, consideradas as suas peculiaridades ambientais e sociais, uma abordagem que ouça tanto o clamor da terra, quanto o clamor dos pobres.

Segundo o texto, não podemos culpabilizar apenas o crescimento demográfico pela situação de penúria dos mais pobres. O princípio malthusiano (que afirmava haver descompasso entre taxas populacionais e alimentícias) errou consideravelmente. Como pode ser observado na carta “assumir que o problema é demográfico se assemelha a jogar a poeira para de baixo do tapete”.

Caso queiramos levar a sério tais obstáculos, precisamos discutir a distribuição desigual dos recursos que implicam em consumismo seletivo e exacerbado. Francisco lembra que é preciso discutir de quem é a real riqueza produzida. De quem são nossas instituições? Faz lembrar Prodhoun³ quando ainda no século XIX alertava para os perigos da propriedade privada, chegando a admitir que o seu acúmulo em tudo se assemelhe ao roubo.

A reflexão possibilitada pelo contexto revela ser inadmissível falar em (des)envolvimento sem questionar que um dos maiores registros de exportação de grão vem dos portos da Índia, cuja grande parte da população não tem acesso aos alimentos. Francisco alerta que “não podemos praticar o atual modelo distributivo quando uma minoria se julga no direito de consumir em dada escala, associado a desperdícios de alimentos que chega a terça parte”. Para o Papa “é como se roubássemos da mesa do pobre e jogasse no lixo”.

Contudo, a carta enxerga a possibilidade do

3 Filósofo contemporâneo de Marx. Ficou conhecido no Século XIX, pela obra Clássica Filosofia da Miséria, para contrapor a obra do marxista a denominada Miséria da Filosofia.

desequilíbrio na distribuição da população, pois, em determinados territórios, esse elemento demográfico é associado a problemas ambientais potencializados pela baixa infraestrutura, somadas a outras complexidades compromete a qualidade de vida.

Cabe ressaltar que, em nenhuma hipótese, o texto induz o controle externo da natalidade – o que seria descabido levando em consideração a sua origem, mas ressalta a importância de bons modelos de planejamento público capazes de responder aos novos anseios da demografia moderna.

É simbólico o registro feito na carta que o combate à desigualdade exige um imperativo ético universal, que faça emergir a profunda dívida ecológica que o Norte assume com o Sul. Isso ocorre muitas vezes em virtude dos desequilíbrios comerciais e uso desproporcional dos recursos naturais. L. Boff reitera que “caso o consumo continue na proporção que se encontra, precisaríamos de outro planeta para armazenar os resíduos desse processo”.

Esses resíduos sejam sólidos, líquidos ou gasosos, são em geral descartados por multinacionais, cuja globalização permitiu o deslocamento geográfico do seu chão de fábrica em relação aos escritórios. Em geral, o chão de fábrica se localiza em países, em desenvolvimento, e suas plantas arquitetônicas flexíveis estão sempre ávidas pela próxima isenção de impostos. Sempre em busca de mão de obra barata e semiqualficada.

A desigualdade foi potencializada em função daquilo que Harvey chamou de transição do fordismo para a acumulação flexível. Na prática isso significou

adoção de plantas industriais de setores importantes como forma de aderir àquilo que Celso Furtado chamou de subdesenvolvimentismo. Com efeito, o deslocamento dos parques industriais para os países periféricos e subdesenvolvidos permitiu as grandes corporações ditar o tipo de profissional de que se precisava para a sua produção.

O governo local, além das isenções nos impostos, cuida para limpar o terreno e construir o parque industrial, na mais completa submissão. Na outra ponta deslocam seus staffs educacionais para capacitar a juventude naquilo que a demanda exige, mesmo que momentaneamente. Como essa demanda, a rigor, é flexível, o conteúdo também precisa sê-lo tornando o ensino, a didática e a educação geral bastante fragmentados. Tal movimento explica boa parte das intenções ocorridas na famigerada reforma do ensino médio brasileiro.

A seguir, veremos que o esgarçamento social atinge as mais diversas relações e pode representar um perigoso embrutecimento humano.

O RECRUDECIMENTO DA MORAL NO ESGARÇAMENTO DAS RELAÇÕES FRAGILIZADAS

A moral pode ser traduzida enquanto um conjunto de códigos sociais que determinadas sociedades designam para estabelecer relações entre si e entre outros grupos. Não obstante, os povos indígenas estabelecem códigos diferentes daqueles vistos nas culturas europeias.

O matrimônio, com base na monogamia, é um bom exemplo para compreender regras da sociedade ocidental. Nesse tipo de arranjo social, a expectativa pode sofrer variação moral a depender do tipo de cultura social; que também pode ser influenciada pelo credo. Nesse contexto, não cabe aqui qualquer juízo de valor senão apenas o registro dos fatos.

A própria relação com a pobreza pode ser justificada a depender da cultura. Se você estiver em Nova Deli e pertencer à cultura religiosa daquela cidade, deverá estar conformado com a explicação das castas. Se você estiver em Nova Iorque, a explicação da pobreza será outra, a meritocracia capitalista. Mas se você for um socialista convicto, dificilmente, encontrará explicação moral para esse fenômeno fora da exploração do homem pelo homem.

Genericamente, podemos afirmar que o objetivo da moral visa estabelecer regras de condutas aos comportamentos sociais limitados quer seja na geografia, na cultura, ou mesmo na expectativa social. A moral revela, portanto, a expressão da aplicação ética que um determinado grupo julga ser certo ou errado. Daqui, é possível atestar que a moral caminha entre a transitoriedade e a institucionalização de práticas. Ser fumante, na década de 60 era moralmente aceito, hoje nem tanto. A sexualidade, na Grécia antiga, era tratada moralmente bem distinta das que vimos hoje, e assim por diante.

Na prática, o que queremos afirmar é bastante simples: as relações naturais nunca foram tão maltratadas. O reflexo disso se configura no destrato relacional com que destinamos a nossa casa, nossa *madre tierra*. Nos últimos dois

séculos, enrijecemos o verdadeiro sentido da palavra moral, e o que é pior, subvertemos o valor estético do seu conceito. Não por coincidência, esse período representou a maior expansão do modelo de exploração e consumo baseados no capital. Assistimos as relações possuírem seu fio condutor na moral consumista, individualizada na capacidade de crédito, congelando a moral no tempo e no espaço.

Para vencer a vilania que recrudescer a moral e desfigura o sentido ético e estético das nossas relações, Francisco apresenta a urgência de resgatar o projeto de beleza, paz e plenitude que abandonamos na modernidade. Para o Pontífice o principal problema consiste em “não dispormos da cultura necessária para enfrentar o tamanho do desafio”. Tal movimento implica na construção de lideranças suficientemente capazes, e rigorosamente comprometidas nesse caminho.

Diante da crise estrutural e da ausência de liderança mundial, precisamos reagir com altivez o reducionismo programático proposto pela civilização tecno-econômica. Tal comportamento não poder ditar os rumos da justiça, da liberdade e nem tão pouco da política. Precisamos estar atentos à fraqueza e submissão que se dá na relação política às tecnologias e às finanças parasitárias, traduzida naquilo que Bauman chamou de “crise de legitimação do capitalismo tardio”.

Para o contexto, Francisco aponta a necessidade de denunciar a franqueza que contamina essas relações, e vis-à-vis submete a biodiversidade a interesses de mercado, perpetua a criminosa aliança entre finanças parasitárias e tecnologias, abrindo espaço para o reducionismo da vida. Traduzindo, o recrudescimento moral.

Esse argumento vai ao encontro daquilo que Habermas chama de remercadorização da relação entre capital/trabalho. Para o autor, esse processo implica em que o trabalho esteja sempre em condições de ser vendável, de tal modo que sempre haja alguém em condições de comprá-lo. Segundo o Papa isso conduz o imediatismo associado ao individualismo num movimento cíclico de tendência suicida. Para o Pontífice a principal tarefa do Estado consiste em garantir as condições estruturais que esse processo cobra.

A mensagem alerta que alheio a tudo isso, o sistema econômico destila seu poder especulativo ignorando a condição ambiental e humana pela própria incapacidade de considerar qualquer processo moral. A mudança da forma produtiva alimenta essa questão, sobretudo quando alcançamos a agricultura empresarial tecnicista (leia-se agroindústria) mensurada mais pela quantidade de toneladas produzidas do que mesmo pelos valores culturais do homem no campo.

Basta ver o exemplo do Ceará para ilustrar bem esse novo modelo. O dia 19 de março (dia de São José do padroeiro o Estado) é cada vez mais esvaziado na sua essência. Nesse dia, era comum ver peregrinação, religiosidade encarnada na cultura de fé, pedindo ao santo a chuva da redenção. A dimensão da fé era valorizada e permeava a formação cultural daquela gente.

Hoje, com o advento da agricultura empresarial recorre-se muito mais à técnica do que propriamente à fé, sem falar da sectarização social e falta de continuidade da cultura do campo.

Como as empresas instalaram-se ferozmente

naquele espaço, passo a passo a produção familiar foi substituída pela produção industrial. Esses complexos processos impactaram diretamente no crescimento das dívidas (internas e externas) dos países em desenvolvimento, além dos efeitos danosos na cultura local, dado o *modus operandi* das comunidades e, sobretudo nas suas expectativas de vida.

Não obstante, a substituição da fé pela máquina induziu a um atrofiamento das relações e consequente esgarçamento, não por defender esse ou aquele credo, mas fundamentalmente por mensurar as relações produtivas, hierarquizando-as em função da máquina.

Francisco lembra ainda o risco de manter o comportamento individual de um lado e a degradação moral do outro. Isso pode acarretar no abismo da guerra de consequências incalculáveis, quando se admite o uso de armas químicas bacteriológicas, biológicas e nuclear. Esse tipo de pensamento altera o equilíbrio natural da vida. Segundo Francisco “não é admissível que a produção bélica interesse mais que a vida”.

E parece mesmo que esse é um caminho horrendo. Amartya Sen⁴ afirma que apenas 2,5% do orçamento bélico seriam suficientes para exterminar a fome no mundo. Em pouco menos de uma década seríamos capazes de eliminar essa mazela produzida pela sociedade moderna. Por isso, Francisco é tão enfático ao afirmar que “devemos levar a sério o enfrentamento do comportamento que aponta as fraquezas de nossas relações”

Precisamos denunciar, com força, o surgimento de comportamentos banhados de profundas irrespon-

4 Economista indiano Nobel de economia em 1999. Sua principal obra traduzida para o Português é *Desenvolvimento como Liberdade*, editora Sextante, 1999.

sabilidades coletivas. Esse novo comportamento humano tem se baseado numa moral acrisolada, presa no passado distante que nos fora repassado como verdades absolutas. Foram em Síntese, recrudescidas e amoldadas por uma estirpe dolente incapaz de fazer-nos enxergar e sentir o outro. Mais uma vez Francisco é cirúrgico ao indagar “para que serve conservar um poder que será lembrado pela sua incapacidade de mudar a rota do abismo?”

Essa reflexão nos remete a outro problema; a informação. Seu processo de construção de diversidade e, sobretudo, sua seletividade.

OS EFEITOS DA INFORMAÇÃO SELETIVA

Entramos no debate acerca da seletividade das informações de maneira muito oportuna. Acabamos de observar o recrudescimento da moral como estratégia da modernidade. Bem que poderíamos afirmar que esse tópico é consequência do anterior.

Além disso, não seria forçoso imaginar que as diversas modificações sucedidas na sociedade pós-industrial, sobretudo, nos últimos três decênios do século XX, expôs a experiência humana comportamentos social, econômico e cultural, absolutamente, complexos. Esses elementos exigiram da informação mutações drásticas e não esperadas. Foi comum observar nesse período rupturas de modelos organizacionais tão dramáticos que, não raras vezes, fizeram das instituições reféns das novas tecnologias, transformando suas informações em mercadorias estratégicas, utilizadas como moedas de troca no mercado globalizado, sobretudo o financeiro.

Nesse terreno arenoso a informação foi tragada pelas novas tecnologias, vendendo a falsa ideia de que essas iriam responder toda complexidade social. O argumento costurado por Francisco denuncia que a informação pós-moderna é construída no vazio da publicidade como uma peça de marketing sempre disponível numa prateleira, se possível eletrônica.

A *Laudato Si'*, permite-nos perceber o desatino da informação seletiva potencializada pela revolução da informação derivada da tecnologia embarcada na ideia da fragmentação cartesiana (leia-se especialização) do conhecimento. Esse processo histórico adveio com a materialização daquilo que hoje conhecemos como Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) cujo alcance não conheceu limite técnico nem moral, nem muito menos ético.

Nesse contexto, é oportuno relembrar Hathaway e Boff quando observaram que “ter consciência da realidade total dói”. A partir dessa consciência é preciso considerar o sistema informacional enquanto conjunto de pensamento efêmero cujo esforço consistiu nos últimos séculos construir o mito do progresso. O prolongamento desse modelo afirma Francisco “permite uma lavagem cerebral normativa ao consumo de tal modo que o atomismo do pensamento seja traduzido pelo desejo do comércio”. Em última instância tal comportamento induz ao poder do consumo.

Em outras palavras, quanto mais fragmentada a informação, mais sucesso terão as peças publicitárias. Como consequência, mais separada será nossa visão de sociedade. No apogeu desse processo, é possível ser evitado

o doloroso estágio do conhecimento total da realidade? Buscamos sempre uma resposta confortável e positiva, ainda que estejamos bebendo de um letal entorpecimento que nos leva ao adormecimento ético e moral.

Um exemplo é o preocupante crescimento de programas policiais no Brasil. Essa manipulação sempre vem associada ao medo, construindo tramas e produzindo o inimigo a ser vencido. Quem mora nas periferias das grandes cidades, talvez não perceba, mas os roteiros dos programas não fazem outra coisa senão apresentar pequenos furtos e crimes, geralmente ocorridos, ou cometidos por alguém desses locais.

A estratégia maniqueísta consiste basicamente em gerar seletividade à informação que, por ocasião de sua evolução, induz ao conjunto dos telespectadores identificara cor, e o endereço do seu inimigo em potencial. Só falta dizer que é seu vizinho! Mas essa informação complementar vai ser concluída pela “pseudointeligência” do telespectador. Na prática a informação seletiva vende à sociedade certo grau de naturalização, a estratificação social como normal, natural e a única forma de ver a violência.

No entanto, a estratégia completa-se, quando nos intervalos surgem grandes grupos empresariais vendendo a comodidade da segurança privada como solução ao problema narrado. As consequências são desastrosas! Os primeiros a sofrerem com assédio moral são os trabalhadores da segurança pública. A associação entre policial e senhor do mato é inevitável. Estes são convidados a assumirem o papel do justiceiro e a reproduzir, historicamente, o que aqueles assumiam enquanto

controle social. O antídoto é determinado e repetido pela história. Em outras palavras, o papel que ontem cabia ao senhor do mato, hoje é delegado ao trabalhador policial; qual seja resolver todo problema social pela força.

A seletividade da informação está diretamente relacionada à capacidade social de resolver seus problemas. Isso exige interpretação da totalidade, ainda que doída, pois como vimos o problema da violência é algo amplo e complexo. Envolve uma diversidade infinita de variáveis como: segurança pública, educação, saúde, formação humana.

Relaciona-se diretamente com a redução das vulnerabilidades econômicas, e inclusive reinvenção da mídia. Talvez o controle social seja o melhor termo. Mas o fato é que não podemos imaginar que a força policial resolva sozinha todos os problemas sociais. Essa seletividade beira a irresponsabilidade.

Para enfrentar esse paradigma, Francisco descreve, com razão, que consiste em erro fatal vender a tecnologia da informação como a nova redenção; como a cura para o combalido contrato social. Antes disso, segundo o Papa, precisamos assumir a informação como um direito humano básico que não pode ser utilizado como segredo de mercado.

Na prática, a informação precisa estar a serviço do homem e não o contrário. Se isso for possível, então não podemos aceitar novamente a posição única e engessada – do tem que ser assim. Sem assumir a pachorra de definir qual seria a saída, a carta de Francisco abre-se ao conjunto da sociedade para construir um processo comunicativo da estrutura informacional atual de forma coletiva.

Essas reflexões nos são úteis na perspectiva de apontar novos rumos, novas possibilidades. Nessa linha, é preciso considerar que não podemos pensar os problemas cartesianamente como se apresenta atualmente a construção da informação.

Para Francisco, nossas relações não podem responder ao atomismo materialista da modernidade. A construção positivista da realidade apresenta-se limitada no limite em que as ausências dessas convicções invariavelmente frustram a expectativa divina.

Porisso, precisamos avançar no diálogo sobre meio ambiente (considerando o ambiente completamente, e não metade dele) como responsabilidade mundial. Aqui o papel da diplomacia é essencial.

EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE MEIO-AMBIENTE E A COMUNIDADE INTERNACIONAL

Após o grande movimento realizado no período pós-guerra para revitalizar a economia mundial, o papel do desenvolvimento foi reconfigurado para caber na natureza. Nessa nova perspectiva, a palavra “meio” deixava de simbolizar apenas um caminho para permitir interpretação sinônima à “metade”, associada à ideia patriarcal e antropocêntrica. Tal processo constituiu o homem apartado da natureza, como resultado de um profundo esgarçamento nas relações sociais.

Vários tratados e organismos revezaram-se em tratativas esquizofrênicas que ora visavam unir, ora desarticular relações diplomáticas. Foi por isso que o

século XX assistiu a duas grandes guerras a inúmeros tratados e a uma guerra silenciosa.

É preciso observar que do ponto de vista macro, a diplomacia foi caracterizada pela ausência de uma proposta holística, simbolizada pela diminuição ao consenso de Washington. Dentre outras coisas, sua função foi reduzida a termos mercadológicos.

Isso caracterizou a cartada final que significou o avanço do mercado sobre o meio ambiente. Em última instância, esse processo fez adormecer no homem o senso de pertencimento com a natureza que já acompanhava desde o iluminismo tornando suas relações absolutamente frágeis numa palavra: (des)envolvidas.

Após contextualizar em alguns aspectos fundamentais os caminhos adotados pela comunidade diplomática, temos elementos suficientes para debater e compreender as novas configurações diplomáticas e seus efeitos no meio ambiente.

Paradoxalmente, o século XX ficou conhecido como o século do automóvel. Foi também aquele que testemunhou a consolidação da tendência de tornar o planeta a nossa casa comum. Isso ocorreu, sobretudo, no final da década de 1960 com o surgimento de organizações importantes relacionadas ao impacto da produção sobre a natureza.

Podemos citar o Clube de Roma e a cúpula de Copenhague (que produziu o famoso relatório de Brundthand) como esforços consideráveis que iniciaram a proposta de um diálogo concreto relacionado ao tema. Mas, foi em 1992, mais especificamente com a RIO 92, ou Eco 92, que o debate entrou definitivamente no eixo da diplomacia internacional. Contudo, entendemos

que a agenda proposta por esse evento foi esvaziada, muito pelo parco alcance, como os objetivos do milênio já mencionados. Talvez, seu maior fruto tenha sido a formação de uma comissão para elaborar o que mais tarde ficou conhecida como Carta da Terra.

Tempo depois, foi costurado, no Japão, o famigerado tratado de Quioto⁵. Evento realizado para discutir as emissões de CO₂, mas também marcado pela pouca eficácia. O insucesso de Quioto é muito devido à baixa adesão de grandes países poluentes como os EUA. Esses alegaram estratégia de mercado, pois ao aderir o tratado japonês, ver-se-iam na obrigação de reduzir seus níveis de produções aos padrões de 1990. Isso poderia ser determinante nas estratégias mercadológicas das multinacionais.

Na outra ponta, surge a proposta de criar um documento universal, pouco preocupado com metas e estratégias, mas acobertado por princípios e valores. Mas tarde, já nos anos 2000 foi apresentada à sociedade a Carta da Terra.

A Carta da Terra configurou-se num movimento mais capilarizado pela sua proposta sutil, de caráter voluntário e pessoal. Seus princípios simples visavam tornar a terra nossa casa comum, dialogando fundamentalmente com as comunidades, periferias e pessoas mais simples, que sofriam diretamente os efeitos das agressões ambientais. A ideia central passava pela capacidade de compreensão social, pois vindo de baixo e com “os de baixo” a possibilidade de ganhar força e sustentação no enfrentamento aos interesses do mercado seria crescente.

O resultado pode ser percebido na Cúpula dos

⁵ Conferência que tratou metas mais rígidas para emissões de gases poluentes, ocorrida na cidade japonesa de Quioto em 1997.

Povos. Por ocasião da RIO + 20⁶, ocorreu um evento paralelo com pretensões diminuídas pelos organismos mundiais, mas que se revelou num grande palco de debates, abrigando as comunidades tradicionais, operários, ONG, partidos políticos engajados com os mais pobres, setores populares da Igreja católica, e assim por diante.

A Cúpula dos Povos apresentou propostas concretas ao enfrentamento dos problemas socioambientais, cujos efeitos locais são sentidos pelos mais frágeis. Uma delas foi repudiar e denunciar a economia verde, enquanto instrumento sagaz de construção de uma realidade piorada que permitia o avanço do capital sobre a natureza.

Em seguida, ficou estabelecida discussão a partir dos territórios que temos e aqueles que queremos, cujo instrumento não poderia ser outro, senão a educação popular e a experiência de base como o Bem-Viver. Na sequência, o evento propôs a formação de uma rede de organizações e movimentos populares na construção de um campo promotor da justiça ambiental.

DA DIPLOMACIA AOS FATOS - UMA RÁPIDA PASSAGEM PELO BRASIL E PELA AMÉRICA LATINA

Olhar a diplomacia e o meio ambiente pela lente da América Latina não tem se mostrado uma tarefa fácil. De forma geral, temos cada vez mais eventos extremos;

6 Evento realizado na cidade do Rio de Janeiro para comemorar os primeiros vinte anos da RIO 92.

secas prolongadas e cheias dificultando a vida dos filhos dos mais pobres que tardam seu futuro em tentativas desnecessárias de recuperação daquilo que fora perdido. Sem contar com a interferência, cada vez mais aviltante, dos EUA.

Basta olhar o caso brasileiro e a situação venezuelana. Foi isso que levou, recentemente, o presidenciável à Casa Branca, o professor Bernie Sander, fazer um pedido aos seus correligionários: “pararemos de interferir na América Latina”.

Diante desse cenário a carta papal relembra aquilo que chamamos da busca pelo óbvio. Basicamente por compreender as consequências danosas dos estilos de vida baseados na produção, no consumo e nas suas consequências ambientais. A solução a tal consequência – se existir - precisa estabelecer uma perspectiva global, interdependente, numa frase: um projeto comum. Para Francisco, um projeto eminentemente coletivo, construído com toda sociedade.

Contudo, o Papa é preciso ao relatar que a mesma inteligência que desenvolve níveis altíssimos de tecnologias, não consegue pensar numa gestão mínima das dificuldades socioambientais.

Enquanto estamos relendo o esforço do Papa, de Norte a Sul do Brasil não para de somar tragédias ambientais. A maior delas ocorreu na cidade de Mariana, estado de Minas Gerais, quando a ganância tornou míopes os gestores da SAMARCO, uma subsidiária da VALE, fazendo romper uma barragem que destruiu rios, fauna, flora e vidas humanas. A cidade histórica de Mariana-MG conheceu a euforia de um progresso sem

ordem. Segundo as previsões mais otimistas a cidade precisará de dez anos para voltar à normalidade.

No Norte do país, as máquinas que constroem a hidrelétrica do Xingu são abastecidas com o sangue dos povos indígenas e das comunidades tradicionais. No Nordeste, a transposição do Rio São Francisco muda de rota para atender as demandas de grandes empreendimentos, e já começa a conhecer seus limites quando notícias dão conta de repetidos assoreamentos nas nascentes.

No Ceará, comunidades dos sertões de Crateús, mais especificamente, em Quiterianópolis e Ipaporanga, unem-se para denunciar o processo de mineração que ameaça contaminar a nascente do rio Poty, responsável por banhar dois dos estados mais pobres do Brasil, Ceará e Piauí.

Além da mudança do comportamento laboral que esses empreendimentos causam, tal exploração especializou-se em negar o sustento a centenas de milhares de famílias cujas economias dependem exclusivamente dos bens naturais da região. Associada a isso tem-se a exposição da população ao contato com alto grau de radioatividade sem qualquer fiscalização dos órgãos públicos.

No Chile, recentemente, tivemos que conviver com o sumiço de trabalhadores mineiros. A Colômbia, mesmo a despeito de uma pequena revitalização, vê seus jovens ainda enfrentando problema com guerrilhas. A Bolívia luta para garantir suas riquezas naturais frente aos contratos neoliberais tomados por governos irresponsáveis. Equador e Peru caminham para negociar

suas riquezas minerais e não avançam em políticas concretas que aprimorem a vida comum. Conformam-se com pouco ou nenhum controle sobre sua importante reserva amazônica, a chamada Amazônia Equatorial.

Isso facilita a vida do tráfico de drogas e no limite devasta a fauna e flora pela ganância da exploração. Tratando-se da Amazônia, essa crítica também alcança o Brasil.

A Venezuela praticamente enfrenta uma guerra civil com a polarização da política partidária. A queda do preço do barril do petróleo – principal fonte de receita do país, associada à ausência de uma política tributária seria – apresentou àquela sociedade a truculência enquanto instrumento para resolução de conflitos. A falta de diálogo dá o tom político após o sumiço de Hugo Chávez, seu principal líder, depois da revolução bolivariana do século XIX.

A Argentina viu sua riqueza econômica esvair-se por não fazer frente ao mercado globalizado. Um jogo de acusações, insistentemente repetidas, associadas à desindexação cambial levaram a comunidade argentina às opções políticas perigosas, fazendo-as retroceder ao liberalismo violento. O Paraguai comprometeu sua democracia ao retirar, por força de golpe, seu presidente eleito, caminho seguido pelo Brasil que, a despeito dos seus 127 anos de República só viu três presidentes concluírem o mandato. Para não falar de países de menor envergadura diplomática como Guatemala, El Salvador, Trinidad e Tobago e por aí vai.

Como uma flor que brota do asfalto, o Uruguai ousou em tratar seu problema com as drogas. Foi pioneiro no globo ao assumir o risco de fazer diferente

e estabeleceu legislação específica para o controle da produção e do consumo dos seus entorpecentes. O país não só descriminalizou como legalizou a utilização da maconha.

Com essa medida o Estado tende a deslocar o traficante que oprime a vida das pessoas, e ao mesmo tempo em que se espera o controle da produção nos limites estabelecidos. A onde isso vai parar? Convém lembrar que esse foi o caminho utilizado pelo Estado para reduzir o consumo de álcool e tabaco, décadas atrás, ou seja, será que é forçoso esperar a redução do uso? Ou quiçá a eliminação de drogas mais prejudiciais? Os primeiros sinais dão conta da redução drástica de mortes violentas associadas ao tráfico. Vamos observar o desenrolar desse processo.

Cuba é uma grande caixa de pandora. Não é sem razão que lá se encontram as melhores escolas de medicina e educação do continente. Contudo mesmo seu IDH⁷ sendo o melhor da América Latina, sua base ditatorial precisa ser redefinida. Nada justifica a ausência de liberdades, o que nos intimida a torná-la referência regional.

Ainda falando da ilha de Fidel, recentemente, com a ajuda da diplomacia, o Vaticano contribuiu para a retomada do diálogo com vistas a estabelecer o fim do embargo econômico realizado pelos Estados Unidos nos anos 60⁸. É preciso observar até que ponto a abertura ao mercado proporcionará vida mais digna àquele povo, que já foi capaz de dizer para o mundo que é possível

7 O IDH cubano é melhor o maior da região nos quesitos Educação e Expectativa de Vida.

8 Antes desse texto ir para o prelo, o presidente Americano Donald Trump promoveu um profundo retrocesso nessa política.

viver sem isso.

De forma geral, os principais países da América Latina foram governados, nos últimos anos, por governos populares. Podemos comparar essa parte do globo a um grande xadrez, cujas peças devem contribuir para o enfrentamento das profundas desigualdades, mas precisam ser mexidas de forma rápida e acertadamente.

A América Latina é vista por analistas sérios como o continente das desigualdades, mas também há grandes possibilidades nesse espaço de terra que tem vacilado no enfrentamento de problemas ambientais de grande envergadura, como a pobreza. Também utiliza métodos simplórios, quando o assunto é proteção ambiental, em especial à fauna e à flora. Basta observar como o novo código florestal brasileiro foi desenhado para atender interesses de grandes produtores rurais. Estes insistem na produção predatória da soja, na criação bovina e no agronegócio em geral.

Nessa linha, a fala de Francisco é imperativa ao determinar que o diálogo sobre o meio ambiente envolve o contexto planetário. Por isso, não pode, nem deve sair do gabinete de um iluminado. Esse esforço, pela envergadura, precisa ser construído nas consciências de lideranças diversificadas. Como observa Francisco “líderes parem de ver a natureza como uma soma de recursos, e o que é pior, de recursos ilimitados”. Para superar esse hiato, precisamos avançar para a responsabilização do futuro. Quem vai pagar essa conta? Daí a grande importância que alcança o debate em torno da justiça intergeracional, que será exposta a seguir.

A JUSTIÇA INTERGERACIONAL: A RESPONSABILIDADE COM O FUTURO COMEÇA AGORA

É preciso admitir haver uma profunda relação entre o senso do bem comum e a responsabilidade pelas gerações futuras. Francisco chama os bispos da Bolívia para defender que “os países que foram beneficiados por um alto grau de industrialização, a custa duma enorme emissão de gases de efeito estufa, têm maior responsabilidade em contribuir para a solução dos problemas que causaram”.

Não podemos, de forma irresponsável, desconsiderar os efeitos nocivos de nossas ações no futuro desconsiderando aqueles que virão depois de nós. É inaceitável aceitar a tese da sustentabilidade do atual modelo de crescimento infinito, sem considerar a sensível preocupação da intergeracionalidade, ou seja, a união das gerações.

Segundo Francisco, precisamos romper com o imperativo do “agora”, mas voltar nossas relações para outra lógica, àquela que se pauta pela reciprocidade que recebe e transmite. A relação que não se pauta pelo utilitarismo de plantão, pela ideia doentia do crescimento ilimitado e do individualismo como regra.

O padrão elevado de consumo é restrito a uma pequena parcela da sociedade. Seus privilégios são oriundos, quase sempre, de modelos de crescimento infinito, legitimado pela ética da prosperidade em que a produção e a acumulação são defendidas por uma fé fragmentada, atomizada e enclausurada na economia. A fé passa a ser gerenciada segundo os cânones de uma

grande empresa, e seus fiéis, operários de uma obra abstrata, mas de perspectiva material.

A carta papal lembra-nos de que precisamos nos perguntar: que tipo de sociedade deixarei? Quais as orientações gerais ao futuro? Quais são os legados oferecidos a nossa juventude? Qual é a juventude que teremos? A resposta a isso não pode estar no ritmo do consumo. Esse tipo de comportamento desperdiça e altera a natureza. Modifica profundamente os estilos de vida, e retira da terra suas possibilidades.

Como se não fosse o bastante, é preciso observar os caminhos essenciais à justiça intergeracional. Em geral, isso sempre recai sobre os modelos econômicos expostos a limite de outras catástrofes. Um bom exemplo é a emissão de gases poluentes. Citando os bispos da Bolívia, Francisco argumenta que “os países industrializados precisam incorporar boa parte dos problemas que eles causam ao longo dos últimos séculos”.

Por isso entendemos que se quisermos assumir a responsabilidade intergeracional, não podemos ver diferença entre o sistema capitalista e a geração de carbono. Ambos estão intimamente interligados em uma relação embrionária que pode desembocar em outras formas de especulação.

Outro problema na realidade brasileira, cujo debate a responsabilidade intergeracional é central, consiste no extermínio da juventude. Segundo estatísticas oficiais (mapa da violência) mais de 50 mil adolescentes perdem a vida, por ano, em função de uma política desastrosa de combate às drogas. Como toda guerra é baseada no uso da força e repressão

militar, a polícia passa a ser o principal braço dessa operação cujas agruras também não deixam de se sentir. Ocorre que mais de 70% dessa população podem ser caracterizadas segundo sua cor, localização geográfica e classe econômica. Como já frisamos, em geral, são jovens que habitam as periferias das grandes metrópoles, de cor negra e expostos à vulnerabilidade econômica.

Em pouco mais de 15 anos, mais de 8 milhões de pessoas foram mortas nas cidades brasileiras. Isso é resultado de um inexorável erro de mérito. Quase três gerações desapareceram! Considerando que o aparato repressor do Estado atende ao funcionalismo estrutural dos idos da década de 60, tem-se aí um terreno fértil para uma verdadeira praça de guerra.

Enquanto isso, os grandes grupos de narcotráficos continuam a dominar morros, favelas e alas das elites, como se nada estivesse ocorrendo. Trata-se de uma guerra de “nós contra nós”.

Outro aspecto importante que precisa ser observado na responsabilidade com as futuras gerações dá-se na exploração de energias não renováveis, como o carvão, o petróleo, o gás e mais recentemente o xisto.

Em contraponto, podemos aproveitar a energia solar como saída plausível ao gargalo das novas demandas sociais. Mas precisamos acompanharas condições concretas da solidariedade humana, respeito comunitário e compatibilidade socioambiental. O Papa alerta para um possível fracasso da diplomacia, especialmente, na sua tentativa de evitar os custos dessa transição, mas não só!

Apontemos também para a concentração dos lucros que quase sempre estão no hemisfério norte.

De forma profética, Francisco observa ainda que nesse hemisfério quase sempre acumula-se boa parte dos recursos naturais e econômicos extraídos do sul.

Outro problema grave são os resíduos marinhos que precisam ser levados a cabo por acordos concretos. O oceano é o grande berçário da vida. Precisamos ter responsabilidade em não transformá-lo num grande depósito de lixo. Isso pode comprometer ciclos vitais da comunidade terra, como a cadeia alimentar e os ciclos hidrológicos. Como esse problema ainda é uma realidade demasiadamente abstrata, apela-se para o caminho da solidariedade como extensão de uma decisão política, diplomática e ética.

A responsabilidade com as gerações futuras faz a encíclica anunciar a necessidade de tomar decisões rápidas e drásticas de resistência ao aquecimento global e à pobreza.

Para Francisco os dois problemas estão intimamente relacionados. Enquanto o primeiro precisa observar a capacidade de estabelecer governança nas dimensões de produção/consumo. O segundo relaciona-se à nova lógica ética da responsabilidade de erradicar nossas diferenças de acesso.

Nesses casos, os efeitos de pequenas reformas ainda podem ser sentidos desde que sejam executadas de forma séria. Mas não podemos ficar somente no discurso. A gravidade do problema vai criando volume, e vis-à-vis, saindo do controle social.

A América Latina é novamente apresentada, aqui, como uma boa chave de leitura. Países de grande porte como o Brasil pagam um preço relativamente

alto por adiarem reformas importantes como a agrária, comunicação e fiscal. E não é preciso sair do continente para observar experiências exitosas, basta olhar para a ilha de Cuba que já colhe sucessos dessa ousadia. Não se trata de apologia ao país caribenho, tal comparação pode ser comprovada pelas métricas institucionais das organizações internacionais como o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH.

No campo da gestão, as reformas podem ter relevâncias significativas. Especialmente porque podem começar com o fortalecimento das instituições de fiscalização, de controle e de revisão do poder do Estado-Nação. Podem garantir solidez a uma autêntica autoridade política capaz de enfrentar as consequências de desequilíbrio socioambiental e socioeconômico.

O apelo à justiça intergeracional deve superar cartas de boa intenção. A diplomacia precisa parar de fingir que o problema não é seu. É necessário enfrentar os efeitos de decisões irresponsáveis. Isso é a herança recebida da sociedade no fim do século XX, cujo legado não pode ser aceito pela sociedade do século XXI.

Francisco alerta para a emergência dessa interpretação. Para ele, o primeiro passo capaz de garantir responsabilidade com as futuras gerações consiste em assumir a crítica do nosso fracasso civilizatório. Falhamos ao não estabelecer prioridades sérias para o fim imediato da miséria.

Para o Papa, a diplomacia tem papel singular na prevenção de efeitos negativos nas gerações futuras. Nessa expectativa, cabe lembrar que somos todos diplomatas. Somos todos corresponsáveis com o futuro que começa, quando dedicamos atenção e

ação ao combate, ao consumo exacerbado; quando denunciarmos e não optamos pelo crescimento ilimitado e irresponsável. Quando lutamos por uma sociedade sem armas e temos a ousadia de discutir seriamente as causas do fluxo migratório que tanto nos envergonha.

Com efeito, é necessário revisitar o diálogo capaz de interligar políticas nacionais e regionais. Olhando de dentro das comunidades, o mundo é muito mais complexo do que previa o consenso de Washington, conforme veremos a seguir.

A NECESSIDADE DE UMA NOVA POLÍTICA CAPAZ DE RECELEBRAR AS RELAÇÕES NACIONAIS E LOCAIS

O atual modelo de desenvolvimento baseado na competição alcança sua foz, retardando vencedores e vencidos numa lógica absurda de competição. Essa realidade elitista não comporta mais comparações entre países, norte e sul.

Sua dinâmica atinge, de forma muito intensa, as localidades e as diversas regiões que são infestadas por investimentos estrangeiros. Em outras palavras, o capitalismo não é global. Ele é localizado nas periferias do mundo moderno.

A carta de Francisco incentiva que seja respeitada a soberania das comunidades locais e que essas se atentem para a regulamentação como forma de evitar corrupção entre seus membros. Segundo Francisco, é preciso colocar a legislação a serviço do bem comunitário e não o contrário. Contudo as políticas e os instrumentos

institucionais não existem apenas para evitar falsos líderes. Mas, principalmente, para estimular boas práticas, criatividade e novas possibilidades pessoais e coletivas.

Essas políticas precisam evitar a regra do ineditismo e clientelismo. Não precisam ser lentas, mas nenhum espaço – por menor que seja - pode ficar de fora do processo decisório, ou seja, não precisamos nem da pura representação clientelista, nem do “salvador da pátria” próprios de pseudodemocracias.

Para Francisco, decisões tomadas a partir de uma visão incompleta podem desperdiçar boas oportunidades à agenda ambiental, em nome de uma suposta celebridade burocrática.

Na contramão dessas indicações, por exemplo, está o parlamento da cidade de Fortaleza. Esse recebera projeto de lei, do chefe do executivo em que indica a simplificação do controle governamental para construções civis. Ao contrário do que se possa imaginar, menos burocracia pode significar mais impactos ambientais.

Isso porque a substituição do controle externo por uma autodeclaração pode esconder perigos relativamente consideráveis. Em outras palavras, tal projeto de lei, se aprovado, dificulta ações de dezenas de órgãos de controle. Tornando o caminho aberto para a exploração ilegal do espaço urbano.

Esse fato isolado não seria importante, não fosse a forte ligação desses agentes com processos eleitorais e com a parca diferenciação feita entre o público e o privado. No Brasil, em particular, tal associação é arraigada de contexto histórico. Foi esse tipo de relação

que levou Marx a denunciar, ainda no século XIX, o Estado como “o grande banquete da burguesia”.

Interpretando Francisco, posso afirmar que essa é uma tela sobre a qual o poder político não consegue tisonar um projeto concreto de ação política. Não pode ser natural um projeto de nação/região se ver reduzido ao fundo de interesse particulares e de curto alcance. Nessa esteira, observamos a inquietação intelectual no texto de Francisco. Sobretudo, quando nos faz refletir o Estado enquanto esse imenso banquete, cuja indolência é exalada na sua antessala. Nesse cenário não haverá vergonha na elaboração de estratégias para formar populações consumistas, míopes e de pouca capacidade crítica.

Paralelo a esse movimento, cria-se um espaço onde o projeto de poder é mais importante do que o projeto comunitário. Francisco observa que não se trata apenas de manufaturar a produção ou regredir a mecanismos primitivos diante de tantas tecnologias. Mas, de denunciar qual lado está a tecnologia.

O que deve nos preocupar afinal? Deve preocupar-nos a associação entre tecnologias e pesticidas (ou defensivos agrícolas). No fundo, esse processo potencializa a piora da vida, quer seja por ataques diretos à saúde do trabalhador ou do consumidor, quer seja por meio da degradação dos ecossistemas locais. A tentativa que se tem feito nos últimos anos, em nome do progresso, consiste em associar essas tecnologias danosas a meros mecanismos de produção, de exploração e de consumo.

Com isso o argumento central passa a ser econômico, pondo o conhecimento (tecnológico) a fúteis ajustes do mercado. Isso engana a sociedade fazendo-a

confundir avanços com melhoramentos mercantis, medidos por indicadores tecnicistas.

A saída para esse quadro criminoso pode passar pelo envolvimento dos pequenos. Paul Singer dissertou outra vez que “mais vele a colaboração entre os iguais do que o contrato entre os desiguais”. A aplicação desse pensamento inclui cooperação entre as instâncias comunitárias que podem fazer a diferença, a partir do respeito a iniciativas criativas, mais generosas e apaixonadas com a própria terra.

As ações dessas cooperativas podem influenciar na exploração de energias renováveis, até formas sustentáveis de dar-lhe com resíduos. Se isso não ocorrer, os cidadãos não irão controlar o poder político, e sem o controle desse tipo de poder, suas ações não passarão de boas intenções.

Entretanto, Francisco alerta para o perigo de receitas uniformes. Em grande medida isso pode esconder problemas e limites específicos de cada país ou região. Mas como? É preciso compreender que a relação entre nacional/local pode cumprir importante papel no favorecimento de estratégias para mudanças de matriz energética. Influenciar a boa gestão de transportes e favorecer mais o coletivo em detrimento do particular.

Pode envolver-se na alteração do consumo, nos mecanismos de reciclagem, na diversificação da agricultura com o respeito ao cultivo e à distribuição da renda. Pode e deve influenciar a divisão igualitária dos lucros.

Igualdade nos lucros é muito mais que uma mera discussão de direitos, mas uma reflexão sobre a ideia de justiça. Aqui cabe uma expressão apresentada por

Charbonneau⁹ quando argumenta: se o lucro é resultado da equação trabalho e capital, por que 98 % desse lucro são tomados pelo dono do capital? O posicionamento a esse questionamento é central para recelebrarmos a boa política.

Para Francisco, essas mudanças não podem esperar apenas a democracia representativa. Apoiada nos governos, nos partidos ou em grupos que ocupam o poder de tempos em tempos. Precisa ser imbuída de outros mecanismos que nos aproximem mais da democracia participativa, comunitária e local. Mecanismos que reverberem a participação das populações fazendo funcionar as instituições. Gerando os efeitos que vão além do período eleitoral.

Precisamos caminhar para concretizar a ideia da democracia comunitária. Esse talvez seja o caminho que expressa a lógica da responsabilidade mútua. O modelo que não absorve a mesma eficiência imediatista da economia de mercado. Nessa linha, a discussão apresentada na carta de Roma convida ao debate que toca o eixo das tomadas de decisões e a necessária transparência. Esse movimento, podemos refletir a partir da carta, pressupõe o dialogo nos processos decisórios.

Nos enlances desses processos é possível perceber a inevitável associação entre os efeitos ambientais dos empreendimentos e projetos empresariais. Ainda que suas fachadas tenham apelos sociais.

Isso nos põe em rota com novas abordagens políticas que favoreçam a participação, cujo resultado haja efeito inibidor da corrupção, fruto, como se sabe, de interesses ambíguos. Nesse sentido, é preciso ir além

⁹ Paul-Eugène Charbonneau – Padre e Professor Canadense, mourou em Montreal e Roma, antes de morar em São Paulo. Mais detalhes ver (https://pt.wikipedia.org/wiki/Paul-Eug%C3%A8ne_Charbonneau)

do cuidado e zelo na coisa pública. A delicadeza do processo impõe ampla transparência, controle social e irrestrita observação às parcerias conhecidas pela sigla – PPP – Parcerias Público-Privadas.

No Brasil, o adágio popular “quem paga a banda escolhe a música” nunca serviu tanto para designar a formação das PPP¹⁰. Esse formato tem servido como instrumento à concentração e à acumulação de riqueza. Grandes grupos forjam uma lógica perversa, a partir de financiamentos de processos eleitorais. A capituração do político e o seu poder são simples e rápidos.

Nesse processo, tais parcerias acabam transformando-se em profundos problemas de aliciamento e franqueamento da coisa pública. O ataque ao sentido mais profundo de república acaba favorecendo aquilo que Sérgio Buarque chamou de apropriação do público pelo privado. Qual a saída? Não existe saída simples, mas acreditamos que é preciso identificar um modelo de parceria entre esses agentes cujos benefícios sejam mútuos.

Se o governo estimula o ambiente, delibera estratégia de coesão social e arca com os custos próprios do Estado, cabe às empresas reconhecer seu papel social (não via marketing de responsabilidade social), dado em movimentos concretos de responsabilização e pertença construtiva de espaço coletivo. É preciso superar a exploração mercadológica que torna predadora a atividade, e põe em risco diversos coletivos.

No contexto, o conjunto das privatizações tem-se apresentado de forma intolerável, pois privatiza os lucros e socializa os danos. O clima é de

¹⁰ Parceira Pública – Privado ___PPP

rapinagem. Para Francisco, os gestores não podem mais negligenciar discussões coletivas de modo que nenhum empreendimento, absolutamente nenhum, possa ser mais importante do que a vida.

Sua importância não deve ser definida em gabinetes com portas fechadas. Uma boa saída para isso passa pela cultura da democracia comunitária de decidir nas praças. Perguntas do tipo: Por quê? Onde? Quando? Como? E quanto? Precisam ser discutidas pelo conjunto da coletividade.

Se esse processo fosse adotado no Brasil, dificilmente haveria espaço para eventos como a copa do mundo. Em seu nome, o governo brasileiro negligenciou; o mercado explorou e a população pagou cegamente a conta de uma aventura de laivo imbecilizante. Quantas comunidades e povos tradicionais viram seus direitos reduzidos? Quantos trabalhadores viram suas conquistas flexibilizadas? E como foi tratada parte da sociedade que ousou protestar?

Em suma, o Estado fez de sua gestão um instrumento de opressão. Penso que qualquer país, sede do torneio mundial, esteja exposto a espetacularização, reduzindo o esporte a uma gincana mercantil. Se de um lado corrompe a essência - na medida em que abandona o espaço da alegria e da fraternidade entre os povos - do outro cede ao apelo da competição empresarial onde tudo está à venda.

Nesses termos, o documento da Rio 92 pode finalmente nos ter serventia no instante em que aponta a necessidade da adoção de cuidado com os mais fracos. A carta daquele encontro prever a gravidade do nosso

atual contexto e exige medidas rápidas e eficazes.

Todo esse debate não exclui a importância que as tecnologias oferecem. Porém, já não é mais suportável o apelo à rentabilidade como critério único de decisão. Um bom processo de tomada de decisão não suporta lesão ao bem comum. Esse é o primeiro passo para recelebrar a política entre os homens para os contextos mundial, nacional e local.

REFLEXÕES DA POLÍTICA E ECONOMIA EM DIÁLOGO PARA A PLENITUDE HUMANA

Nos últimos 300 anos, a sociedade assistiu à maior mutação na sua conjuntura política/econômica e social. O capitalismo ancorado na tríade mercado, propriedade e trabalho assalariado foi, ao longo do tempo, moldando-se e paradoxalmente moldando a vida das pessoas. Nesse curto espaço de tempo esse tipo de capitalismo já foi capaz de reorganizar o trabalho e suas linhas produtivas.

Com muita precisão Gasda (2014) tem chamado essa etapa de capitalismo cognitivo, justamente, pela sua capacidade de apoiar-se nas revoluções científico-tecnológicas, ou por sua semelhança hegemônica assentada na informação das novas tecnologias.

Segundo Francisco, olhar essa realidade com mais cuidado permite-nos observar que nos últimos tempos ocorreu verdadeiros desastres de submissão da dimensão política e econômica à tecnocracia. Para ele “não poderá haver submissão entres essas categorias,

mas diálogo que as coloque a serviço da vida”. Ainda em Francisco, “não é suportável, nem racional preservar a vida dos bancos em detrimento da vida humana, nem tão pouco reafirmar o poder absoluto das finanças especulativas, e virtualizada pela tecnologia da informação e comunicação”.

O alerta é claro ao atestar certa incapacidade em não encontramos racionalidade na produção. É fácil ligá-las à economia, mas não a sua superestrutura que passa a danificar produções regionais e locais. Como observa a carta, esses processos rendem a criação de bolhas produtivas, criando uma nova modalidade de capitalismo; o capitalismo de crise.

Portanto, cabe-nos entender e agir para que a economia real seja valorizada. Compreender que ela é quem dá cor às possibilidades de uma vida vivível, onde os pequenos e médios produtores encontrem espaços para desenvolver suas atividades e manter-se com dignidade.

O convite de Francisco consiste em aceitarmos o fato de que o ambiente é um dos bens que o mecanismo de mercado não está disposto a proteger. Mas explorar! Isso explica a mudança de nomenclatura de “bem” para “recurso”. Por isso, é preciso evitar a concepção lógica proposta pelo mercado, sobretudo quando pinta com cores leves a falácia do crescimento econômico ilimitado.

O texto papal lembra-nos da complexidade que é a natureza. Ela não pode ser pensada como reservatório econômico, própria para ser utilizada pela nova criatividade. Para Francisco, não se trata de parar o progresso e o desenvolvimento. Trata-se apenas de canalizar a criatividade humana por outras margens.

Outras possibilidades se caminhos que sejam capazes de orientar, corrigir e propiciar novos rumos. Essa visão pode corrigir as disparidades causadas por problemas urgentes, associadas à insana busca do ganho imediato.

Segundo o texto, é preciso parar a marcha do crescimento ilimitado que já cria laivos de irresponsabilidade. Não são poucos os casos que beiram a insustentabilidade. O comportamento de poucos tem retirado a dignidade de muitos.

Nesse sentido, as palavras de Bento XVI são precisas ao apelar para responsabilidade e sobriedade às sociedades tecnologicamente avançadas. Seu sucessor, o Papa Francisco, não mede palavras para dizer que o modelo de desenvolvimento em curso não pode continuar a ditar a agenda política e a economia social. Para ele, a história dos últimos dois séculos tem sido clara em apresentar a impossibilidade de conjugar ganhos financeiros ilimitados com responsabilidade ambiental.

Para Francisco, “já caminhamos muito para atestar ser insuficiente conciliar meio termo”. Em outras palavras, cuidado com a natureza e rentabilidade financeira infinita não são convergentes. Daí porque denunciar o mito do progresso que nos seus aspectos mais conhecidos não apresentam qualquer credibilidade.

O Papa serenamente conclui seu argumento dizendo que “qualquer avanço tecnológico que não torne a vida coletiva melhor, promova melhores condições, ou não garanta integralidade homem/natureza não pode ser justificada”.

Lendo a referida carta podemos convencer-nos de que a lógica do discurso da responsabilidade ambiental

e empresarial precisa ir além de uma peça efêmera de publicidade. O modelo desenvolvimentista não atende à sociedade se ficar limitado ao seu sentido econômico. Para o Papa “se nossas tentativas não superam esse modelo então não alcançaremos mais do que pequenos ajustes, adiamento do colapso”.

Portanto não há meio termo, “precisamos redefinir o desenvolvimento!” Um dos passos apontados pela carta é a reorientação da maximização do lucro. Sua forma clássica ordena aumentar a produção indiscriminadamente. Isso implica em menos bens naturais, enquanto os lucros empresariais se tornam exponenciais.

O resultado é a deterioração de territórios, poluição de rios e a degradação generalizada. Nesse cenário, argumenta Francisco, “não há como falar de ética empresarial”. É preciso fugir da mentalidade utilitarista de visão estática e orientação mecânica supostamente funcional.

Em meio a essa quimera é preciso responder: qual o lugar da política na sociedade atual? Para responder essa difícil questão é necessário dialogar com a simplicidade para garantir liberdade e evolução das capacidades. Esse movimento exige maior responsabilidade, lembrando-nos da impossibilidade de aventurar-nos a viver uma economia sem política.

Isso seria um liberalismo imbecilizante que privatiza o lucro e socializa o prejuízo. Como bem observa Francisco, equivaleria retirar do tecido social sua lógica, incapacitando as belezas que as ciências econômicas são capazes de nos oferecer.

Portanto, precisamos de uma política e de uma economia que pensem a complexidade; que sejam sensíveis aos novos hábitos sociais, integrais à dimensão humana e ao espaço de comunhão. Uma associação literalmente ecológica. Os gregos lembram-nos de que uma boa política aumenta constantemente a classe média. Apostar nessa função significa apostar na redução da classe pobre e da classe rica. Tal movimento é primordial, pois mantém e renova o discurso político.

Se a arte da política não for capaz de erradicar os extremos, então já não cumpre seu papel. Perde sentido e se vê reduzida frente à sagacidade do mercado.

Logo, o lugar da política e da economia não é outro senão aquele de reger os processos que tornam a vida melhor. A seguir apresentamos o debate do processo político e econômico para o trabalho.

A DEFESA DO TRABALHO - A ESSÊNCIA DA EMANCIPAÇÃO HUMANA

Para iniciar esse debate, é preciso resgatar Gasda (2014) quando recorre a duas perguntas fundamentais na construção interpretativa do trabalho. A primeira indagação consiste em identificar como o trabalho pode preservar os sentidos do cristianismo? E a segunda indagação coloca uma questão social, diria ontológica da tradição cristã. Limita-se a questionar a substituição da força de trabalho pela tecnologia; a redução dos custos em face do aumento da produção (portanto, aumento substancial do lucro), ao indagar se ainda é justa a afirmação bíblica em que se lê “quem não trabalha também não coma”?

Óbvio que as perguntas são ilustrativas e nos põem em rota com outros elementos de fé. Mas precisamos refletir se ainda devemos ensinar o homem a pescar, mesmo num contexto de poluição da água, rede rasgada e peixe envenenado?

Talvez não consigamos respondê-las aqui, nem seria educativo fazê-la. Sua função principal, talvez, seja tirar-nos da zona de conforto e refletir na necessidade de criar-se instrumentos para realizar a devida defesa do trabalho. Foi isso que motivou Gasda apontar para a necessidade de realizar esforço de recuperar valores perdidos pela civilização técnico-científica. Sua reflexão central passa pelo sentido perdido do trabalho, que consiste em questionar a hegemonia exercida pelo capital na vida humana.

Precisamos discutir o avanço da modernidade sobre os meios de produção que acabam acrisolando as pessoas. Tiram-lhes a dignidade ao invés de torná-las melhores. Nesse sentido, não há possibilidade de defender o trabalho sem defender o trabalhador.

Por isso, é necessário discutir também os aspectos que aprisionam o homem colocando-lhes em necessidades fúteis e criadas para legitimar o (des)envolvimento, social e humano.

Atualmente, esse movimento recai sobre as teias da especialização e hierarquização de direitos. Tal lógica reclama a discussão de outro aspecto importante da carta. Especialmente a que se refere à tecnologia.

Entendemos o trabalho como uma discussão política e por isso o recorte está justificado. A carta convida a observarmos que o trabalho, por si só possui valor irrestrito na preservação da criação. Nesse

sentido, é oportuno lembrar o operário, o artesão, o microempreendedor que vive do seu trabalho.

Precisamos aceitar que a intervenção humana implica não desprezar, mas cultivar os frutos vindos do desabrochar de suas potencialidades. Sua sensatez põe-lhe na rota correta das relações ávidas entre ação humana e possibilidades da terra.

Qualquer forma de trabalho precisa considerar os efeitos sobre o homem (por ocasiões da acumulação) e sobre a natureza (por ocasião da exploração). Não confundamos o trabalho com a produção do excedente.

Para Francisco, isso pode residir no perigo do trabalho descontextualizado da sua dimensão cristã. Pode estabelecer a ganância da acumulação do excedente, da valorização do valor como regra.

Tais elementos podem desembocar em perigosa legitimação de que todos são iguais, negando as peculiares diferenças. Nesse limite, o trabalho perde seu sentido e se degenera num capitalismo predatório.

Precisamos seguir Francisco quando diz que o trabalho deve estar a serviço do homem, e não ao contrário. Bons exemplos vêm dos monges, quando fugindo do mundo moderno seguiram em direção ao deserto, desenvolveram movimentos de interação entre oração e trabalho.

Outro bom exemplo vem do Ceará, quando no início do século XX, Pe Cícero utilizou-se do trabalho para vencer toda sorte de vulnerabilidade social e ambiental do seu povo. Segundo o padre nordestino, toda casa da sua paróquia havia de possuir um oratório e uma carpintaria. Esse gesto dá abrigo, mesmo de forma

involuntária, à associação causal feita por São Bento de Nursia junto aos monges.

Francisco argumenta que essa maneira de ver o trabalho torna o homem mais atento e respeitoso ao ambiente. Isso dado pela responsabilidade geracional que se apresenta, mas também porque muda sua relação com o mundo. Aqui, o homem compreende que sua ação (não alienada) ocorre em comunhão com as possibilidades da terra.

O Papa lembra que ele (o homem) é protagonista da vida econômica, haja vista ser essa sua criatura moderna. Para fazê-la valer é preciso trabalhar seus dons, criar condições e elementos que permitam sustentabilidade à natureza, dando limite ao alcance e força do processo que torne sua criação.

A racionalmente (vida econômica) constitui-se de forma respeitosa, com a vida na sua forma integral. Dessa maneira assume o papel de um agente ético; quer seja pela característica individual e moral; quer seja pela dimensão coletiva e espiritual, mas cuidadoso com a natureza.

Isso o faz se assemelhar, não com o explorador, mas com o cuidador. Esse olhar nos remete ao debate pouco considerado, mas de relevante importância; o antropocentrismo moderno e suas consequências.

Na leitura possível que cerca o antropocentrismo, precisamos compreender que o homem precisa respeitar a estrutura natural e moral da criação, cuja intenção de base deve abrigar a realidade humana em todas as suas dimensões, inclusive suas limitações e suas contradições.

Sem essa dimensão, não conseguimos compreender a dimensão da grande mancha que hierarquiza as relações. Isso reduz a importância da diversidade entre os gêneros e escraviza os mais fracos. Mais tarde, a história testemunhará esse processo como uma espécie de darwinismo social, em que a posse e a força sobressaem a outras realidades humanas.

Hoje a modernidade atualiza o antropocentrismo pela razão técnica. Mas sua roupagem continua dando os tons acinzentados às relações sociais.

Por isso, Francisco observa a necessidade de estarmos atentos a seus arranjos, limites e novos movimentos. O Papa admite e reconhece que uma visão inadequada da antropologia cristã durante muito tempo legitimou e transmitiu aspectos do prometeísmo do homem em relação às outras criaturas.

Contudo, afirma que passa da hora de rever tal modelo, cujo início consiste na responsabilidade comum, e noutra lógica de estabelecer o poder que, se existir, seja em função dos mais vulneráveis.

Nesse sentido, precisamos compreender que, se a hierarquia é importante para o controle do poder, é dela que surgem as primeiras noções de desigualdade. Imagina-se que ali haja pessoas emitindo e respondendo a comandos. Pessoas postas em relações desiguais.

Essas relações embasaram o antropocentrismo ontem, de tal forma que, hoje, não há mais espaço para o pensamento utilitarista hierárquico que descarta o pobre pela sua incapacidade de consumo. Nem tão pouco, inutilize o embrião humano pela sua infertilidade.

A carta convida-nos a resistir ao modelo

antropocêntrico que conduziu nossa sociedade no processo que decretou guerra às bruxas (do sânscrito a sábia) na Idade Média. Esteve no centro do argumento fordista de produção e consumo e mais recentemente, condenou por incompetência os alunos que não ingressaram na faculdade, ou o comerciante que faliu, ou mesmo o cidadão que não foi capaz de competir.

Francisco, com inteligência ímpar, reclama a colaboração. Segundo ele, se abandonarmos a visão centralizada no homem, então vamos perceber, com facilidade, que fazemos parte de um único sistema; que a existência de um crescimento depende da colaboração do outro, e ao fim, convencer-nos-emos vencermos em conjuntos - que é irracional manter a ideia do dominador absoluto. A insensibilidade do colonizador pode significar perder a capacidade de ter vida.

Por fim, precisamos admitir que o antropocentrismo não responde aos anseios de uma sociedade moderna. Para Francisco, precisamos de outra síntese relacional entre homem, natureza e sociedade. Precisamos de um resumo que denuncie esse malgrado relativismo prático.

O RELATIVISMO PRÁTICO O ANTROPOCENTRISMO ATUALIZADO

Consideramos o relativismo prático o problema mais grave às questões historicamente apresentadas até aqui. Esse comportamento danoso abre espaço para uma espécie de ponto de chegada do capitalismo moderno. A captura das pessoas pelo imediatismo é uma consequência das escolhas do debate anterior, na medida em que o relativismo torna-se tão letal quanto o antropocentrismo.

Nessas dimensões, os tentáculos do antropocentrismo atualizado são arraigados na cultura, na economia e no estilo de vida das pessoas. Essas passam a observar o comportamento social desordenado, de efeito letárgico e descartável. Em grande medida, assemelha-se com aspectos imperialistas.

Geralmente esses elementos se inserem todas as vezes que o ser humano se põe no centro, individualiza suas necessidades e passa a relativizar tudo em função da sua razão. Quando o relativismo prático encontra o paradigma tecnológico parece haver encontro entre o útil e o agradável.

O efeito imediato do poder humano desconhece limites, elegendo como inimigo os mais frágeis. Os mais pobres e a floresta são atacados na sua dignidade. Para Francisco, o relativismo provoca a cultura do descarte onde tudo passa a ser meramente útil, perdendo sua função tão logo cesse a necessidade vencida.

As relações tornam-se eminentemente efêmeras quanto às novas tecnologias, e a publicidade ocupa terreno fértil à nova escravidão. Esse movimento pode

ser acompanhado por vários adjetivos; a exploração do trabalho, sexual, química e assim por diante.

O grande vencedor desse processo (se é que podemos colocar assim) é o crime que passa a se organizar comercializando drogas, precarizando vidas e condenando, principalmente, uma parte considerável da juventude.

Ao fim, o que se vê é a imposição de uma lógica traduzida no “usar e joga fora” alcançando tudo, inclusive, o mais essencial do ser humano, reduzindo a nossa estirpe a tríade: sangue, alma e coração.

Portanto, Francisco argumenta, com muita serenidade, que não podemos esperar apenas dos programas políticos. Mudar o relativismo prático significa avançar para a ética da responsabilidade, matizada na segurança em que “a minha responsabilidade com você independe da sua para comigo”. Um ponto de reflexão passa pela parte da engenharia que cuida da obsolescência programada. Esse caminho deve ser rejeitado em nome de uma real sustentabilidade, em que o lucro não deve ser a prioridade.

Essa ação consciente apresenta-se na justa medida de abandonarmos a cultura do descarte como modelo de vida. A terra não suporta um novo antropocentrismo via transformação ilimitada.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z Globalização: as consequências humanas – Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BOFF, L A grande transformação? Na economia, na política e na ecologia. Petrópoles, RJ: Vozes, 2014.
- Desenvolvimento como Liberdade. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia das Letras 2000.
- FREIRE, P Pedagogia do oprimido 57 ed rev. Atua – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- FURTADO, C A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos 4 ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- Gasda, Élio Essanislau – Cristianismo e Economia – repensar o trabalho além do capitalismo – (coleção Ética e Sociedade) São Paulo: Paulinas, 2004
- HABERMAS, J Na esteira da tecnocracia: pequenos escritos políticos XII – São Paulo: Editora Unesp, 2014
- Laudato Si' sobre o cuidado da casa comum – Encíclica de sua santidade o Papa Francisco, 1º ed Ed Paulinas São Paulo – SP, 2015
- MARX, Karl. O Capital. Livro 1. v. 2. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1966.
- ROUSSEAU, J.J Do Contrato Social. Ed Eletrônica - PDF, 2002 disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/contratosocial.pdf>
- SANTOS, Boa Ventura de Souza. Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- SEN, Amartya. As pessoas em Primeiro Lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. Tradução de Bernardo Ajzenberg e Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Cia das Letras, 2010.
- SEN, Amartya. Desigualdade reexaminada. Tradução de Ricardo Doninelli Mendes. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SINGER, P. Introdução à economia solidária – 1ª Ed – São Paulo9 Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

CAPÍTULO II

ECONOMIA E ECOLOGIA



ECONOMIA E ECOLOGIA

“A ECOLOGIA É NOSSO BEM MAIS PRECIOSO NÃO PODENDO SER SUBMETIDA À LÓGICA DE MERCADO. SUA RELAÇÃO COM A ECONOMIA NÃO DEVERÁ SER HIERARQUICA, NEM OMPETITIVA, MAS COOPERATIVA ASSOCIATIVA E INTEGRAL”

Rafael dos Santos da Silva

A segunda parte desse debate visa aproximar dois diálogos importantes da obra de Francisco. Trata-se dos eixos relacionados à economia e à ecologia. A leitura desses dois elementos é significativa na interpretação do texto original. O esforço não poderia ser outro, senão realizar uma reflexão profunda da crise civilizatória imbricada na relação hierárquica havida entre natureza e economia. O principal objetivo dessa etapa consiste na compreensão da dimensão integral da ecologia, considerando argumentos relacionados à água, à cultura e inclusive à perspectiva espiritual. Para o Papa, a vida cotidiana precisa ser reinterpretada e compreendida numa ampla proposta de educação ambiental que exige nível significativo de espiritualidade. Essa mudança de rumo nos inclina observar o uso da água e do clima, como direitos essenciais à manutenção da vida e não como recursos expostos na prateleira do mercado. Logo, compreender o cotidiano na dimensão da crise ecológica pode possibilitar uma profunda conversão econômica.

A CONVERSÃO ECOLÓGICA NÃO PODE ESPERAR

Nos idos de 1866, Haeckel, biólogo nascido na Alemanha, buscava uma terminologia que envolvesse todos os sistemas vivos. Esse monumental esforço o levou à concepção do termo ecologia. Sua visão holística visava compreender a dimensão associada a todos os sistemas, considerando também aqueles não vivos.

A tarefa seria envolver tudo aquilo que o homem, na sua sagacidade, pudesse alcançar. L. Boff, atesta que atualmente a sociedade tem se esforçado para compreender a ecologia em ao menos quatro importantes eixos: como a ecologia social, mental, ambiental e integral.

Para o teólogo brasileiro, a ecologia preocupada com o meio ambiente recorre à qualidade de vida. Preocupa-se, em última instância, com a preservação da espécie e a obrigação em buscar constantemente o tênue equilíbrio capaz de garantir a vida no planeta. A ecologia social avança na discussão sobre o ambiente inteiro (natureza/sociedade). Está relacionada à modernização da vida, embelezamento dos edifícios, e no limite visa combater a injustiça social, que na prática visa enfrentar a injustiça ecológica.

Na sequência, tem-se a ecologia mental que foi rebatizada por outros intelectuais como ecologia profunda. Sua tarefa visa combater a visão patriarcal e o anseio do homem em dominar a terra impondo-lhe limites, muitas vezes, irrevogáveis. Esse tipo de ecologia

é muito relevante para debater a atual conjuntura, sobretudo com a juventude, a partir de metodologias eficientes que sejam capazes de formar novos atores sociais na perspectiva crítica.

Para contextualizar, trago uma preocupação de um jovem – que mora no Nordeste do Brasil – angustiado porque deveria tomar a vacina contra a febre amarela. Informei-lhe que essa necessidade se dava, possivelmente, pelo rompimento da barragem de Mariana – MG.

Obviamente, muito surpreso pediu que explicasse melhor. Rapidamente o fiz perceber que aquela irresponsabilidade, de viés puramente econômico e de forte impacto ambiental, prejudicou a cadeia alimentar da região. Sumiram os sapos que são predadores naturais dos mosquitos. Esse desequilíbrio, fez com que se alcançasse determinado desequilíbrio cujo avanço provocou o estágio de transmissão do vírus da febre amarela. Mas, e os macacos? Inicialmente os macacos são os termômetros da situação. A morte desses primatas indica o avanço do vírus que exige respostas rápidas das autoridades públicas. O garoto respondeu atordoado: quer dizer que eu estou tomando essa vacina em função do desastre de Mariana, no Estado de Minas Gerais? Possivelmente, sim. Esse diálogo simples e rápido foi um bom exercício de como a ecologia profunda pode ajudar-nos nas reflexões críticas.

Compreender tais ligações pode colocar-nos diante da ecologia integral, tão cara ao texto de Francisco. Com essa dimensão podemos perceber o universo numa profunda gênese, nascendo e construindo novas expressões. Se auto-organizando, religando e evoluído

ao ponto de conhecer sua mais profunda complexidade: a consciência humana.

A noção interacional não pode ser atribuída ao caos, mas ao cosmo e ao fazer tal opção, não nos resta outra coisa a não ser olhar a vida, a partir da sua capacidade orgânica e harmônica. A dimensão material passa a ser extemporânea, exigindo uma profunda dose de espiritualidade.

É a partir da dinâmica complexidade interacional que a carta de Francisco nos convida a pensar a natureza. Um olhar de irmão, como quem cuida. Isso nos fará observar a ecologia além da ecoeficiência que, em geral, é desprovida de um profundo senso ético. Precisamos repensar o conceito da eficiência ecológica em todas as suas atividades; quer seja nas industriais urbanas, nas ações individuais ou mesmo nas modernas técnicas agrícolas.

Precisamos convencer-nos (e converter-nos) de que o credo da eficiência produtiva, ao observar a natureza apenas como recurso, ou como capital natural, torna-se uma afronta à dignidade da vida de seres menores. Tais seres possuem importância ímpar por fazer parte da criação.

Precisamos assumir que a natureza, pelo simples fato de existir, tem o direito indiscutível à vida. Como observa Alier “é condenável o credo que observa a vida pelo critério utilitarista apegado a ideia rasteira da eficiência técnica desprovida de uma visão integral e sagrada”.

Nesse sentido, recordamos a proposta central da carta de Francisco que é convergente a uma postura de espiritualidade ecológica. Ela nasce das convicções morais e da fé. Para o texto papal, o evangelho tem

suas consequências e motivações que não nos deixam parados. Porém Francisco exorta para que “não deixemos nos endurecer pela rigidez de nossas doutrinas”, observando que é preciso dar-lhe atenção mística que nos faça enxergar as riquezas do amor de Deus por sua Igreja (criaturas).

Segundo Francisco, são as consequências do encontro com Jesus que nos movem diante dos problemas ecológicos. Por isso “nossa passividade não cabe na mesa da comunhão”. Continua ele, “é preciso viver com coragem a vocação cristã, isso não é opcional, nem secundário. Mas essencial”.

Francisco segue observando a necessidade de viver a ética de Gaia que considera novas formas de relacionamento com os seres vivos. Observa a necessidade em compreender o planeta a partir de um sistema vivo auto-organizado.

Nosso comportamento não pode acender em exploração e abuso, mas inclinar-se a uma relação filial de humanidade harmoniosa e completamente atenta à comunidade de vida.

Por fim, para Francisco é possível reduzirmos o risco do isolamento e com ele a incapacidade de gritar por liberdade. Aqui o espaço da razão instrumental sede lugar à ética social e ambiental. Tal movimento pode nos conduzir-nos àquilo que o Pontífice chama de conversão ecológica. Essa conversão implica em gratidão, disposição e consciência amorosa com o clima e o bem comum, tema dos próximos capítulos.

O PRINCÍPIO DO BEM COMUM E A MUDANÇA DE PARADIGMA

Como vimos, a ecologia humana é inseparável da noção de bem comum. Esse princípio é a fonte do momento inicial que faz brotar o primeiro senso de ética coletiva, fazendo crer no caminho da perfeição enquanto possibilidade concreta. Em outros termos o projeto do bem comum.

Para nosso bem, precisamos estar atentos à voz de Gaia que no seu aconchego nos revela o narcisismo internalizado como algo danoso provocando surdez e asfixia cultural. As doenças oriundas dessa patologia não nos deixam sentir a sensibilidade e tão pouco nossa complexidade. Precisamos repetir Borges e Oliveira (2008) quando observam que precisamos apurar os ouvidos e descobrir a complexidade do sujeito quando escolhe a ética como padrão.

Esse novo padrão de comportamento não pode ser forjado, senão por uma nova espiritualidade ecológica e universal capaz de evoluir para uma ética que Borges e Oliveira chamaram de Ética do Cuidado. Precisamos aceitar a radicalidade desse caminho. Isso nos levará a direitos inalienáveis e garantias da vida integral. Esse movimento faz valer seus dispositivos de bem-estar, sociabilidade e, por fim, a paz social.

O texto de Francisco lembra que a noção da prática do bem comum foi bem interpretada pelos povos andinos e suas estratégias no enfretamento da desigualdade. Esses povos optaram por reafirmar que

todo cristão possui por imperativo ético a sua opção preferencial pelos pobres, como um gesto de delicadeza que aceita a terra enquanto destino dos povos e da natureza e, portanto, um direito de todos.

Nesse caminho, Francisco alerta para a necessidade de unirmos duas dimensões importantes na vida humana: educação e espiritualidade ecológica. Esse caminho poderá despertar uma consciência de nossas origens. Seguindo essa linha, Borges e Oliveira apontam o caminho sem volta para resgatarmos nosso *daimon* que passa claramente por ouvir mais atentamente os gritos da terra.

Essa sensibilidade nos porá novamente em condições de recriar uma nova sacralidade em conjunto com a natureza e conseqüentemente, uma nova humanização do homem.

Precisamos resgatar o nosso ponto de partida; aceitarmos que viemos da mesma espécie, portanto pertencemos à mesma origem. Não é muito admitir sermos todos da mesma essência. Segundo L. Boff, temos o mesmo alfabeto genético “desde a mais antiga bactéria até os colibris possuímos 4 bases fosfatada e 20 aminoácidos”, portanto temos responsabilidade com os nossos irmãos. Como indica o autor, “(...) estamos unidos como irmãos e tudo que é vivo deve ser respeitado e cuidado”.

Para ilustrar essa afirmação lembro que outro dia a pressa do cotidiano levou um pai que conduzia seu carro a vacilar na frenagem diante de um indefeso cachorrinho. Imediatamente, uma de suas filhas de dez anos que estava no banco detrás do veículo o questionou sobre sua irresponsabilidade em pôr a vida daquele animal em risco. O pai perguntou por que tanto alarde?

A criança no alto de sua sabedoria respondeu-lhe: “pai, ele é nosso irmãozinho de quatro patas”.

Nesse momento, a sabedoria infantil e a ciência encontraram-se na fala daquela criança que, de alguma forma, havia compreendido a ética da responsabilidade. Isso nos lembra da inocência sagrada que um dia o jovem de Assis ousou defender.

É com esse senso de responsabilidade coletiva que precisamos apontar para a raiz humana da crise ecológica e lembrar o pequeno Alain Curde¹¹, que começou a morrer quando a primeira máquina a carvão foi inventada. Ou seja, foi condenado pelo capitalismo.

Nossa ideia até aqui consistiu em apresentar desesperadamente os sintomas de uma catástrofe anunciada. Porém de nada valeria se não trouxéssemos na raiz dessa crise ecológica a sua face humana. Para isso, é preciso concentrar-nos no paradigma tecnológico/econômico que se ocupa em ditar os caminhos humanos no mundo.

Precisamos desvendar nossos olhos e perceber que as economias em larga escala, por exemplo, têm se revelado um problema difícil de enfrentar. A fronteira do agronegócio, do alumínio, cobre, petróleo, gás, camarão, e por último, a fronteira da soja transgênica, avançam indiscriminadamente contra os territórios de povos tradicionais, reservas indígenas e matas nativas.

Como lembra Alier (2014) isso gera impactos que não são solucionados por políticas econômicas ou por inovações tecnológicas. Mas, segundo ele são por elas incentivadas. Talvez isso explique o porquê boa parte

11 Alain Curde foi encontrado morto na praia do mediterrâneo após o barco que sua família usava para cruzar o mar, fugindo da selvageria do capitalismo, afundou.

da América Latina vê o aumento da vulnerabilidade das maiorias sociais pela extração de suas principais commodities minerais. Novamente a cidade de Mariana-MG, poderia ser citada como exemplo, mas ela não ficaria sozinha, a cidade cearense de Quiterianópolis (CE) que sofre com extração mineral também poderia ajudar-nos na reflexão.

Na mesma linha vai o continente africano que já é um dos principais parceiros comerciais (em volume de exportação, e não em valores financeiros) de países da União Europeia.

É urgente compreender a conjuntura atual da economia de mercado que acaba conduzindo o desaparecimento de pequenos produtores. Esses são forçados a abandonar suas culturas e cultivos tradicionais. Aqueles que não mudam para cidade “grande” se veem obrigado a uma relação salarial/fabril, insustentável, quando não escrava.

Em outras palavras, já possuímos elementos suficientes para entender que se a globalização é um caminho sem volta, parece cada vez mais claro que a saída é apostar na diversificação da pequena produção.

Como sistema de produção de alimentos que demandam menos água, produzam menos resíduos, poluam menos, com mais liberdade econômica. O trabalhador precisa ter a liberdade para determinar o valor do seu trabalho, dando-lhe mais sentido no trabalho do que em meras estatísticas governamentais.

De que especificamente estamos falando? No limite do processo, estamos falando do ecologismo dos pobres, ou ecologismo do *livelihood* (do inglês ecologismo do ganha pão). Exatamente por isso que Alier

(2014) argumenta sobre a necessidade da combinação da ciência formal com a informal, da união dos diversos tipos de saberes.

Precisamos fazer ciência com as pessoas e para as pessoas. Tal modelo de educação precisa ser caracterizado no respeito à agroecologia tradicional, desenvolvida por grupos camponeses e indígenas. Precisamos de um autêntico diálogo dos saberes antes de qualquer critério economicista. Para tanto, é preciso observar outra variável importante do bem comum, o clima.

A IMPORTÂNCIA DO CLIMA COMO BEM COMUM

Para que se tenha a noção da complexidade, muitas vezes, uma pergunta de efeito pode nos ajudar a compreensão. Partamos da seguinte questão: qual a diferença se o clima aumentar 2 a 4 graus? A diferença está na existência da civilização humana. Equivale a “lançar um veneno e fechar as portas”.

Outra pergunta emerge: chegamos ao limite? Apesar dessa pergunta não está no texto original, Francisco, a deixa nas entrelinhas. Ao longo do seu pensamento aborda-a como um dos primeiros assuntos, e nesses termos vai pensar o clima enquanto um bem em comum.

Não podemos tratar com tanto desprezo um sistema tão frágil. Ediouro observa nossa fragilidade e argumenta que “apenas uma carga elétrica ligeiramente diferente do ocorrido teria causado estrago nas forças eletromagnéticas e gravitacionais, e possivelmente não estaríamos aqui”.

Para o autor, a vida, assim como o clima é originária desse complexo e frágil caminho. Por ser um sistema complexo, o clima absorve condições para que seja garantida a essência da vida. Cientistas em todo o mundo lembram que faz pouco tempo que a terra encontrou o equilíbrio necessário para a manutenção da vida. Segundo suas interpretações “graças ao equilíbrio de 10 mil anos a humanidade floresceu”. L Boff argumenta que daí emergiu a vida auto-organizada.

Os cientistas usam falas simbólicas para apontar a fragilidade da camada que nos protege (camada de ozônio) “Nós somos recobertos por uma frágil e delicada camada de ar” e por isso precisamos defendê-las, pois toda essa fragilidade nos assegura a vida.

A carta papal argumenta que a ciência tem feito denúncias gravíssimas quanto ao aquecimento da terra de tal sorte que precisamos observar com mais zelo. As consequências podem ser conhecidas e dão conta do aumento do nível do mar, do derretimento das calotas polares de um lado e do outro podem nos apresentar secas extremas, aridez do solo e escassez da água.

Cria-se um clima favorável para vivermos a heurística do medo levantada por Hösle ao argumentar que em cenários distintos é mais prudente considerar o mais crítico.

Francisco lembra que não podemos negligenciar as mudanças naturais do planeta. Como ele tem vida, seu comportamento modifica-se de acordo com suas necessidades. Segundo o texto, isso ocorre inicialmente por mudanças produzidas pela nova rotação do eixo da terra, pelo despertar natural de vulcões, o que

invariavelmente pode afetar o ciclo do sol. Para Francisco, esses elementos não podem ser desconsiderados. Mas, é preocupante observar a intervenção humana e sua incrível capacidade de produzir anídrido, carbono, metano e óxido de ozoto. Além de resíduos químicos, físicos ou gasosos.

Se a comparação for possível, e nesse caso parece que sim, dados do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas¹² alerta que a concentração de CO² já superou 400 bpm (partícula por bilhão). Segundo cientistas do clima “em termos de concentração de CO², tendo por base milhões de anos, já estamos 43% acima do período pré-industrial”.

Sabemos que em períodos diferentes “com mais de 400 bpm não havia calotas no hemisfério norte. Com mais de 600 bpm não havia calotas no hemisfério sul”. Qual mudança poderá ocorrer ao ultrapassarmos esse limite novamente?

Os cientistas argumentam que “nossas calotas estão derretendo a olhos vistos” 80% do seu gelo marinho, em apenas 35 anos, já sucumbiram. O que implica elevação de sete metros do nível do mar. Se a Antártica derreter seus três mil km de gelo, o nível do mar será elevado em 60 metros. Isso pode por em risco mais de 100 milhões de pessoas que habitam cidades abaixo do nível do mar, tornando-os refugiados climáticos.

Um número, per si, talvez não diga muito. Porém se imaginarmos nossa última extinção ocorrida no período jurássico, poderíamos observar haver um cenário em que a concentração era da ordem de 380

¹² A sigla deriva do Inglês e significa: Intergovernment Panel on Climate Change, ou Painel Intergovernamental para as Mudanças Climáticas. Maiores informações ver - <http://www.ipcc.ch/>

bpm de CO², e considerando que já superamos 400 bpm, então há sérios motivos para preocuparmos, sobretudo, quando há tendência do aumento desse indicador considerando que o principal sistema energético mundial baseia-se em combustíveis fósseis.

Contudo, não é somente isso. É preciso considerar o uso indevido do solo. Em geral, construções de grande impacto, desmatamento e substituição de floresta nativa por plantações de soja e criação de gado podem causar sérios problemas ao clima. Não podemos esquecer o processo sistêmico ocorrido no derretimento das calotas, a perda de florestas tropicais, o aumento do nível do mar atinge a América Latina, a Europa, Oceania e, principalmente, a África.

Não podemos admitir que grandes áreas de matas tropicais sejam substituídas por plantações de sojas ou criações bovinas. Esse modelo pode favorecer o balanço de pagamentos, favorecendo a economia de um determinado país, mas põe em risco a vida. Precisamos escolher o que é mais importante?

Francisco lembra-nos da necessidade de considerar os efeitos das mudanças climáticas e suas implicações econômicas. Mas o problema é bem mais complexo, e vai, além disso. Basta observar a complexidade apresentada nos limites ambientais que transpassam para as questões sociais e políticas.

Como observa o Pontífice “vê a mudança do clima pela reduzida lente do economicismo é condenar os países em desenvolvimento a uma vida insuportável em que os pobres são os mais afetados pela ausência de infraestrutura”. Comprendemos que para Francisco

está claro que a ética dessa relação constituiu o maior desafio da humanidade para o próximo século.

Os detentores do poder são lembrados da sua responsabilidade no combate a essas mudanças. Nesse sentido, é importante ressaltar que as autoridades não podem mascarar a realidade imposta, tomando para si o princípio da ética da responsabilidade. Ou seja, quando a responsabilidade do líder deve considerar todas as fragilidades dos liderados, independente da responsabilidade que esses possuam sobre si e sobre a coletividade.

Francisco adverte acerca da possibilidade de tomarmos consciência e mudarmos nosso estilo insuportável (produção/consumo). Nossa postura pode determinar o prolongamento ou não da espécie.

Aqui vale lembrar a fala de L. Boff ao afirmar que “dessa vez não haverá arca de Noé”. E completamos: o embarque das espécies seria segundo sua importância econômica, ou sua capacidade de crédito.

Essa afirmação chama atenção a outra questão de fundo: água. Bem tão caro à sobrevivência humana. O mérito dessa questão será abordado no próximo tópico.

A ÁGUA COMO BEM E NÃO COMO RECURSO

Podemos assimilar rapidamente a ideia da grande transformação dos últimos séculos que ocorreu no eixo da economia. Subitamente fizemos o caminho de provar do fruto proibido, ao sairmos da lógica de uma sociedade “com” mercado e passamos a viver uma sociedade “de” mercado.

Nesse novo cenário, tudo fica submetido ao lucro e às possibilidades ofertadas pelo mercado, onde já não assumimos outra posição que não aquela apresentada pelo crescimento ilimitado que compromete a natureza. Essa por ser limitada torna-se cada vez mais frágil. Não é muito repetir a existência de uma grosseira incompatibilidade entre crescimento ilimitado e bens naturais.

Pois bem, é importante lembrar, também, que a *Laudato Si'* não está a discutir as razões das estiagens meteorológicas, ou dos fenômenos naturais como o “El niño” que fazem recair sobre o Nordeste brasileiro uma grande massa de ar quente, inviabilizando a formação de nuvens e conseqüentemente as chuvas. Inclusive fosse possível resumir o debate com um trocadilho poderíamos dizer que; não é a seca o principal problema humanitário, mas a cerca que aprisiona a natureza e a transforma em recurso.

Este texto, como a carta de Francisco não se limita a debater os efeitos naturais do clima como se fosse possível transferir para a natureza a culpa de tantas mazelas. Antes, avança para contextos mais amplos cuja escala global inclui a responsabilidade de todos.

Como se sabe, a inocente (e às vezes leviana) ideia de mais mercado iria corrigir os erros cometidos pelo próprio mercado foi ao longo dos anos reforçada. Mas agora isso começa a apresentar seus limites éticos e mentais. Nesse cenário em que se busca colecionar gráficos positivos, Francisco observa que um dos principais gargalos é a limitação de um dos bens mais preciosos e ao mesmo tempo cada vez mais raro: a água.

Pesquisadores do clima chamam atenção para “a escassez da água como terreno fértil para a barbárie em

que os mais frágeis, ficam ainda mais frágeis". Para eles, isso abre espaço para aquilo que a história do Ceará (e toda região semiárida do Brasil) registrou como a famigerada indústria da seca.

O fato é que a limitação da água, sobretudo no Brasil, é fruto de uma prolongada estiagem combinada com outros fatores climáticos como o já mencionado fenômeno *El Niño*.

Interpretando o texto, observamos claramente Francisco pedir para não sermos inocentes: "precisamos enfrentar a realidade com a clareza que ela exige". Traduzindo, precisamos ler atentamente os fatores econômicos e políticos que são tão, ou mais, determinantes na generalização do problema de escassez da água.

Com o compromisso de denunciar esse hiato, a carta de Roma faz-no olhar para a realidade hídrica, principalmente a do Nordeste brasileiro. Temos a necessidade de perceber e superar a sua forma de gestão que hoje é pautada pelo desenvolvimento centrado na produção e acumulação de riqueza.

As consequências não podem ser senão outra que aquela provedora da desigualdade. Isso porque interesses econômicos têm tomado de assalto a política e submetido a gestão das águas às demandas mercantis.

O exemplo desse processo ocorre na transposição do Rio São Francisco¹³ cujo curso está sendo modificado para atender às novas demandas de produção dos grandes latifundiários da região.

Sendo reclamada a clareza necessária tomada por Francisco, apontamos para desigualdade provocada

13 Obra desenvolvida pelo governo brasileiro que visa modificar o curso do Rio São Francisco.

pela transposição das águas do Rio São Francisco exposta na fala de um morador do novo leito do rio. Segundo ele:

“tanta água subindo para as empresas, e nós não temos o direito de plantar um punhado de feijão para viver”.

Outros elementos também precisam ser observados como o assoreamento de parte do rio, em que seu leito era banhado pelo curso natural. Ali, além da redução de várias espécies de peixes (dificultando a vida de comunidades tradicionais que durante muitas gerações retiravam do rio seus sustentos), tem-se o fato de algumas nascentes terem suas vazões reduzidas.

Esse último ponto ainda não foi comprovado cientificamente, e se suas causas estão diretamente relacionadas aos efeitos da transposição.

No Ceará, há uma situação parecida. Enquanto famílias lutam por água para consumo humano, o governo do Estado não poupa esforços em liberar 900 litros de água por segundo, para garantir a funcionalidade de uma termoelétrica no distrito de Pecém.

Não se pode tolerar o intolerável, precisamos observar o nível de água potável como um bom indicador para apresentar-nos a limitação do modelo de produção. Contudo, o Papa não cansa de argumentar que sustentá-lo é, cada vez, mais absurdo diante da estiagem por demais prolongada. Poluição demasiada e transformação da água em recurso mercadológico afeta aos mais pobres por não possuir dinheiro para adquirir infraestrutura adequada à vida digna.

Segundo o Pontífice essas limitações expõem-nos a toda sorte de doenças hídras, e no limite de mortes absolutamente evitáveis. Como bem observa Francisco, privatizar a água, além de ser uma pseudo solução não passa de uma maneira vil de manipular sua oferta a interesses privados. Ele continua afirmando que a água é um bem inalienável, um direito humano, e não uma moeda de troca ou reserva de mercado.

Como é possível observar, Francisco aborda a questão da água a partir de uma crise estabelecida por opções políticas a serviço da economia predatória e do capitalismo de enclaves, que busca levemente o crescimento ilimitado. Nessas escolhas, como pode ser lida na fala do nativo, a gestão das águas está a serviço das indústrias e do modelo de (des)envolvimento acelerado, deixando para trás as necessidades humanas e dos animais.

A carta papal faz-nos refletir que a vida não é negociável. Ela não cabe em prateleiras, ou mesmo em peças publicitárias. Seu texto denuncia que a sequência desse modelo de utilização da água pode conduzir-nos a uma crise de alimentos de inconstante aumento do custo de vida. O impacto pode ser nocivo aos mais frágeis. Francisco não mediu palavras para alertar que tal esquizofrenia pode ser a principal causa de um grande conflito entre as nações ainda neste século.

A seguir, extraímos do texto de Francisco as cores de outro ponto de relevância na compreensão da complexidade: a perda da biodiversidade.

A BIODIVERSIDADE SUBSTITUÍDA POR MERCADORIA

Depois de aprofundar o problema da água, o texto apresenta-nos a importância da biodiversidade. Precisamos estar atentos à obsessão econômica da globalização que, muitas vezes, negligencia características importantes do ser humano. A complexidade, a cooperação e a diversidade são tessituras fundamentais da condição humana que não podem ser relegadas.

Teólogos, como L. Boff, observam que ao se tratar da biodiversidade a tendência à uniformidade pode significar um caminho muito perigoso. A estagnação generalizada deve ser evitada. Nessa linha, Francisco argumenta que o apelo econômico na sua face comercial está pondo em xeque a riqueza das florestas, dos bosques, da fauna e da flora.

Já não podemos olhar a complexidade da vida sem ressaltar a importância das espécies. Elas podem representar a redenção de doenças graves ou manutenção do equilíbrio ambiental. Mas, por que estão sucumbindo a interesses imediatos da indústria farmacêutica, ou da indústria cosmética? Não nos esqueçamos da relação feita pelo Instituto Worldwatch; segundo essa organização a destruição do meio ambiente está diretamente relacionada à distância entre ricos e pobres.

Para refletir esse processo chamo Hathaway e Boff (2012) quando atestam que um dos principais desafios em minimizar os efeitos que levam à perda da

biodiversidade, consiste em reduzir o nível de consumo do Norte e redistribuir riqueza no Sul.

A economia verde é outro ponto que merece atenção. Essa nova “descoberta” mercadológica mais se assemelha ao canto da sereia que ecoa feito mantra. O principal objetivo desse novo arranjo sistêmico consiste na criação de espaços na natureza para entregá-los à economia de mercado.

A rigor, com as limitações do sistema, é natural que os espaços de exploração sofram migração, fazendo sair das tradicionais trocas, alcançando a natureza ao enxergá-los como recurso.

A reflexão oportuna é: estamos permitindo-nos envolver por esse canto? Podemos admitir avanços desmedidos sobre a natureza? Estamos substituindo a riqueza de nossa diversidade por mix de produtos disponíveis nas prateleiras. Na prática, estamos arriscando muito... pois, os danos da economia verde podem representar um sério risco à comunidade de vida na terra.

Esse modelo obedece à outra lógica que não é aquela da sustentabilidade, nem do respeito, mas a óptica da competição, da exploração fazendo emergir novamente conceito de (des)envolvimento.

Nesse ponto, o Pontífice é assertivo ao observar que a inspiração do Criador atinge o momento de genialidade pelo profundo equilíbrio que mantém vivas centenas de milhares de criaturas. Inclusive nós!

Por isso, salta aos olhos a exclamação de Francisco ao relatar que a humanidade herda de Cristo e de Francisco de Assis a biodiversidade como parte da criação e não como um recurso para ser explorado.

Entretanto, a ganância do homem buscando resolver dificuldades mercadológicas criou outras tantas, principalmente, pelo uso indevido de pesticidas ou por tecnologias de cunho meramente comercial. Segundo a carta, todas as vezes que a intervenção humana associa-se ao tecnicismo, a terra fica mais cinzenta, mais limitada.

Francisco vem exortar ainda que: “não caíamos na falsa ilusão de poder substituir uma beleza irreparável”. O texto convida-nos a não compreensão da dimensão dos efeitos econômicos sobre a biodiversidade. A razão não poderá em função das necessidades construídas na modernidade, prevalecer, diante da fragilidade e vulnerabilidade de corredores biológicos.

Quem a priori ousaria criticar a produção de energia limpa como a eólica? Contudo, na América Latina, sobretudo no Ceará, essa é uma crítica muito oportuna. Isso porque, no continente mais desigual do planeta, a produção desse tipo de energia tem esquecido as dimensões humanas e biológicas das comunidades tradicionais.

A ganância dos investidores - geralmente europeus e americanos - não os faz perceber que ao mudar a rota das aves podem condenar o equilíbrio do ecossistema, chegando ao limite da segregação espacial, social e econômica. Essa afirmação ainda não foi aceita pelos governantes, mas caracteriza a mais profunda definição de desenvolvimento sustentável.

Ainda na América Latina, a sutileza da proposta da economia verde faz um apelo midiático numa suposta ideia de cuidado com a natureza. Nesse caso, vale lembrar um documentário exibido no Brasil em horário

nobre em que apresentava as peculiaridades dos povos nativos, a riqueza da biodiversidade e dos povos da floresta. Contudo, mensagens subliminares dão o tom da comercialização da natureza. Basta observar o nome dado ao roteiro: AMAZONIA S/A.

O mesmo vale para as inundações midiáticas de meias verdades repetidas vezes para designar uma falsa importância ao agronegócio. Reiteradas vezes a mídia qualifica o agronegócio como sendo “TEC, POP, TUDO”. Cuidado! É preciso acompanhar o bispo de Roma na denúncia desses assaltos ideológicos em que põem em ofertas nossas riquezas naturais.

Assim como os riscos às florestas o texto denuncia os perigos que correm os oceanos, lagos, rios e, sobretudo os manguezais, berçário da vida marinha.

Bem observa Alexandre Costa¹⁴ “os oceanos estão ficando ácidos, e isso dissolve a vida marinha que está na base da cadeia alimentar do homem”. O cientista cearense lembra ainda que “transformar o oceano em desertos é muito arriscado à vida humana”.

De volta ao texto papal, a pesca predatória e seletiva provoca drasticamente a redução das espécies que por consequência reduz a cadeia vital, alcançando milhares de espécies transformando o oceano num imenso cemitério azul. Para Francisco, precisamos urgentemente observar a integralidade da ecologia capaz de abordar diferentes elementos das dimensões humanas e sociais.

14 Alexandre Araújo Costa – Professor da Universidade Estadual do Ceará. Mais informações conferir o currículo disponibilizado pelo autor na plataforma Lattes (<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>)

A DIMENSÃO CULTURAL DA ECOLOGIA

A cultura de um povo é complementar à sua condição humana. Como observa Francisco, o homem é composto de diversos elementos químicos, físico, biológico, mas também do sentido e de pertença. Esse sentimento que garante historicidade pode ser encontrado na sua dimensão artística, cultural e histórica. Precisamos sustentar que nenhum projeto de *Pólis*¹⁵ pode caminhar, se não considerar esses elementos.

Um ponto que merece atenção no texto é a linguagem técnico-científica que segundo sua visão (e nossa também) precisa dialogar e respeitar a linguagem popular. Como lembra Alier “a ciência sem pessoas nega o autêntico diálogo de saberes” O autor completa que a saída consiste na combinação da ciência formal e a informal.

Já Francisco esclarece que não podemos “admitir a homogeneização das culturas nem negligenciar a participação ativa dos cidadãos, acreditando apenas nas soluções técnicas e na uniformidade da economia como protagonismo dos avanços necessários”.

A cultura é o elo entre os povos. É, em última instância a liga que garante identidade. Certamente, um dos maiores tesouros da humanidade.

A carta denuncia que a visão centrada na atividade econômica busca o reducionismo da vida humana, a partir de ataques à cultura dos povos. Não custa lembrar que foi a cultura a sofrer o primeiro ataque no desabrochar do desenvolvimento.

15 Palavra Grega para designar cidade.

Por isso, Francisco buscou assegurar que nem tudo cabe nos modelos tecnológicos com intervenções que desconsideram problemáticas de profunda relação à dignidade dos povos. A cultura não está sobreposta.

A falácia do “agir local e pensar global” tende a ser um instrumento perigoso por esconder as arestas do colonizador. Cuidado! Há nessa lógica uma perspectiva adocicada, mas que no fundo apenas visa legitimar a expansão de mais e mais mercados. Simbolicamente esse processo atinge o nosso comportamento, nosso vestuário, nossa linguagem e até o nosso pensar. Perde-se a noção da qualidade de vida que parece escorregar entre os dedos com as perdas dos símbolos/hábitos locais cedendo lugar à estética do estrangeiro.

Interpretando Francisco, podemos afirmar que o colonizador venceu e tem vencido pela negação da cultura. Falando em nome do desenvolvimento, o colonizador moderno tem, com muita astúcia, utilizado os meios de exploração e degradação. Tem instrumentalizado o desaparecimento da identidade dos povos. Sem identidade social e comunitária, várias espécies animal e vegetal ficam comprometidas pela vulnerabilidade diante do predador.

O Papa, de forma muito serena, compara a cultura “à pintura de um rosto de uma mulher enchendo-a de graça”. Homogeneizar a cultura é tão nocivo quanto a borrar a pintura feminina, consiste em tira-lhe a graça. É abrir caminhos para borrifar lavouras com os mais fortes pesticidas, em detrimento do cuidado com a criação por meios agroecológicos.

Entender isso como normal e natural é loucura! A ecologia cultural é, portanto, um bem a seguir. Trata-

se da preservação indentitária da comunidade e dos povos, da construção ontológica do ser enquanto sua perspectiva holística.

Como observa L. Boff, “não podemos aceitar que as línguas, os dialetos, ou mesmo o conjunto das comunicações locais sejam uniformizadas como resposta ao mercado”.

No momento em que escrevo este ensaio, o governo brasileiro tenta retirar da educação formal o ensino da língua espanhola e obrigar o uso da língua inglesa. Isso, em última medida, pode reduzir a capacidade comunicativa na América Latina, claramente num movimento de homogeneização que, no futuro próximo, pode impactar decisivamente nos processos comunicativos.

Uniformizar o falar pode significar um comportamento resiliente e danoso à cultura. Mas não se trata somente da linguagem; é preciso observar a beleza das danças, das artes, das músicas e dos ritos religiosos que podem representar um berço de identidade cultural.

Nesse ponto, é fundamental destinar atenção especial às comunidades tradicionais como os povos indígenas, comunidades quilombolas, associações e defensores de etnias oprimidas (quer seja por suas opções religiosas, ideológicas; quer seja por suas opções políticas).

Esses grupos precisam ser respeitados pela ousadia de ver a terra como irmã, como um dom divino. Em tempo, precisamos acender o debate da ecologia da vida cotidiana, tema do nosso próximo assunto.

ECOLOGIA NOSSA DE CADA DIA

Ao analisamos o encontro da ecologia com a vida cotidiana percebemos uma profunda incompatibilidade entre progresso autêntico e ausência na qualidade de vida das pessoas. Para perceber esse movimento com facilidade, basta voltarmos às localidades latino-americanas. Senão veja o caso brasileiro. Não faltam estados que apelam para investimento turístico com dinheiro público, montando aparatos gigantescos que dividem o mesmo espaço geográfico com comunidades carentes sem possuir – ao menos - saneamento básico. Isso nos remete à ecologia do cotidiano como uma ferramenta de justiça ambiental.

O cotidiano das pessoas, em especial dos mais pobres, precisa ser leve em função de toda dificuldade peculiar às grandes metrópoles. Como é possível o progresso sem acesso? Como é possível a convivência precarizada das multidões enquanto somas vultosas são destinadas a programas midiáticos? Como é possível falar em respeito ecológico se no cotidiano convivemos com estatísticas educacionais excludentes?

No Ceará mais de 80 mil jovens não são alcançados pelos sistemas de educação formal. Como entender o cotidiano onde a polícia mata seus jovens pelo simples fato de serem potencialmente inimigos? São esses os matáveis de nossa sociedade? Onde está nossa ecologia do cotidiano?

Francisco lembra “a generosidade e criatividade das pessoas que mesmo em estado caótico e desordenado

que caracteriza os grandes centros, se harmonizam pela cordialidade. Apostam na partilha e no bem viver”. Comunidades bolivianas, peruanas e brasileiras têm experimentado o ativismo de seus cidadãos fortalecidos no sentimento de pertença.

Quando esse sentimento não é vivido, a sociedade é reduzida aos atalhos do cotidiano. Isso permite ao homo economicus conhecer o rosto da manipulação. Desumanizado, e sem a capacidade de sentir o outro, vira telespectador da própria história.

É incapaz de enxergar, em programas policiais comumente exibidos no Brasil, a cultura do medo. Tal cultura será responsável pelo autoaprisionamento, estabelecido na notícia tramada e manipulada. As consequências podem levá-lo a uma profunda confusão entre violência urbana e guerras às drogas. Isso produz e estimula o ódio anunciado em potes de vingança.

Em tempo, é comum que os intervalos desses programas sejam invadidos por ofertas de segurança armada e conectada, fazendo associação direta entre o medo e a solução da segurança privada. Isso nos intima a questionar o Estado acerca da função social da comunicação que não pode consistir em vender mais violência, mais encarceramento e mais força.

A lógica dessa proposta desleal é encampada na aposta leviana da redução da idade penal sob o pretexto de melhoramento da vida. Mas vida de quem? Dos notáveis? Interpretando Francisco, é preciso anunciar que uma nova sociedade é possível.

É preciso denunciar que “não está nas alturas dos muros, nem tão pouco nas grades ou nas tecnologias de segurança, o sentido da vida”. Como observa Alier

(2014) da forma como o problema está posto, as tecnologias sozinhas não representam uma saída digna para os problemas do cotidiano. Seu efeito é tão efêmero quanto a velocidade de suas mudanças.

Para Francisco, não precisamos nos sentir presos para perceber uma falsa sensação de segurança. O cotidiano das grandes metrópoles tem feito de seus cidadãos verdadeiros reféns do medo. Pessoas que habitam bairros periféricos são tratadas pela ideia do inimigo produzido.

São os matáveis que, geograficamente, se localizam nos guetos das cidades e da história; aqueles e aquelas cujas mortes são legitimadas, muitas vezes, pela cor da pele.

Os indigentes têm o direito ecológico negado em função do racismo ambiental. A fala de Francisco aponta que “não podemos ser reticentes com os poucos serviços públicos que atenuam essa realidade”. Onde está a saída? Certamente em atitudes coletivas. Como já foi dito aqui, não encontraremos respostas em mentes iluminadas.

A ecologia dos pobres talvez represente uma boa resposta, enquanto expressão de resistência ao enfrentamento de um progresso sem ordem.

A saída pode ser encontrada justamente nas assimetrias do modelo dado. Portanto uma igreja – de qualquer expressão religiosa – ao erguer grades sobre suas fachadas, está na contramão do esperado. Por isso, o Pontífice aponta a necessidade de “celebrar na praça”, envolvendo as pessoas, dando-lhes papel, inclusive, de protagonizar novos arranjos, nossas experiências comunitárias que vão além dos muros de tijolos.

A carta observa a relação entre espaço urbano e comportamento urbano como uma dimensão importante na tradução harmoniosa da vida. Os edifícios, os bairros, os prédios públicos, quando projetados, precisam considerar aspectos importantes como a circulação dos ventos, por exemplo.

Essa inter-relação de conhecimento poderá evitar, futuramente, refugiados climáticos, culturas desconexas ou mesmo cidades ligeiramente melhoradas para uns e pioradas para muitos.

A beleza do projeto arquitetônico não consiste apenas na sua estética, mas na sua totalidade. A cidade de Bogotá fez esse caminho ainda nos idos dos anos 90.

Como sabemos, aquela cidade era tomada pelo tráfico de droga e combatida erroneamente pela repressão. Olhando, complexamente, os gestores acertaram pelo novo urbanismo integrador, planejado e sustentável.

O Papa argumenta que o novo urbanismo deve apontar para estruturas e espaços comuns que mulheres jovens e portadoras de deficiências possam sentir-se em casa, aprofundando o enraizamento das pessoas com seus espaços. Pela mesma razão, Francisco lembra que em determinados espaços os “arranjos arquitetônicos devem evitar interferência humana”.

É preciso denunciar a falta de habitação para os grupos mais frágeis. O governo brasileiro acaba de retirar do seu orçamento dinheiro destinado à construção de casas populares, que atenderiam milhões de pessoas. No final de 2015, o governo municipal de Fortaleza, infelizmente, para citar um exemplo cometeu

o obscuro gesto de sortear moradias. Cabe ressaltar que direitos não são adiáveis, nem tão pouco devem ser tratados pelo critério da sorte...

Precisamos da integralização na sua totalidade. Ainda que o gestor argumente que o sorteio é uma forma de isenção que evita apadrinhamentos, e de fato é!

É preciso observar que o que está em jogo são expectativas de vida. Se quisermos levar Francisco a sério, precisamos afirmar que sonhos e direitos são inalienáveis.

Em tempo, precisamos compreender que os estados não dão prioridade ao tipo de política que iria por fim a força exercida pela especulação imobiliária. Francisco aponta a necessidade de estar atento a legislações que dão aberturas para hipotecar a casa própria. Isso além de fragilizar o poder econômico das famílias abre espaço para bolhas financeiras, quanto à ocorrida em 2008 no sistema financeiro americano.

O acesso à casa própria é garantia da dignidade humana e, portanto, precisa ser acompanhado qual uma noção de ecologia integral. Essa perspectiva evita aglomerados caóticos sem qualquer infraestrutura.

Foi a ausência dessa proposta que fez surgir no Rio de Janeiro, em Buenos Aires e na Venezuela amontoados de casebres sem saneamento, água, energia ou escola. Passamos a chamar esses locais de favelas, onde virou sinônimo de pobreza e espaço violento.

Na prática, as favelas são mantidas por aquilo que conhecemos de políticas das ausências. Na América Latina, essa estratégia é muito comum para manter poder político eleitoral.

Contudo, Francisco adverte que a violência maior ocorreu na ausência de uma visão ecológica integral (do cotidiano) dada pelo precário acompanhamento governamental. Estamos falando, de fato, e uma forte dose de preguiça política que abre espaço ao tráfico das milícias e da subordinação.

Como se não bastasse a precarização do local, da vida cotidiana e da tribulação diária que teima em se repetir feito um canto acorrentado, temos ainda a individualização, a poluição e a estagnação das pessoas. O mesmo raciocínio para os habitantes dos meios rurais, onde a baixa oferta dos serviços essenciais faz com que a situação de precarização seja perpetuada.

Portanto, como observa a carta de Francisco, é preciso reconhecer que a ecologia do cotidiano celebra a vida comum. Implica uma teia de relacionamentos escritos na lei moral da vida. Isso nos implica denunciar qualquer domínio sobre a criação, mas também anunciar a essência da vida.

Como se observará a seguir, esses movimentos têm impactos diretos na interpretação da vida econômica e social a partir de uma abordagem ecológica.

O ENCONTRO DA ECOLOGIA AMBIENTAL COM A ECONOMIA SOCIAL

A sociedade que põe a economia na frente das questões ambientais precisa se preparar para mediar seus conflitos. Ao que parece, em sociedades com essas características, as tensões são inevitáveis devido ao abissal aumento da demanda e acumulação do capitalista que torna insustentável a exploração dos bens naturais.

Nesse aspecto, o caso do Brasil é simbólico. Para acompanhar o nível de desenvolvimento mundial, em especial da China, assumimos um passivo ambiental sem precedentes.

Não podemos esquecer a expansão de cultivos dos transgênicos, o desmatamento para plantio de soja e o cultivo da carcinicultura que no conjunto atendem muito mais interesses alheios do mercado predatório.

O mais preocupante dá-se na institucionalização do agronegócio enquanto estratégia modelar de mercado que acaba maquiando a realidade por indicadores econômicos. A carta de Roma convida-nos a observar que a ecologia é a área da ciência que estuda as relações entre organismos vivos e o ambiente. Para sermos honestos nessa análise, precisamos levar em consideração a sobrevivência da sociedade de forma integral.

Precisamos colocar sobre a mesa o atual modelo de desenvolvimento, de produção e de consumo. O Papa é categórico ao considerar um grande risco observar esse conjunto de elementos como isolados “equivale negar a integralidade de uma grande teia da qual a complexidade se compõe”.

Francisco acredita na expectativa da vida integral. Quando não perdemos as relações natureza/sociedade. Para ele a natureza não pode ser observada como uma mera moldura da vida, ou seja, “como algo que está fora a nos cercar”, mas ela é parte relevante para o funcionamento do tecido social e conseqüentemente econômico.

Segundo o Pontífice “precisamos admitir que fazemos parte de um processo evolutivo e complexo. Logo, já não é possível compreender nossos problemas de forma independente e específico” Ele é enfático ao

argumentar que “necessitamos nos inclinar a estes tipos de buscas ou não encontraremos respostas, mas apenas elementos capazes de falsear a realidade.”

Na América Latina isso tem sido muito comum como projetos de leis impositivos que visam solucionar problemas complexos com saídas simples. Um exemplo é a discussão que se faz, no Brasil, acerca da redução da maioria penal, que busca reduzir de 18 para 16 anos a responsabilização penal.

Na prática, tem-se uma fuga débil que representa uma saída simples da complexa realidade da violência. A parca tentativa de atacar os efeitos e não a causa consiste em negar toda realidade. Por que não debater a falta de estruturadas escolas? A péssima carreira imposta ao magistério? Por que não discutir a ausência de espaço de lazer? Ou a redução dos investimentos em esportes comunitários? Por que não aprofundarmos o debate que nos levaria a ações mais concretas?

Nesse caminho, nem a sociedade, nem tão pouco a economia encontrarão sintonia enquanto não possuir uma proposta séria de educação emancipatória. É preciso reagir com mais seriedade aos dados que revelam que estados brasileiros, como o Ceará, ainda excluem da rede formal de ensino jovens em idade estudantil. Uma ecologia integral não pode deixar de ver esses elementos.

É fundamental buscar soluções integrais que considerem interações naturais com sistemas sociais. Francisco deixa escapar nas entrelinhas do seu texto que não há duas crises separadas; uma ambiental e outra social. Mas há uma única crise, absolutamente, complexa tanto no contexto social quanto no aspecto ambiental.

Sua abordagem precisa denunciar os efeitos da degradação ambiental sobre a pobreza. Os efeitos sobre a dignidade dos povos e a vilania que ataca a dignidade dos excluídos não são causas menores.

Por consequência, é preciso considerar o cuidado com um subsistema que envolve simultaneamente a integridade com os demais seres vivos.

Francisco convida a reconhecer a grandeza e a importância dos ecossistemas na intervenção e retenção do anidrido carbônico, na purificação da água, na ramificação de doenças e pragas. Reconhecer a importância na composição do solo ou na importância do uso coerente da palavra sustentabilidade.

Na contramão dessa teia de complexidade, encontra-se o crescimento econômico. Suas turbinas são impulsionadas pelo automatismo e pela homogeneização dos processos. Sua sobrevivência ocorre na simplificação das atividades (leia-se especialização) e na redução dos custos.

Por isso, é urgente uma visão econômica e ecológica em conjunto mais amplo com a integralidade de distintos saberes. Uma visão que aponte caminhos mais amplos, mais diversificados; não atomizados, mais totalizados; não homogeneizados, mais heterogeneizados. Saberes integralizados.

Em síntese, uma referência social que admita se perceber em sua dinâmica laboral, nos seus agrupamentos urbanos ou rurais; nas relações consigo e com o outro admitindo que o todo é sempre superior à parte. Mas também considerando sua relação dialética que a parte é composta por elementos do todo.

O Papa argumenta que não se pode pensar um novo contexto social sem levar em consideração o peso da responsabilidade que possuem as instituições. As consequências de seus atos afetam a qualidade de vida das pessoas.

Francisco lembra que se esquecermos desse imperativo, então, possivelmente, haverá uma lesão no tecido social que nos impede de enxergar dimensões mais amplas e complexas. Essas lesões são relativamente sutis, mas de profundo efeito.

Tais fragmentações surgem no instante em que um CEO de uma grande montadora de veículos instalada na América Latina, vai a público dizer que não tem responsabilidade sobre as estradas, pois seu “negócio é vender carros”. Surge também na fala do outro executivo quando perguntado da importância de garantir água de qualidade para a população ao responder que: “a água precisa ser vista como um recurso e seu acesso controlado pelo mercado”.

Como bem lembra Francisco, o apelo pela privatização de um elemento essencial à vida faz-nos olhar para o raio “X” social e perceber uma profunda lesão que precisará de muita atenção para ser curada. Contudo, a carta lembra-nos, obviamente, que não se trata apenas de organizações empresariais de grande porte, mas toda cadeia produtiva e não produtiva também. É preciso argumentar que mesmo o pequeno produtor, ao trazer em si a responsabilidade da acumulação de riqueza, pode reproduzir a lógica denunciada por Paulo Freire, em que há entre o opressor e o oprimido um desejo de aproximação.

A fugacidade do ganho desonesto pode ocorrer por vários métodos e até por formação inadequada dos preços. O suborno e/ou a corrupção, sonegação de imposto e outros tantos ardis acabam ganhando terreno nas mentes humanas e fazem do lucro seu principal objetivo.

Francisco ainda lembra a responsabilidade das instituições tradicionais e seculares, como as famílias, as igrejas e mais recentemente organizações sem fins lucrativos. Tais organizações possuem importância secular por inserirem-se na dinâmica e contexto social, abraçando as peculiaridades do cotidiano. Para o Papa, essas instituições precisam colocar-se no “combate a qualquer modelo de desenvolvimento que destrói vidas e degrada o meio ambiente”.

O Pontífice finaliza essa parte do texto reafirmando que “todas as organizações precisam ser chamadas a responsabilidade coletiva em que seus lucros devem ser vistos como consequência de seus comportamentos e não como fim”.

REFERÊNCIAS

ALEIR, M. J – O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração – 2ª Ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014

BOFF, L – Ética da vida: a nova centralidade. Rio de Janeiro: Record, 2009.

HATHAWAY, M. & BOFF, L. O tão da libertação: explorando a ecologia da transformação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

JONAS, H. O princípio da responsabilidade: ensino de uma ética para a civilização tecnológica. Trad. De Marijane Lisboa e Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

Laudato Si' sobre o cuidado da casa comum – Encíclica de sua santidade o Papa Francisco, 1ª ed, Edições Paulinas São Paulo – SP, 2015

OLIVEIRA, M. Ética, Direito e Democracia – São Paulo: Paulus, 2010 (coleção ethos)

CIÊNCIA & TECNOLOGIA

“A CIÊNCIA, TAL QUAL A TECNOLOGIA, É UM INSTRUMENTO SOCIAL DE EXTREMO VALOR HISTÓRICO. PRECISAM SER APRECIADAS NA SUA DIMENSÃO CRÍTICA E QUESTIONADAS NO LIMITE DE SUAS NEUTRALIDADES. NÃO É POSSÍVEL ACOMODÁ-LAS, APENAS, EM SIMPLES PROGRAMAÇÕES TECNICISMOS E RACIONALIDADES PRÁTICAS”

Rafael dos Santos da Silva

A terceira parte do nosso trabalho preocupou-se em apresentar as cores da LAUDATO SI que trata de dois importantes eixos: a ciência e a tecnologia. Vamos acompanhar como o Papa observa os avanços da tecnologia, seus efeitos sobre a ciência e o fundamental: como essas relações se dão no contexto do novo século. O Norte (ou o Sul) das palavras a seguir traduz a perspectiva de Francisco no limite de colocar a tecnologia como uma possibilidade, e a ciência, enquanto dimensão da realidade que enxerga além dos seus protocolos. Com isso, e por isso, o texto do Pontífice apresenta-nos debates relevantes como a criatividade e o poder dentro do contexto tecnológico. Vai amiúde, nas questões relacionadas à globalização e seu caráter tecnocrático, e não se furta ao precioso debate da inovação tecnológica, assim como a pesquisa enquanto instrumentos a serviço do homem. A partir daí nós buscamos interpretar os efeitos desses argumentos na vida cotidiana, quer seja no seu aspecto geográfico, quer seja na vida em geral. Esperamos que

o leitor possa encontrar argumentos reflexivos e assim ampliar sua capacidade crítica que permita formação tanto mais próxima do real quanto possível.

O PAPEL DA TECNOLOGIA: DA CRIATIVIDADE AO PODER.

Como todos os temas abordados por Francisco, a tecnologia possui dimensão histórica de ramificada contextualização na estrutura social contemporânea. Ela é a raiz das mais profundas transformações vividas na era cristã, sobretudo na dimensão do trabalho e das relações interpessoais.

A leitura que fazemos, antes de entrar no mérito, consiste em desmitificar o senso comum que associa tecnologia a computadores, hardwares e softwares desenvolvidos por mentes brilhantes e demandados por uma população economicamente abastada. Isso também é tecnologia! Porém, seu conceito é muito mais elástico e representa todas as formas que a sociedade instrumentaliza, determinado tipo de comportamento para solucionar um problema social. O que nos leva a concluir que se trata do estudo da técnica (logia = estudo + técnica).

Para os filósofos gregos, a tecnologia poderia ser a força do argumento alcançada nas ágoras. Para outras sociedades o papel e o lápis, de modo que, em geral, ela é hoje representada por um conjunto de sistemas envolvidos em software e hardware que resolvemos chamar de computador.

Essa última fase da tecnologia proporcionou, finalmente, que a sociedade se encontrasse numa grande rede, numa aldeia paradoxalmente globalizada

e efêmera, capaz de aproximar os distantes e de separar os próximos.

A partir desse conceito, é oportuno recordar que a crise da civilização tecnicista ocorre no momento seguinte da revolução tecnológica, que foi seguida pela revolução da informação. Chamamos atenção para esses dois grandes acontecimentos que, apesar de ocorrer quase simultaneamente, são distintos.

Podemos resumir as novas tecnologias e a tecnologia de base não serviram mais do que à potencialização da produção, associada à redução dos custos e precarização do trabalho e do trabalhador.

Talvez você esteja se perguntando o quanto essa afirmação possa ser generalista, mas precisamos compreender, nessa esteira, que o modelo de produção capitalista encontrou um ninho para colocar seus ovos e proliferar-se nos mais distantes rincões. Essa fase da história foi repleta de sobressaltos que se deram dialeticamente em delicados movimentos, ora potencializando, ora potencializado pelo capitalismo de mercado. Foi a grande transformação apontada por Polany “quando saímos de uma sociedade com mercado para uma sociedade de mercado”.

O avanço da história vai apresentar à revolução industrial a crise financeira provocada pelo liberalismo econômico, e então a tecnologia conhece seu momento mais fugaz. Ela passa a ser utilizada com profunda agressividade e prestação de serviço ao capitalismo de crise. A instrumentalização desse processo deu-se historicamente, por aquilo que chamamos de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC

É exatamente, a partir do contexto acima que Francisco reflete “vivenciamos uma nova era”. Um processo cujo poder proporcionado pela ideologia tecnicista nos apresenta uma das maiores encruzilhadas da nossa existência. Não é muito repetir que foi a partir da tecnologia que se enfrentou muitos limites à vida humana. Como deixar de reconhecer um conjunto de esforços que contribuíram para o prolongamento da vida, como os antibióticos?

A recente história da medicina é repleta de exemplos positivos. Para não falar da biotecnologia, robótica e nanotecnologia. Não podemos ignorar a grande descoberta do DNA, ou ainda, o conjunto de ferramentas como a ferrovia, o telefone, a eletricidade, a máquina a vapor e mais recentemente a informática. Contudo, não podemos –sob hipótese alguma - deixar de questionar a serviço de quem está tal poder.

A ausência desse tipo de reflexão furtou-nos de uma análise mais crítica quanto à produção tecnológica entre os estados, sobretudo, quando este ganhou características de Estado-Nação. Não podemos esquecer a bomba atômica (a maior vergonha do século XX), quando a tecnologia ficou a serviço de regimes totalitários.

Há indícios ligando grandes nações a criação de guerrilhas totalitárias e que, mais tarde, esses mesmos grupos tornaram-se demasiadamente perigosos aos projetos de seus idealizadores. Um bom exemplo é o famigerado Estado Islâmico e sua relação umbilical com a América, entenda-se EUA.

No contexto individual, não é possível confundir poder tecnológico associado ao aumento de segurança

como o monitoramento civil. Estamos vivendo um imenso *reality show*. Não é possível estar bem e ao mesmo tempo aprisionado em muros cercados por arames, câmeras e outros apetrechos da segurança tecnológica moderna, legitimada pela ideia do medo e do inimigo produzido. Não pode haver felicidade total escondida no medo e no terror da vida moderna.

Os grandes centros e metrópoles (na América Latina em função da violência urbana, na Europa pelo medo do terror produzido por pseudoideologias religiosas/política, travestidas de uma linguagem tecnicamente civilizatória) estão impregnadas em guetos. Verdadeiras “castas” sociais são impelidas a trabalharem horas a fio, e depois comprar uma segurança frágil e débil. Tão efêmera quanto a sua capacidade de transmitir confiança.

Como bem observa a carta de Francisco, a função da ciência e da tecnologia colocou a criatividade humana em outro patamar. É comum esperarmos que a técnica possa servir de ligação às necessidades e sua superação via a condicionantes matérias.

Por isso Francisco não tem dúvidas de que a tecnologia pode produzir bons resultados domésticos e coletivos. Isso depende do bom grau de honestidade e da boa intenção de quem conduz a matéria como uma estética própria da plenitude humana.

Para o Pontífice, não podemos nos furtar a pergunta: a tecnologia está concentrada ou coletivizada? Serve a fins meramente econômicos, ou a serviço da emancipação humana? Não podemos, em tempo algum, permitir que a força vital e a plenitude dos valores sejam

ditadas por estatísticas econômicas, justificando o uso de tecnologias do medo.

A ideia do medo foi proliferada basicamente com o abandono realizado pela modernidade de um modelo de sociedade mais abstrata em função do uso indiscriminado do poder.

Esse processo foi sequenciado pela atomização, individualização e controle de conteúdo socioeducativo, fazendo crescer a expectativa de que os avanços tecnológicos pudessem superar comportamentos do bem viver.

Por isso é crescente a possibilidade do homem fazer mau uso dos limites éticos, como o texto de Francisco nos levou a pensar: “dedicar todo o tempo a produzir uma a amontoado de programas códigos e máquinas que não nos torna capazes de pensar a autoconsciência e nossos próprios limites éticos, é extremamente arriscado”

Nesse sentido, a carta é precisa ao denunciar o excesso de liberdade do poder tecnológico como instrumento adoecido, sobretudo, ao se entregar aos vilipêndios da vida moderna, às necessidades fúteis, ao egoísmo civilizatório e à violência brutal.

Parafraseando Francisco, “é como se o homem tornasse cada vez mais vulnerável de nudez fragilizante, enquanto mecanismos artificiais lhe retirassem a solidez da ética empobrecendo sua cultura e espiritualidade”. Portanto, é oportuno compreender a estrutura, o paradigma que compõem a globalização tecnocrática, tema da maior relevância e que poderá ser discutido a seguir.

OS RISCOS DE UMA GLOBALIZAÇÃO TECNOCRÁTICA

É quase consenso na perspectiva crítica da ciência que globalizar a sociedade a partir de uma estrutura tecnocrata, tem sido o problema de fundo da modernidade. Parece que vivemos uma crise de ausência e paradoxalmente de excesso de civilização¹⁶. Isso é resultado basicamente quando admitimos a tecnologia como um paradigma homogêneo e unidimensional.

Como bem observa Mészáros, a “inserção social da tecnologia na sociedade capitalista apresentou a totalização de um único propósito: ampliar a produtividade a qualquer custo social” Para ele, o crescimento exponencial do capital não se porta a políticas públicas, mas à necessidade íntima de reprodução do próprio capital.

Logo, as tecnologias, tal qual seu modelo atual, contribuem, a priori, para a reorientação do sujeito sócio individual, em vez do sujeito individualizado na sociedade.

Sendo assim, o lastro da atomização alcança em um único movimento, dois importantes elementos: a sociedade e o indivíduo que a constitui.

Refletimos, ao interpretar a carta de Francisco, que isso ocorre, quando se dá a concepção do sujeito “negado” que se apoia na lógica racional e se apropria do objetivo para efeito de posse. O passo seguinte ocorre na dimensão da coisificação dos demais sujeitos, extraindo o mais possível do objeto.

¹⁶ Excesso de civilização aqui utilizado se associa do sentido dado por Adorno em Teoria da Semicultura, 1966.

Esses elementos podem, no conjunto, forjar uma função dependente dos sujeitos coisificados, fazendo-os alienados à própria realidade.

Somados e contextualizados, podemos associar, com certa precisão histórica, a globalização e a coisificação do sujeito ao que de pior foi produzido na sociedade em toda era cristã.

O curso da história registrou que o passo seguinte consistiu na maluca ideia de crescimento ilimitado que tanto entusiasmou economistas e financistas liberais. Recentemente, agentes que manipulam as chamadas tecnologias finas¹⁷, fizeram repetir, feito mantra, a mentira da disponibilidade infinita.

Faz-se necessário compreender que a mutação abrupta das tecnologias mecanicistas para as tecnologias da informação em meados do século XX, não apenas ressuscitou o capitalismo afundado na ideia do *laissez-faire*, como modificou a identidade mundial pelas novas relações estabelecidas entre aquilo que Castells chamou de a rede e o ser.

Essa nova rede, ao passo que tratou de globalizar todas as relações, influenciou nas novas identidades, e culturas. Esse processo contribuiu sistematicamente para redução das lutas entre as classes pela via da homogeneização social.

Nesse sentido, toda sociedade passou a ser afetada por outro tipo de capitalismo. Agora de característica informacional, tendo seu principal papel segundo Castells, assentado “na privatização, e desmantelamento do contrato social”. Logo, as tecnologias, principalmente,

17 Termo usado por Castells no seu livro - *Sociedade em Rede*, Editora Paz e Terra, 1999 – para designar, em geral Tecnologias da Informação e Comunicação.

a fina, não são neutras. Elas nasceram para realizar a perestroika do capitalismo moderno com demasiada resiliência ao capitalismo de crise.

Nesses termos, a pergunta central aventada por Mészáros, consiste em identificar como “é possível romper este ciclo vicioso e fornecer uma resposta sem empobrecer a questão?”

Precisamos assumir o atrevimento de cindir com a catástrofe da inserção tecnológica capitalista que passa, essencialmente, pela luta da emancipação humana. Interpretando o pensamento de Francisco, podemos afirmar que a materialização desse processo consiste na capacidade de reler as possibilidades tecnológicas e reeditar a história de tal modo que sejamos capazes de utilizá-la como antídoto ao próprio predador que a concebeu.

Atualmente, não podemos naturalizar que uma criança, ao sentir-se perdida, informe seu endereço virtual como referência. Nesse processo, ele está, sem perceber, virtualizando também sua identidade. Como observa Mészáros, isso pode ocorrer ao atribuir à tecnologia o peso da inércia no processo de mutação trans-histórica.

Portanto, não podemos admitir que um conjunto de pseudointelectuais manipule a elaboração de métodos/objetivos capazes de tornar o paradigma tecnológico condicionante da vida. É preciso a ousadia em denunciar que isso não passa de um pretense ajuste medíocre ao sistema.

Como observa a carta, o caminho de ajuste medíocre e sistêmico é perigoso e “tem apresentado

seus nefastos efeitos na degradação ambiental e social, que afeta a vida humana em todas as suas dimensões”.

Considerando esse pano de fundo, tem-se que a técnica, tomada isoladamente, ou por meio de seu fruto, cria uma trama condicionadora do estilo de vida quase sempre baseada no consumo exacerbado.

Esse modelo tendo a favorecer grupos que depende do poder. Isso ocorre quando douram a realidade do acesso ao consumo, ao passeio sem graça aos shoppings nas tardes de domingo, e à vida social de curto horizonte.

Ao se encaminhar assim a técnica não é neutra, ela assume um lado que definitivamente não é o lado da maioria da sociedade, mas de poucos que vivem da sua exploração.

Assim, esboça-se um perigoso modelo metacultural (ou unicultural) de tal forma que se caminha feito manada, em direção a um estilo de vida proposto pelo paradigma tecnológico, globalizador e massificador. Tal paradigma traz como característica a cultura tecnocrática que se apresenta tão dominante que torna difícil argumentar contra sua lógica.

Na sequência, Francisco observa na carta que “não sabemos se esse processo tecnocrático como se põe, está preocupado com o bem estar social”, ou se seu sentido se engendra em volta da ditadura determinística que “tem que ser assim”.

Parece-me que a segunda hipótese seja mais forte. Daí o apelo à dominação (domesticação) mais adocicada, muitas vezes disfarçada de responsabilidade social que reduz a capacidade crítica de elementos naturais e humanos.

Nega avanços concretos em função de liberdades efêmeras. Essa falsa sensação de liberdade é capaz de manter o capitalismo no ocidente a partir de liberdades transitórias falseadas por uma rala democracia.

A criatividade fica produzida, o indivíduo adestrado e a vida mecanizada. A soma dessas variáveis favorece a um espaço perfeito de controle, domínio e poder. A materialização do processo ocorre quando o paradigma tecnológico alcança a economia e a política, sem que os limites éticos sejam considerados.

Quando esse cenário se materializa o desenvolvimento tecnológico assume a função do lucro, em geral pelo casamento das tecnologias com as finanças parasitárias de reduzido foco e cinismo ralo.

O PAPEL DAS TECNOLOGIAS NAS FINANÇAS PARASITÁRIAS

Este tópico poderia ser discutido no item que trata das finanças, mas resolvemos apresentar, aqui, pois sua associação com as tecnologias de fato é o que tem alimentado o câncer da sociedade moderna que chamamos de “finanças parasitárias”.

Pois bem, com o advento da ética protestante, mais, especificamente, do liberalismo econômico, as finanças parasitárias ganham relevância sobre toda a ciência econômica. Então tudo vira secundário; tal qual o ambiente natural, a pobreza e a vida, na sua perspectiva integral.

A insanidade foi de tal ordem, que alguns desavisados chegaram a crer estar no dueto economia/tecnologia toda redenção da fome, da miséria da

natureza. Suas mentiras são muito bem articuladas ao ponto de defenderem, inclusive, um método (crescimento de mercado) associado sordidamente à consciência coletiva que faz do opositor intelectual um inimigo a ser vencido.

É inaceitável que o argumento da maximização da produção seja suficiente para gerar bem-estar. Essa mesma ideia afirma não ser função do mercado promover a integralidade humana. Não faltam economistas (e outros profissionais dos mais variados conhecimentos) que vendem suas opiniões defendendo um modelo de elevada produção e baixa distribuição, desconsiderando a miséria, a pobreza e a profunda vulnerabilidade de muitos.

É desumanizador observar que essas meias-verdades sejam disseminadas para abafar a morte por inanição de milhares de pessoas em vários locais do mundo, como na África.

Em tempo, a partir da releitura das críticas feitas por Francisco, defendemos a hipótese de que o aumento do modelo desenvolvimentista acaba deslocando geograficamente o problema da pobreza para continentes periféricos. Se isso for tomado por verdade, então há limite sistêmico imposto aos mais vulneráveis.

Não podemos negligenciar em observar a tecnologia, enquanto tapete para o avanço predador das finanças parasitárias. Nem tão pouco induzir pequenos avanços de tímidas políticas conduzidas em função de uma falsa sustentabilidade social.

É tanto paradoxal, quanto interessante, observar a ONU esforçar-se em programas humanitários que visam, apenas, reduzir pela metade o gravíssimo problema da fome. Isso pode ser observado nos indicadores dos

Objetivos do Milênio – ODM¹⁸. Ao mesmo tempo vê-se o empenho da referida instituição associar-se a pálidas políticas públicas de distribuição de renda que mais visam ampliar o mercado de consumo do que promover emancipação humana.

Tal contextualização fica nítida, quando observamos a América Latina, onde políticas públicas de distribuição de renda ainda não foram universalizadas fazendo surgir, aquilo que Kleinsberg chamou de “bolsões de miseráveis adestrados segundo a lógica de mercado” como proposta de inclusão, via consumo.

Diante de tal percepção não seria muito exagerado indicar que parte das raízes do desequilíbrio atual encontra-se no cerne do desordenado crescimento tecnológico e econômico, que se dá de forma irresponsável e predatória.

Não obstante, o problema de base dos mercados parasitários tem ainda distorções históricas bem medidas pela secularização civilizatória. Esse instrumento tem considerado a fragmentação do saber que leva à perda do sentido da totalidade e a suas diversas aplicações concretas na realidade.

Sem essa dimensão, o homem não compreende sua cultura que ao ser modificada, em função dos novos arranjos fabris, leva consigo parte importante da sua historicidade. Isso na prática enfraquece o indivíduo, retirando dele a capacidade de trilhar uma saída para seus problemas.

O comportamento parasitário seja qual for sua base – se científica, financeira ou mesmo tecnológica -

18 A partir de 2015 os Objetivos do Milênio foram reconfigurados para Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS. Porém, com a mesma abordagem.

precisa ser abolido. Mais uma vez volto ao projeto de lei que tramita no Congresso brasileiro¹⁹, cujo objetivo visa modificar o ensino médio em função da demanda de mercado, ofertando seus conteúdos por disciplina separada, favorecendo a especialização (o que é bom para o mercado), forjando, no limite, um espaço abissal entre o indivíduo e sua redenção emancipatória.

O ensino passa a ser redimensionado às suas circunstâncias técnicas e mercantis. Você pode se perguntar, por que esse tema aqui? Porque Francisco é exato, quando aponta para a urgência de se compreender a pluralidade da vida além do binômio ciência/tecnologia, uma vez que a realidade concreta nos interpela pela ecologia.

Em outras palavras, o acrisolamento da educação, na forma em que ocorre a reforma do ensino médio no Brasil, é potencializadora em última instância da segregação humana, ao ofertar mão de obra semi-qualificada para o mercado e nele para o setor financeiro.

Saber apertar o botão é suficiente para esse processo, porém saber perguntar para quê apertar é extremamente perigoso. Se Francisco estiver correto ao nos impelir a denúncia profética, então precisamos comunicar que esse modelo de educação não é exatamente aquilo de que estamos precisamos. Mas, o que de fato precisamos? Precisamos de mudanças essenciais e não de mudanças formais.

O Pontífice deixa claro que precisamos avançar para uma política de programa educativo capaz de materializar outro estilo de vida, além claro, da dimensão

¹⁹ O Projeto acabou sendo aprovado em meados de 2016, sendo amplamente difundido como a Reforma do Ensino Médio.

da espiritualidade. Esse novo modelo precisa emergir como resistência ao paradigma financeirista de cunho predatório, cuja lógica reduzida de explorar o local e consumir o global, não está sendo remédio, mas veneno ao abrigar a chegada e a partida dos profundos problemas sistêmicos enfrentados pela sociedade moderna.

Contudo, Francisco observa que esses instrumentos podem representar “uma grande possibilidade, ninguém quer o regresso à idade da pedra”. Entretanto, não podemos aceitar uma possibilidade sem valores de objetivos arriscados e transitórios que acrisolam o ser no individualismo.

Como bem resume o Papa “não aceitemos um futuro sem nós.” Francisco continua seu argumento afirmando que na modernidade não podemos excluir a importância da tecnologia, mas tão pouco não podemos admitir como natural a substituição do trabalho humano pela máquina.

O Papa observa ainda que “todas às vezes que um posto de trabalho é fechado, para dar lugar a uma nova tecnologia aumenta a conta no campo da desigualdade” segundo ele, devido à subvalorização humana, a ganância e não, raras vezes, a apropriação do excedente em função do lucro.

Aqui, o capitalismo informacional vazio de ética, abre espaço para o progresso tecnológico (no sistema financeiro, no comércio, na indústria), orientando a economia para diminuição dos postos de trabalho, reduzindo a ação do homem a uma subcategoria. Um apêndice da máquina promovendo muito mais uma corrosão social do que a convivência social.

Nossa insensatez chega a tal nível de loucura que, jogamos no hall dos culpados todos aqueles que não conseguem competir. São os incompetentes. Não poupamos em traçar adjetivos pejorativos por ter lhe faltado mérito de estar no mercado de trabalho. A meritocracia burguesa encontra seu lastro no apêndice da civilização tecnicista.

Qual a saída para esse contexto? Francisco observa que o caminho consiste em ampliar o olho humano para a capacidade de limitar a técnica, reorientá-la e colocá-la a serviço do homem (e não o contrário). Isso pode ocorrer de tal forma que seja apresentada ao tecido social a face do processo tecnológico mais humano, social e libertador.

Segundo o Pontífice, “Precisamos voltar todo o conhecimento tecnológico a serviço do homem e da natureza” em que a técnica deve ser salutar na formação de modelos econômicos mais solidários e cooperativos.

Assim, é possível proporcionar uma autêntica humanidade capaz de construir nova síntese civilizadora cuja tecnologia, imprescindível como é, contribua para alcançar uma nova sociedade. Como bem observa a carta, não é possível instrumentalizar a tecnologia e suas possibilidades para a redução da cultura, do homem e da natureza.

Sabidamente Francisco aponta para a necessidade de uma sociedade de base tecnológica diversificada. Logo, o empresário (como outros agentes econômicos) não pode assumir simplesmente o papel reduzido do fazedor e acumulador de riqueza. Ele precisa ser criativo de tal modo que assuma suas responsabilidades que

extrapolam o pagador de impostos, e alcance o papel do agente social coletivo.

Por fim, as redes sociais estão estruturadas pelas novas possibilidades de cooperação. É isso que revelam as leituras da carta de Francisco que de forma imprescindível reiteram a tecnologia como uma grande possibilidade para a sociedade pós-moderna. Porém, a carta precisa ser disputada, reinterpretada e reorientada na dimensão das necessidades que se arvoram no raiar do novo milênio. A seguir, veremos as observações na área biológica, a partir da pesquisa.

A DIMENSÃO DA INOVAÇÃO BIOLÓGICA E A CIÊNCIA

A revolução tecnológica foi marcada por duas ideias centrais: o modelo baseado no patriarcado e o modelo com base no eurocentrismo. Ou seja, os mesmos alicerces da revolução industrial. Obviamente, que o desenrolar desses processos não livrou a humanidade da inconveniente escolha cimentada na criação competitiva.

A superação das crises geradas por esses modelos passa pelo resgate da sensibilidade, muitas vezes, perdida pela surdez contemporânea. Essa surdez apresenta-se nas desordens de caráter, forjadas pelo do narcisismo do sucesso profissional. Como bem retrata Frei Betto, a todo custo pessoas buscam “a manipulação das relações interpessoais e a aprovação da fama, da acumulação e da ausência de convicções”.

Durante essa deformação social, abriu-se espaço

para a incapacidade letárgica de ver e sentir o outro. Já não se tem mais utopias e sonhos. É vendida a ideia fácil de que a história acabou. A sensação de asfixia cultural reflete uma suposta felicidade momentânea, caracterizada pela impossibilidade do futuro.

Nesse cenário, a inovação científica pode representar um perigo extremo, sobretudo quando tratamos da biologia. Jonas alerta que se “adquirirmos o direito de manipular a genética, estamos prontos para exercer o papel de criador”. Segundo ele, isso pode representar a posse de um poder fatal.

Diversos problemas podem ser resolvidos a partir da inovação tecnológica, como a produção de alimentos. Contudo, o texto de Francisco argumenta que sendo a base formada por um conjunto de tecnologia, a inovação biológica deve possuir alguns limites.

O entendimento é que as biotecnologias devem ser guardadas para quando necessárias à vida. Caso contrário, esse poderoso instrumento coloca tal ação numa seara moral de limites questionáveis que comprometem a dignidade humana.

Em outras palavras, toda invasão biológica (leia-se biotecnologia) precisa se ater ao respeito integral pela criação. Predecessores de Francisco, como João Paulo II, já chamavam atenção para o progresso tecnológico sobre o ecossistema.

Portanto, a tecnologia quando aplicada geneticamente, seja na agricultura, na indústria, na economia ou na manipulação da vida, deve favorecer cada vez mais, à dignidade da vida em todos os seus aspectos. Como bem observa Francisco, reside aí a importância, da ciência em

compreender e respeitar os limites éticos considerados para efeitos dos objetivos humanos.

Francisco insiste que a intervenção humana na realidade material pode forjar situações não previsíveis. O que se sabe é que tal progresso científico na área dos transgênicos, por exemplo, dá-se a partir da observação de mudanças bacteriológicas no genoma vegetal. É assustador observar que, nesse tipo de pesquisa, é comum a simplificação de processos e instrumentos tecnológicos de alta complexidade.

Tal incremento possibilitou viabilizar imprevisíveis resultados científicos via cobaias humanas. O curioso é observar profissionais qualificados, atuando em pesquisas aventureiras. Isso ocorre quando esses cientistas topam associar seus currículos ao lado de resultados duvidosos relacionados à transgenia.

Ao que se sabe, o grande empecilho para a utilização desse tipo de conhecimento, em larga escala, consiste exatamente na ausência de certezas quanto a seus desdobramentos. Em outras palavras, a ciência não consegue afirmar quais os efeitos do contato de transgênicos na saúde humana.

A inovação biológica na produção de alimento, a partir da transgenia, estabelece um perigoso movimento da sociedade científica. Como já dissemos, isso ocorre porque há uma profunda carência, apesar dos resultados, de sua aceitação. No entanto, a ânsia pelo lucro, faz com que diversos produtos alimentícios sejam liberados para consumo humano. Esse processo adiou o debate entre a ética e a agrobiodiversidade, em que pese aos parâmetros desenvolvidos pela práticas científicas.

Criado para supostamente acabar com a fome no mundo, sem a utilização de agrotóxicos, o uso da técnica transgenia visa, diretamente, reduzir os custos de produção. Contudo, as mutações genéticas oriundas dos primeiros esforços têm resultado em importantes efeitos negativos gerando demasiada controvérsia ao assunto.

Nesse sentido, cientistas sérios da estirpe de Amartya Sen não se furtam ao debate, defendendo a ideia de que o problema não está na produção de grãos, mas na sua distribuição. A priori invalida a hipótese do uso da referida técnica, não é o problema central. Mas a dimensão ética que lhe cerca precisa ser mais atenuada em diversas ramificações.

Diferentemente das tentativas de aumentar a produção e reduzir os custos pela via tradicional, utilizando agrotóxicos, a modificação genética é algo absolutamente incontrolável em que pese aos resultados.

Do outro lado tem-se a desonestidade intelectual de muitos, revelando-se em falsos argumentos que visam qualificar a utilização de sementes geneticamente modificadas pelo risco de se utilizar sementes pulverizadas por agrotóxicos nocivos à saúde. Ora (dizem esses incautos) “convém utilizar os transgênicos, cujo nível de certeza é reduzido, do que utilizar o agrotóxico que já sabe possuir nível considerável de letalidade. ” Incrível a criatividade para legitimar falsas verdades!

Na outra ponta, já há políticas públicas para a efetiva fiscalização do uso de fertilizantes nas lavouras (mesmo sabendo que são de curto alcance), mas não há qualquer garantia de segurança na manipulação

genética de uma semente. Simplesmente porque não há lei que possa garantir esse esforço.

Ocorre que o mercado é implacável e precisa defender seus interesses. Nesse contexto o cenário para a crise da civilização tecnicista abre espaço a uma dinâmica relativizada. De um lado observa-se o esforço de organismos internacionais alertando para elevadíssimo desperdício de alimentos; não obstante do outro, o que prevalece é a cultura do descarte induzindo a um modelo atomista do comportamento humano.

Nesse ponto, convém lembrar a carta de Francisco ao observar que “o relativismo provocado pela cultura do descarte torna tudo meramente útil, e a coisificação das relações tem sua face até o momento em que cesse a necessidade vencida”. Na sequência, o Papa argumenta que as relações se tornam eminentemente efêmeras, sobretudo diante da “inércia social enquanto interesses do capital avançam sobre a biodiversidade visando forjar novas economias e formas produtivas duvidosas, de riscos incalculáveis e de ética questionável.”

Ainda nessa direção, a carta de Francisco observa a importância da biodiversidade argumentando que o “apelo econômico na sua face comercial está pondo em xeque a riqueza das floretas, dos bosques da fauna e da flora”.

Como já observamos, espécies importantes que poderiam representar a redenção de doenças graves ou manutenção do equilíbrio ambiental estão sendo reduzidas a interesses imediatos.

Autores como Hathaway e Boff (2012) lembram-nos do risco de que em pouco tempo teremos mix de produtos fabricados nas prateleiras do que bactérias na biodiversidade. Retomo ao argumento já mencionado

que revela a flacidez da economia verde, cujo principal objetivo consiste na criação de espaços mercadológicos na natureza e entregá-los à economia de mercado.

Reafirmamos as profundas limitações do sistema, quando é natural que a exploração econômica sofra migração fazendo sair dos espaços das trocas (chamada de economia real), alcançando a natureza, enxergando-a como recurso.

No limite ético, estamos permitindo-nos envolver por um canto acorrentado, admitindo avanços desmedidos de exploração predatória da fauna e da flora. Cessamos substituindo a riqueza de nossa diversidade ambiental por mix de produtos disponíveis nas prateleiras dos supermercados.

Os danos da economia verde podem representar um sério risco à comunidade de vida na terra, pois ela obedece à outra lógica que não é da sustentabilidade, nem do respeito. Mas a óptica da competição e exploração do patriarcado. Nem na Idade Média, conhecida como idade das travas, praticava-se um desatino dessa proporção.

As perguntas agora são: qual o papel da ciência nesse processo? Qual influência um pesquisador sério pode imprimir na sua atividade de descoberta? Não custa lembrar que a ausência dessas perguntas, ou sua negligência, fizeram a ciência avançar no enriquecimento do urânio e encontrar uma arma atômica capaz de pôr fim à vida no planeta.

Portanto é necessário relembrar qual o papel das tecnologias (já tratadas aqui) no avanço da produção de alimentos, ou no que pese sua nova técnica mais conhecida por transgênico.

O que nos resta? Outro dia o filósofo alemão Hans Jonas respondeu essa pergunta de forma monumental: “diante de tantas tensões sociais, colapsos sistêmicos, catástrofes ambientais; diante da coisificação e dos ruídos dos motores da civilização tecnicista, nos resta o princípio da responsabilidade”

O imperativo categórico proposto por Jonas apresenta-nos o limite de que nós precisamos conhecer para considerar nossa participação na construção da vida e de sua manutenção. A ausência de um princípio norteador (ou suleador²⁰) capaz de apontar para os limites humanos podem ser danosos na composição dos seus resultados por recusar exatamente seu limite.

Assim, as relações humanas precisam superar uma moral imbecilizante (tentativa parcamente realizada por Rousseau – em Contrato Social) e dirigir-se a um comportamento (chama-se de ética) mais amplo que considere a comunidade de vida. Como bem disse Jonas: “a responsabilidade macro-sistêmica precisa ser levada em consideração diante das pequenas ações”.

Se esse caminho for adotado, seremos responsáveis na exata medida em que nossas ações sejam compatíveis com a permanência da vida na terra. Em outras palavras, a nova ética não pode ser limitada somente às relações sociais. Precisa alcançar uma ecologia integral, como nos lembrou, tanto Francisco de Assis, quanto agora o Francisco de Roma.

Essa dimensão nos ocorre quando imaginamos a humanidade fazendo a travessia da ética social para a ética intergeracional e integral. Precisamos negar a

20 Por que o termo precisa ser euro-centrico (norteador)? Apresentamos a palavra SULEAMENTO em contraponto ao eurocentrismo.

tentativa que o homem tem feito para escapar da morte ao prolongar a vida ao infinito.

Caso contrário, teremos um mundo velho e triste; precisamos negar ainda o controle da conduta humana, via conhecimentos científicos, em especial com relação à biomedicina e, sobretudo, precisamos conhecer os limites da manipulação genética, quando o homem tem tentado tomar o bastão de Deus.

Na prática, a realidade brasileira tem contabilizado graves problemas, a partir do incremento da biotecnologia (em especial os transgênicos) na produção de alimentos. Indiretamente tem motivado disputas injustas no Congresso Nacional (através da sua bancada ruralista) que, em última instância, contribui para a destruição de terras produtivas como a devastação de matas nativas para a plantação de sojas, degradação e a vulnerabilização dos mais pobres.

Isso provoca migração de pessoas para aglomerações metropolitanas que, ao final, têm potencializado a desigualdade. Uma pergunta é necessária: isso é ciência? Como já dissemos os trabalhadores que não migram para os aglomerados viram trabalhadores precarizados, tornando-se assalariados; veem-se destruídos em suas culturas, submetem-se à produção massificada e de pouca diversidade.

O texto escrito por Francisco, permite-nos refletir que não podemos, sob hipótese alguma, admitir a vitória do medo sobre a dúvida. Segundo o Papa, precisamos constatar que a vida é inalienável, independente do seu grau de desenvolvimento.

Francisco é emblemático ao finalizar argumentando que a tecnologia, ao desconsiderar princípios

éticos, dificilmente será capaz de solucionar qualquer problema humano, social, econômico. Mas, ao contrário, a probabilidade de causar maiores danos é demasiadamente alta.

REFERÊNCIAS

- CASTELLS, M. A Sociedade em Rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura; V.1 São Paulo – SP Paz e Terra, 1999.
- HATHAWAY, M. & BOFF, L. O tã da libertação: explorando a ecologia da transformação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- JONAS, H. O princípio da responsabilidade: ensino de uma ética para a civilização tecnológica. Trad. De Marijane Lisboa e Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- KLEINSBERG, B Desigualdade na América Latina: o debate adiado 3ª ed Cortez - São Paulo – SP 2003
- LAUDATO SI sobre o cuidado da casa comum – Encíclica de sua santidade o Papa Francisco, 1º ed Ed Paulinas São Paulo – SP, 2015
- MÉNZÁROS, István. Para além do capital: rua a uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ROUSSEAU, J.J Do Contrato Social. Ed Eletrônica - PDF, 2002 disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/contratosocial.pdf>
- SANTAROSA, L.M.C, CONFORTO, D, Et Al Cadernos Pedagógicos: curso de formação de professores em tecnologia da informação e comunicação. 1º ed. V2 São Paulo - SP, 2014 .
- SEN, AMARTYA. Desenvolvimento como Liberdade. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia das Letras 2000

CAPITULO IV

A FÉ



A FÉ NA SUA DIMENSÃO MÍSTICA

“A FÉ É O OLHO HUMANO PARA O SAGRADO. SUA DIMENSÃO MÍSTICA PERMITE AO HOMEM APROXIMAR-SE DO SEU CRIADOR. SUA PERSPECTIVA CONCRETA DÁ-LHE A POSSIBILIDADE DE TORNAR O MUNDO MELHOR”

Rafael dos Santos da Silva

Quase que o capítulo da dimensão da fé ficou de fora dessa resenha. Talvez por pudor, ou por pedância acadêmica, pus-me, não poucas vezes, a possibilidade de simplesmente descartar esse trecho da proposta da *Laudato Si'*. Pouco tempo depois, confesso que me deixei levar por impulso, e resolvi aventurar-me nessa área que outrora tanto percorri. Fiquei convencido de que a fé é uma belíssima cor. Afinal, como diria Vattimo²¹ “ cremos que cremos”. Pois bem, neste último capítulo vamos apresentar o esforço de Francisco para comunicar sua experiência de fé. Trata-se de um belo diálogo necessário, cujo objetivo consiste em colorir a tênue linha entre as religiões. Nessa etapa, Francisco se arvora em aproximar a ciência e a fé, elementos que outrora foram afastados por diversas ramificações históricas e interpretações grosseiras. A carta lembra as contribuições que podem ser observadas pelas leituras bíblicas; o olhar de Jesus sobre a realidade, e ressalta a importância dos sacramentos enquanto sinal entre os homens de boa vontade.

21 Gianni Vattimo, teólogo e membro do parlamento europeu. Autor do Livro *Depois da Cristandade – por um cristianismo não religioso*. Editora Record.- a frase original é “eu creio que creio” adaptado aqui por questões contextual e de gênero.

Por fim, travamos discussão da mais alta complexidade na justa medida em que Francisco apresenta Maria, mãe de Jesus, como rainha da paz. Nesse momento, resgatamos o esforço de todas as mulheres forçadas a migrarem, tornando-se inevitavelmente vítimas de preconceitos, de oportunismos e de violências impostas pelos resquícios do patriarcalismo déspota, que outro, dia alcançou com peso de morte as mulheres sábias na Europa medieval.

A mensagem final convida-nos a olhar para além do sol, numa perspectiva mística de atrevimento contemplador a partir da premissa de que o outro lado que ofusca pode, ao mesmo tempo, garantir o calor e o equilíbrio necessário.

A CRIAÇÃO ENQUANTO UM GESTO DE GENEROSIDADE

Apesar de ser um texto escrito para todos, inclusive os católicos, Francisco não se furtou dialogar sobre a fé na perspectiva holística da criação. Observa-se que mesmo respeitando a descrença do mundo científico, em suas convicções, não se pode esquecer a riqueza que as diversas religiões podem oferecer na construção de uma ecologia integral. Para o Papa é extremamente possível que ciência e religião dialoguem de forma harmônica.

Nesse sentido, compreender o espaço da fé é entender a dimensão humana mais sensível e, ao mesmo tempo, mais abstrata. Precisamos aceitar que o homem depende de uma centelha inexplicável cuja razão cede espaço carinhosamente para o abstrato.

Ciência e religião encontram-se inteligíveis num movimento de impulso e repulsa que se afastam e se aproximam, completando o ciclo da vida necessária na construção estética do ser. Lendo Francisco é possível entender que essas dimensões são complementares e não competem, apenas, ajudam a compreender a criação por diferentes formas.

Diante dessa perspectiva, precisamos compreender a luz que a fé oferece. Para o Pontífice essa dimensão nos possibilita enfrentarmos a complexidade que a crise ecológica exige. Segundo ele é preciso considerar as diversas riquezas que devemos recorrer na transformação dessa realidade, tal qual as artes, os poemas e as religiões na sua dimensão espiritual. Assim, precisamos olhar para as tradições, compreendê-las e respeitá-las pela beleza que são capazes de transmitir a nós e às futuras gerações.

Nesse sentido, vale lembrar a discussão feita por Francisco quando aponta para a sabedoria das narrações bíblicas. Para ele, “as diversas narrações bíblicas nos ajudam a conhecer melhor os compromissos ecológicos que recebemos e que estão em sintonia com o sagrado”.

O Papa salienta ainda que pela bondade do criador fomos contemplados pela dignidade infinita, e “todos que se ocupam dessa dignidade, devem se associar ao compromisso da vida, renovada e fortalecida pelo criador”.

Francisco compara, com extraordinária delicadeza, o cuidado que a criação merece, a um quadro pintado, a óleo, no período renascentista. E conclui: se aquela obra merece toda nossa atenção, o que dizer da perfeição de uma vida?

Para o Pontífice, a vida jamais poderá ser abrigo da desesperança, nem da rigidez, ou simbolizar elo ao caos do ciclo cotidiano “não se explica que o fruto de pensamento da ação de Deus seja desprezado e avaliado segundo seu potencial de consumo”. Francisco observa as narrativas e indica-nos não ser compatível a um cristão sair do culto e, ignorar ainda na escadaria de seu templo, o irmão de mãos estendidas.

Aquele que estende a mão não pode ser culpado pela situação de penúria “Tal ruptura entre a fé e a ação pode representar a ruptura harmoniosa com Deus” como bem lembrou São Boaventura “é preciso reestabelecer a inocência original”, elo pelo qual se assemelhava Francisco de Assis às crianças.

Francisco, de Roma, vai além e levanta um debate arriscado, mas necessário: a interpretação bíblica exige hermenêutica (contextualização). Um bom exemplo é a própria terra que, sendo herdada como presente, nos foi confiada, como se lê no livro do Gênesis “dominai a terra”.

Numa interpretação descontextualizada, a selvageria cultural estaria legitimada. Na prática, Francisco argumenta que as escrituras merecem atenção e precisam ser consideradas na sua perspectiva histórica. Se assim procedermos, podemos observar que o mesmo livro, ao contextualizar os fatos, vai apontar-nos para um comportamento de cultivo e zelo com a terra e não de exploração como sugere a leitura isoladamente.

Como vimos, o contexto impõe-nos responsabilidades perante a terra. O Pontífice argumenta que nossa inteligência deve cuidar para estabelecer o equilíbrio entre os seres, e não o contrário. Quando a Escritura

observa que o dia de descanso é também para que o animal possa repousar, então percebemos não haver espaço para o antropocentrismo despótico.

Nesse sentido, argumenta Francisco “se o Senhor se alegrou com suas obras, então somos chamados a não apenas fazer uso responsável, mas respeitá-las na sua dignidade” O Papa exemplifica que foi a ausência dessa dimensão holística da fé que permitiu a ruptura de Caim com Deus.

Em outras palavras, a ausência do cuidado em cultivar e respeitar a natureza conduziu a ruptura da dignidade com a sua comunidade (comum unidade) abrindo espaço para negligências desmedidas que em última instância, alcançaram a justiça.

Interessante observar Francisco dirigindo-se aos fiéis, argumentando que “o caminho da salvação está intimamente ligado com o respeito aos limites da produção da terra” e concluí “a reabilitação do homem implica na redescoberta dos ritmos da natureza”.

Para Francisco, o ciclo de descanso e a produção deveriam ser referências para a celebração do jubileu e do perdão universal. Nesse sentido, a matéria cede espaço ao abstrato, e a fé reorienta o trabalho na perspectiva ontológica.

No limite, esse processo se verifica quando as escrituras ensinam a não explorar os limites da produção terrena, mas a repartir com os pobres e com os estrangeiros seus resultados. Francisco observa esse estágio da humanidade como que exprimindo o ápice da beleza dialógica. Para ele é o momento em que o “o criador se reencontra com a criatura”.

Portanto, precisamos considerar a existência humana em sua dimensão histórica/bíblica que sugere três relações fundamentais; com Deus, com os vulneráveis (no texto ele chama de pobres) e com os estrangeiros.

Para compreender um pouco mais é oportuno chamar atenção ao trecho da encíclica que debate o mistério do mundo. O mistério do universo é observado por Francisco como um conjunto social, em que podemos deduzir haver pelo menos três formas de ver a criação. Existem aqueles que defendem a criação, a partir do caos; outros, a partir do acaso e outros tantos que defendem que tudo é fruto de uma decisão.

A carta papal defende essa última forma como critério avaliativo, muito embora não a veja como demonstração arbitrária da força do criador. Não obstante, vê-la como resultado do amor que deu razão à criação. Para o Pontífice, a análise da criação, a partir do critério decisório, configura-se em ato contínuo do Criador a seu amor, resolvendo, por opção, dar vida a tudo que há, e nada, absolutamente nada, fuge desse critério.

Isso significa assumir que a natureza é finita, e que “nosso progresso não pode ser pautado pela ideia de liberdade em si mesma, mas pelo critério da responsabilidade com o dever de protegê-la na sua fragilidade”. Dotados de razão, continua Francisco, “a inteligência nos convida a orientar, cultivar e limitar nosso poder.”

Esse é o mistério que precisamos convergir para evolução positiva que poderános levar ao desdobramento da noção de liberdade, e assim compreender a dramática, mas apaixonante saga humana.

Podemos concluir que “possuímos um chamado peculiar à vida” e que nunca podemos ser reduzidos à condição de objeto. Somos tratados, assim, e precisamos tratar os outros seres vivos com o mesmo respeito. Ao contrário múltiplos interesses tendem a sufocar-nos num jogo de dominação sem fim. Esse processo dá origem a inúmeras desigualdades, injustiças e violências.

Para Francisco, é preciso lembrar o necessário conceito de harmonia, de justiça e de fraternidade. Não podemos esquecer a lógica do poder apontada por Cristo em que ousou propor grandeza pela capacidade de servir²². Francisco continua lembrando ser preciso reconhecer nossa pequenez, o fim último das criaturas.

O Pontífice prega o fim do antropocentrismo como modelo de vida “não somos moralmente superiores às outras criaturas” elas caminham junto conosco rumo ao mistério divino, e conclui: “é nossa responsabilidade, por sermos dotados de razão, conduzir ou reconduzir todas as criaturas ao seu criador” Isso nos exige busca pela harmonia com todas as criaturas.

A CRIAÇÃO E O DIFÍCIL CAMINHO DA HARMONIA

O caminho da harmonia exige uma difícil, mas necessária reconversão. Precisamos ousar em adotar o caminho da ecologia integral. Caso aceitemos esse imperativo, então ressalta Francisco, “nenhuma criatura é supérflua” tudo é um gesto delicado de amor à vida.

O Papa observa que desde os panoramas mais amplos até às formas de vida mais frágeis devemos

22 Cf – Evangelho de Mateus– Cap 20, Versículos 25-26

considerar a natureza como manancial de reverência ao Criador que contempla a criação.

Francisco afirma que “este processo é repleto de significado que, paradoxalmente, pode ser escutado no silêncio soberano da natureza” O Pontífice lembra São Tomás de Aquino, quando falava que “a multiplicidade e a variedade da criação promovem a grandeza do criador ao revelar o espetáculo da diversidade” cuja desigualdade estrutural põe em xeque a auto-suficiência de qualquer criatura.

Nenhum ser basta em si mesmo, mas seu equilíbrio perfeito adverte para a presença de Deus na diversificação da narração estimulando-nos as “virtudes ecológicas”.

Por isso, o Pontífice observa a necessidade de uma comunhão universal, pois não somos criaturas sem um Criador. Não viemos do caos ou de um acidente cósmico. Segundo Francisco “nossa comum unidade nasce na partida da criação, e por isso, estamos unidos por um laço divino e formamos uma família universal” Noutro ponto ele completa: “uma comunhão de respeito amoroso e humilde”.

Tomando essas afirmações como certas, o Papa ressalta que a desertificação do solo, causada pela ação humana é como que uma doença, e a extinção da menor espécie deve representar uma mutilação.

Nosso caminho é a “comunhão universal” observa Francisco. Devemos aceitar que fazemos parte da mesma família. Nesse sentido, Francisco chega a interpelar-nos quanto à capacidade de indignarmo-nos diante de enormes desigualdades que existem entre nós. Aqui

cabe articular a fala do Papa com a de Darcy Ribeiro²³, que, outra vez, voltando do exílio exclamou, “na América Latina ou nos resignamos ou nos indignamos”.

Diante das enormes desigualdades que saltam aos olhos não nos resta outra saída que não seja a indignação. O *modus operandi* da produção da desigualdade, constantemente, constrange pessoas a se arrastarem por misérias degradantes, enquanto no mesmo espaço geográfico, outras (uma minoria) não sabem o que possuem, dado o processo de pilhagem que tanto promovem.

Isso, segundo Francisco, é desconfortante e tolerá-las significa aceitar a ideia de que somos mais dignos do que os outros. É o caso mais emblemático do darwinismo social²⁴ muito comum em governos regidos por autocracias e imperialismos de botequim. Nesse instante, “caso a sensação de indignação não nos alcance, então conheceremos o limite da irresponsabilidade” completa o Papa latino.

É preciso compreender que a lógica da comunhão universal pode nos afastar da rota de colisão com toda espécie de degradação humana e natural. Devemos indignar-nos diante de qualquer prática que atente para a dignidade humana. É normal resignar-nos perante o tráfico humano? Claro, que não!

Se Francisco (o santo) estiver correto, tudo está interligado; sociedade, homem e natureza. Tudo são obras do criador e suas criaturas, tendo o mesmo valor

23 Pensador e Intelectual Brasileiro dedicou parte de sua vida as questões humanitárias relacionadas à causa indígena. Foi vice-governador do Estado Rio de Janeiro, parlamentar e professor universitário tendo sido reconhecido pela sua brilhante contribuição intelectual. Sua obra mais famosa é o Povo Brasileiro.

24 Darwinismo Social: trata-se de aplicar na sociedade a ideia da evolução a partir da teoria hierárquica de Darwin, em que se previa que os seres maiores se sobrepoem aos menores.

intrínseco, serão mais completas quanto maior forem suas capacidades de viver em comunidade.

O texto papal argumenta que tudo isso nos leva a um destino comum, onde toda abordagem ecológica deve vir acompanhada de uma perspectiva social que considera em primeiro lugar o mais frágil. Daí porque a carta admite a subordinação da propriedade privada como primeiro princípio de uma ética universal.

Nesse ponto, Francisco não se furta em afirmar que “a tradição cristã nunca reconheceu como absoluto ou intocável o direito à propriedade privada, e aceita inclusive que ela possua função social de inclusão”. A carta relembra João Paulo II, quando enfatizou o termo “Deus deu a terra a todo gênero humano, para que ela sustentasse sem excluir ou privilegiar ninguém.”

Como pode ser observado no texto de Francisco, a propriedade privada não é maior que os direitos humanos. Sobre ela pesa uma determinada hipoteca social.

Francisco exorta que gerir isso em função de poucos vai contra os desígnios que Deus concedeu. Nessa mesma linha continua o Pontífice, precisamos evitar dizer que os pobres são depositários de dignidade. Eles já as possuem pela criação, assim como o rico. Por isso, completa “diariamente o sol se levante sobre eles de forma igualitária”.

Nessa discussão, o Papa não perde a oportunidade e retoma o assunto do meio ambiente afirmando “sendo a propriedade privada alguma coisa geradora de hipoteca social, o que dizer do meio ambiente?”

Esse é um patrimônio e responsabilidade universal, se não cuidarmos (mesmo se o direito me

faz gozar de propriedade) devemos carregar o peso da negação da existência dos outros.

Francisco lembra que essa insensatez pode nos pôr em falta com o mandamento em que diz “não roubar”. Faz lembrar Proudhon²⁵ que ainda no século XIX estabeleceu por princípio que a propriedade privada é em si um roubo.

Assim, Francisco lembra-nos do olhar de Jesus e sua relação amorosa e atenciosa às menores das sementes. Observa que mesmo em função de trabalho, Cristo quis dar o exemplo do menor trabalhador e dignificar pela grandeza da simplicidade. O Pontífice conclui afirmando que o “criador quis se experimentar ser criado, sendo o Verbo que se fez carne e partilhou da própria sorte” Logo, as criaturas não são meramente uma realidade natural, mas guiados tendo por destino à plenitude.

O texto recorda-nos do avanço que precisamos dar em relação ao diálogo entre as diversas matrizes religiosas e a ciência. Para ele trata-se de duas importantes dimensões da vida humana, em que o argumento central nos leva a perceber a incapacidade de sozinhas as ciências empíricas alcançarem a totalidade das coisas. Isso porque não há suporte histórico para toda explicação da existência humana. Se assim for então, onde estaria a beleza das artes, das culturas, das poesias? E as religiões, onde ficariam? Precisamos interpretar a vida sob múltiplas dimensões, sejam abstratas, sejam exatas.

Nessa linha, o Pontífice argumenta que a ciência e a técnica podem oferecer caminhos notáveis aos

25 Proudhon – Filósofo contemporâneo de Marx. Escreveu dentre outras obras: *Le Qu'est-ce que la propriété? Recherche sur le principe du droit et du gouvernement – O que é Propriedade? Pesquisa sobre os Princípios do direito e do governo.*

problemas humanos. Francisco lembra: “não podemos nos esquecer das motivações que nos trouxeram até aqui, pois foram elas que tornaram possível nossa convivência”.

Para o Papa, aqui reside a importância dos crentes. Cabe a estes uma possibilidade extra na condução do patrimônio ético e espiritual de comportamento humano. Com muita clareza, o Papa lembra que os princípios religiosos não podem justificar o abuso à natureza ou ao homem. Se aceitar que isso ocorra, argumenta Francisco, então estaremos condicionando o tesouro da criação.

A carta novamente observa que nesse contexto “cabe então o cuidado com o outro, em especial com os pobres, com os seres mais fracos e a isso, é indispensável o diálogo com a ciência” Francisco continua afirmando que “nenhuma das partes pode se fechar nos seus guetos, nas suas linguagens e saberes” As ideologias não podem dividir, mas harmonizar o debate e a convivência.

O antagonismo dessa ideia carece de paciência e generosidade. Por isso, a importância de sinais que possibilitem o homem religar-se ao sagrado, seja em forma de ritos ou de respeito às diversas dimensões que o envolvem.

Esse respeito torna-se possível, a partir da capacidade de contemplar a vida como forma de celebrar sua beleza, conforme poderá ser visto no próximo assunto.

OS SACRAMENTOS, O DESCANSO E A CELEBRAÇÃO

Para abordar o tema sacramentos, descanso e celebração, Francisco relembra que a tradição judaico-cristã foi responsável por forjar parte do ocidente. A contemplação e o mistério que envolvem a beleza da folha, o orvalho e a vereda que se abrem em função do desejo efêmero da modernidade trazem em si parte dessa tradição. Contudo, continua ele, “na mesma proporção é preciso contemplar o rosto do pobre que sofre o descaso do comportamento humano e reconhecer nele a graça divina e o dom da vida.”

Para o Papa o movimento contemplativo descrito acima, aproxima-nos mais da ação do criador. Como ensinava São João da Cruz, “Deus está em todas as grandezas de maneira infinitamente mais e melhor”. Segundo Francisco, caso consigamos tal grau de misticidade, será possível encontrar Deus de forma mais autêntica. Ele continua exclamando: “não saíamos do mundo para encontrar Deus”. Daí a importância dos sacramentos que para ele, podem nos apresentar essa realidade de maneira concreta.

A importância dos símbolos sacramentais para ligação do homem com o sagrado se revela “nas mãos que abençoam a chama da vela, o azeite do batismo e a espiritualidade que nos orientam todas são formas de exprimir o perfume da criação”.

Nesse momento, Francisco parece olhar para os sacerdotes e dizer: “o sacramento mais sublime é aquele que não se faz de cima, mas de dentro.” Ele continua observando que “a comunhão nos conduz ao apogeu da

encarnação e se revela num ato de amor” sendo místico faz-se cósmico e penetra em toda criatura que se deixa tocar, recriando-a e unificando-a como o próprio Criador e junto com Ele ressuscitando.

Para desenvolver essa dimensão, o homem precisa descansar do seu trabalho, precisa negar o (des)envolvimento e envolver-se. Precisa participar da sua vida comunitária para que a própria natureza possa descansar.

Francisco argumenta que nesse momento ocorre o ápice da relação trinitária em que a criatura coloca na conta do abstrato a complexa dimensão da natureza que a envolve.

Segundo o Papa, essa etapa também nos apresenta o princípio divino, “quando somos capazes de contemplar a natureza, respeitando-a” Então o homem conhece o singelo gesto de louvar seu Criador que se deixa tocar pela criatura.

A realidade analítica precisa dessa dimensão reflexiva, clara e não turvada. Para Francisco, o modelo divino é uma trama cheia de teias complexas e relações constantes. Seus vínculos apresentam-nos resultados inesperados e a pessoa humana é envolvida no dinamismo trinitário sem que se dê conta do seu mistério.

O Papa argumenta que aceitar essa responsabilidade e relacionar-se com ela, “é buscar a união com Deus trino”. Ele continua afirmando que “nossa tradição cristã é encarnada por esse mistério que é secreto para os olhos da razão, mas como ensina a tradição franciscana, toda criatura é composta de tal estrutura que poderia ser observada facilmente a presença trinitária sobre sua face”.

Talvez, essa compreensão nos fosse mais bem interpretada, observando a condição da mulher enquanto figura central na criação. A carta reserva um espaço peculiar para a mulher, que nos levou interpretar a discussão de gênero que pode ser acompanhada no texto a seguir.

A PARTE FEMININA DA CRIAÇÃO E O PAPEL DA MULHER NOS NOSSOS DIAS

A mulher ganha espaço central na carta de Francisco, a partir do texto Rainha de toda criação. Para o Papa não podemos esquecer a importância da mulher na dimensão da crise ecológica. Francisco lembra que ela é quem empresta seu corpo para dar vida, alimentava-nos quando ainda erámos frágeis e nos tratou com desvelo contemplativo em todos nossos passos.

A mulher, na visão da carta, possui papel central na integração da vida, pois ela é o próprio útero humano. Com ela (na pessoa de Maria, e das várias Marias do mundo) a criação encontrou toda sua plenitude, sua graça e sua beleza. Não podemos esquecer a mensagem subliminar que Jesus quis nos transmitir quando desceu da cruz e depois apareceu, pela primeira vez, a uma mulher após a ressurreição.

Com a chegada do antropocentrismo os princípios patriarcais não tardaram por calar a voz, sucumbir a força feminina. Mas, assim como Maria livrou aquele frágil menino da violência dos injustos, hoje a mulher representa uma figura central e alternativa aos mais fracos.

Atualizando a história mariana, constata-se em nossa sociedade antropocêntrica e patriarcal, que

não são poucas as mulheres chefes de famílias. Suas vulnerabilidades diante dos grilhões dos mercados expõem-nas ao extremo, e além de terem seus ganhos relativizados em função do gênero, são constantemente vilipendiadas em suas dignidades. Repetindo Francisco, não podemos naturalizar que “homens incutidos de machismo nocivo, se achem moralmente superiores não tardando por vê-las como presas”.

Essa realidade alcança a América Latina no momento seguinte em que o colonizador entendeu a mulher por objeto, quando, por diversas vezes, entorpeceu os nativos com espelhos em troca de suas carnes.

Hoje alguns de seus sucessores tentam reproduzir a mesma lógica, utilizando “doutras” tecnologias, mas com a mesma nocividade que lhe confere uma suposta moral superior. Se ontem, as mulheres colonizadas se viam em voltas dos caprichos dos colonizadores, hoje, de forma mais “gentil”, esses ainda tentam estabelecer hierarquias que lhes passam conferir favores físicos, vendo a mulher, não na sua essência, mas como coisa, objeto puro da sua insanidade.

Esse contexto ainda não está superado em pleno século XXI, e as mulheres precisam estar atentas às sutilezas da nova colonização. Maria, mãe de Jesus, é um bom exemplo de superação, pois aceitando sua responsabilidade mística se fez mãe, independente do seu estado civil.

Ousou e enfrentou a incompreensão inicial de José. Mesmo sabendo que sua decisão lhe exporia ao crivo de uma sociedade arcaica, apostou na ousadia de ser mulher. Assumiu seu quinhão na história e enfrentou a mais dura realidade. Sua coragem e voluntariedade contribuíram

para a consumação do plano de Deus. Ela fez-se estrangeira, não se dobrou diante das críticas e injúrias.

Hoje é exemplo a milhares de mulheres que assumem seu papel, muitas vezes abandonadas à própria sorte. Fazem-se estrangeiras em outras terras em busca de uma vida melhor. Elas ficam expostas aos déspotas esclarecidos que lhes cercam de cuidados, mas na realidade são como feras matreiras que sufocam suas presas.

Algumas, por sorte, ou por contar com anjos, escapam e regressam às suas origens, trazendo suas conquistas, sem antes ouvir injúrias como a mulher de Nazaré. Mas, quantas ficam pelo caminho? Quantas são reduzidas em suas entranhas? Tendo suas forças limitadas frente ao tamanho de seus algozes? Quantas são levadas a prostituir seus corpos, a traficar suas dignidades e a deixar-se levar pelo caminho mais “fácil”? Quantas, não tendo seu José para lhe acompanhar na fé e na justiça, dão-se às seduções do colonizador?

É preciso conferir as essas mulheres, traficadas, vitimadas e violentadas a ternura do amor de mãe. Apresentá-las Maria que, um dia, viveu as agonias de uma sociedade patriarcal. Sendo estrangeira assumiu as consequências de suas escolhas, mas não cedeu aos apelos de ser reduzida a objeto, reivindicando sua historicidade; revelando-se na sua dimensão feminina e enfrentando seu destino na busca de um sorriso.

Para o Pontífice, Maria encarna todas as mulheres que estão expostas à vulnerabilidade aristocrática patriarcal seja no ocidente, ou oriente. Todas as Marias que precisam cobrir seus corpos com panos, ou em muitos casos descobrir para ceder.

Precisamos urgentemente reconhecer nossas “Marias” que estão nas periferias, nas clínicas abortíferas. Estão cedendo nos hospitais públicos ou nos países distantes. Estão subjugadas a matrimônios violentos, ou jogadas em prostíbulos. Podem ser facilmente encontradas nos presídios e até nas universidades experimentando toda sorte de fragilidade.

Por isso, precisamos de um novo caminho; uma ideologia, para uns; ou uma espiritualidade para outros. Mas que seja capaz de nos levar para além do sol. Para Francisco nossa esperança consiste em encontrarmos face a face com o Criador. Nós precisamos aceitar que esse seja nosso objetivo maior, e ao encontrarmos, tocá-lo, acariciá-lo e chamá-lo de pai/mãe.

Finalmente, o Papa observa que há algo além do sol, onde a criatura se encontra com seu criador e é tratada com generosidade. Mas antes é preciso trilhar nosso caminho, sempre ao lado dos mais fracos, dos mais vulneráveis.

O desejo que nos faz escrever e reinterpretar Francisco nos lembra que nossas lutas não nos retirem a alegria da esperança de nos colocarmos no lugar do sofrível. Daqueles que são condenados pela invisibilidade de suas dores, e assim matáveis, constituindo-se na figura do oprimido.

Mas não esqueçamos também do opressor. O aristocrata, o corrupto, o latifundiário, o político leviano, o empresário oportunista e todos que se distanciam da experiência com o amor divino. É preciso ter a coragem de denunciar suas práticas, mas é necessário de grandeza de amá-los.

AS CORES DA LAUDATO SI'

Para finalizar quero lembrar Frei Betto que ao encontrar Francisco sentenciou: “não há salvação fora do pobre” tendo o imediato acordo do seu interlocutor.

Louvado seja Deus na opção preferencial pelos mais pobres e pela ecologia integral.

Louvado seja Deus por Francisco!!!

REFERÊNCIAS

Laudato Si' sobre o cuidado da casa comum – Encíclica de sua santidade o Papa Francisco, 1ª ed Editora Paulinas São Paulo – SP, 2015.

SOBRE O AUTOR

Professor da Universidade Federal do Ceará – UFC, doutorando em Sociologia pela Universidade de Coimbra – PT. É graduado e mestre em Administração Pública. Contribui na defesa dos direitos humanos e contra a violência. Dedicar-se a compreender as causas da fome no mundo, em particular, na América Latina.

Contatos: cmarafeal50@gmail.com

PÓS-FACIL

Os dois Franciscos, tanto o de Assis, quanto o latino, mostram-nos seus rostos místicos e profundamente terrenos, proclamam, em alta voz, a necessidade que na condição de seres humanos acionemos a coragem.

A coragem, esse misto de bravura, determinação e atrevimento, traz em si uma alegria transgressora que denuncia as injustiças do mundo, ao mesmo tempo, em que anuncia a boa nova, a possibilidade de gerarmos e sermos também parte intrínseca da beleza da vida plena, do pulsar do coração no ritmo/rito materno de Deus.

O Francisco de Assis, ao ver as injustiças do mundo, o absurdo da guerra, despe-se de todos os tecidos materiais, sociais e simbólicos que o ligavam aos que produziam as profundas injustiças na sociedade e no seu contexto, e se reveste com a altivez da coerência, da alegria, e partilha a dádiva da vida com todos os seres, levando nobres, mulheres, homens e até mesmo Papas a reverem o seu posicionamento no mundo.

Resgata a manjedoura, o estábulo, lugar de pouso e descanso dos animais, como o primeiro a receber a Sagrada Família, ali, Maria em dores de parto, pariu em meio as vacas, galinhas, ovelhas e cabras, todas geradoras de vida, irmãs de leite e de ovos, lugar da vida e de aconchego. Jesus, então, faz-se irmão de toda a criação.

O outro Francisco, vindo do fim do mundo, olha abismado para a ação e o resultado do que os seres humanos vêm fazendo com a nossa Nave Mãe, casa primeira, Gaia, Pathamama e entre os próprios seres humanos. Inspira-se no olhar do primeiro Francisco, o santo, e também ele, o Latino, numa ação de profunda coragem denuncia e anuncia aos seres humanos do século XXI sua profunda indignação e, ao mesmo tempo, dá de presente uma carta que chama as pessoas a reverem o peso da sua pegada, e qual marca tem deixado

por onde andam e quais as consequências para o futuro seu e das próximas gerações.

O amigo Rafael, viu-se enamorado e encantado pelos Franciscos e se permitiu também ele a proferir um canto à vida, seu texto anuncia e denuncia e num espiral convida as pessoas que se dispuserem a ler os seus escritos, a refletirem sobre a própria vida e o seu ser e estar no mundo.

Deixo, aqui, também, aos seres humanos do sexo masculino, ou seja, aos homens, um convite especial, calcem as sandálias das mulheres, sintam a responsabilidade com a reprodução da vida, não apenas com a produção das coisas. Lembrem-se: vocês não são hóspedes nas suas casas, são moradores, portanto, o cuidado com a casa e todos os seres que nela habitam não é uma obrigação das mulheres. E a flexão de gênero nas falas e escritas é possível e louvável, pois todas somos pessoas humanas.

O convite está lançado, calce as suas sandálias e coloque-se a caminhar.

“Precisamos acreditar e investir tudo o que for possível, mas sem deixar de ter os pés bem firmes no chão da realidade e, confirmando-nos na comunhão que nos leva a acreditar em nossa capacidade de superação para retomarmos nas mãos a condução de nossa história”

Pe. Geú Carneiro – Padre Diocesano em Crateús-CE.

“O amigo Rafael, se viu enamorado e encantado pelos Franciscos e se permitiu também ele a proferir um canto a vida. Seu texto anuncia e denúncia e numa espiral convida as pessoas que se dispuserem a ler os seus escritos, a refletirem sobre a própria vida e o seu ser a estar no mundo (...) O convite está lançado, calce as suas sandálias e se coloque a caminhar”

Shirlei Silva²⁶

26 Shirlei A. A. Silva é mulher, negra, mineira, brasileira, residente em Brasília - Distrito Federal e socioeducadora solidária. É graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Possui Especialização em Elaboração e Gestão de Projetos Internacionais, com ênfase no terceiro setor pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/MG e especialista em Pedagogia da Cooperação e Metodologias Colaborativas pela Universidade Paulista - UNIP - Projeto Cooperação. Atualmente, atua junto às organizações e aos grupos populares, como mediadora de processos na construção de soluções comuns. É integrante do Movimento Internacional do Graal, militante e ativista dos movimentos de Mulheres e de Economia Solidária. Atua principalmente nas áreas de Economia Solidária, Gênero, Espiritualidade, Meio Ambiente, Educação Popular, Pedagogia da Cooperação, Metodologias Participativas/ Colaborativas e Desenvolvimento Sustentável.



João Milton Cunha de Miranda
Presidente

EDIÇÕES INESP

Luiz Ernandes dos Santos do Carmo
Coordenador da Gráfica

**Cleomarcio Alves (Márcio), Edson Frota,
Francisco de Moura, Hadson França e João Alfredo**
Equipe de Acabamento e Montagem

Aurenir Lopes e Tiago Casal
Equipe de Produção em Braille

Mário Giffoni
Diagramação

José Gotardo Filho e Valdemice Costa (Valdo)
Equipe de Design Gráfico

Rachel Garcia Bastos de Araújo
Redação / Assistente Editorial

Valquíria Moreira
Secretaria Executiva / Assistente Editorial

Manuela Cavalcante
Secretaria Executiva

Luzia Lêda Batista Rolim
Assessoria de Comunicação

Lúcia Maria Jacó Rocha e Vânia Monteiro Soares Rios
Equipe de Revisão

**Marta Lêda Miranda Bezerra, Maria Marluce Studart Vieira
e Milena Saraiva Leão Vieira**
Equipe Auxiliar de Revisão

Site: <https://al.ce.gov.br/index.php/institucional/inesp>

E-mail: presidenciainesp@al.ce.gov.br

Fone: (85) 3277-3701



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
Av. Desembargador Moreira 2807,
Dionísio Torres, Fortaleza, Ceará, CEP 60.170-900
Site: www.al.ce.gov.br
Fone: (85) 3277-2500



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

Mesa Diretora
2019-2020

Deputado José Sarto
Presidente

Deputado Fernando Santana
1º Vice-Presidente

Deputado Dannel Oliveira
2º Vice-Presidente

Deputado Evandro Leitão
1º Secretário

Deputado Aderlânia Noronha
2ª Secretária

Deputado Patrícia Aguiar
3ª Secretária

Deputada Leonardo Pinheiro
4º Secretário